



BCEAO
BANCO CENTRAL DOS ESTADOS
DA AFRICA OCIDENTAL

2021

RELATÓRIO ANUAL

(VERSÃO RESUMIDA)



2021

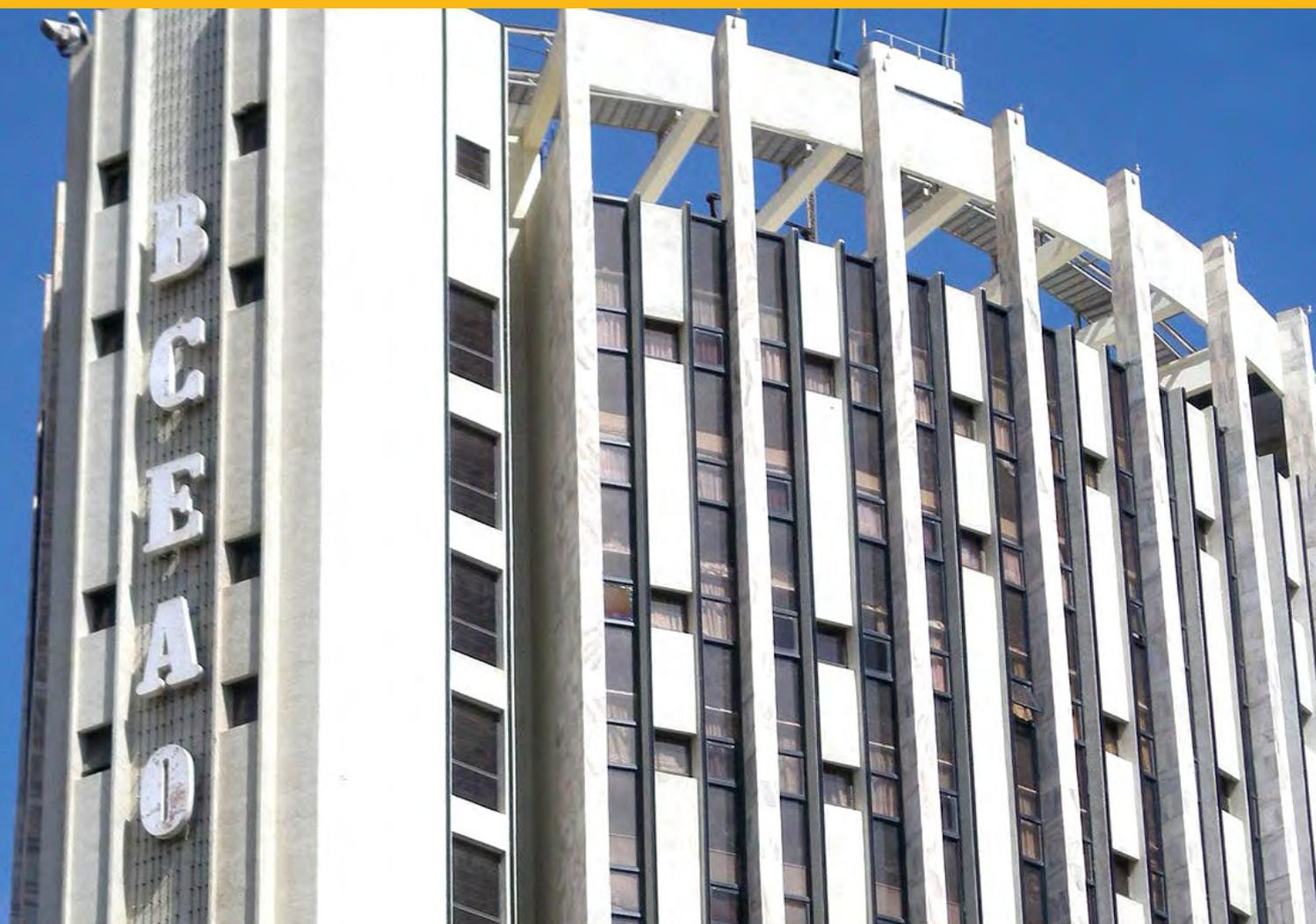
RELATÓRIO ANUAL

(VERSÃO RESUMIDA)



2021

RELATÓRIO ANUAL



O relatório anual do Banco Central dos Estados da África Ocidental pode ser consultado no site do Banco, no endereço <https://www.bceao.int/fr/publications/>

Para obter mais informações, favor contatar a Direção da Documentação, Publicações e Arquivos:

SEDE DO BCEAO EM DAKAR Avenue Abdoulaye Fadiga
BP 3108 – Dakar – SENEGAL
Tel. : (221) 33 839 05 00 • Fax : (221) 33 823 93 35

E-mail : courrier.bceao@bceao.int - Site web : www.bceao.int

ISSN : 08508712

© Banco Central dos Estados da África Ocidental

ÍNDICE

MENSAGEM DO GOVERNADOR	IX
MOMENTOS IMPORTANTES DO ANO 2021	XI
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DA UMOA E DO BCEAO	XIX
PANORAMA GLOBAL	XXV
I - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO	1
II - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA	23
III - EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO, ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS	35
IV - GESTÃO DOS SÍMBOLOS MONETÁRIOS, SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO, RESERVAS CAMBIAIS	51
V - ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO	59
VI - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	93

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento da actividade económica no mundo.....	3
Gráfico 2: Evolução de preços do petróleo (NYMEX).....	6
Gráfico 3: Evolução de preços do cacau.....	6
Gráfico 4: Evolução de preços do café.....	7
Gráfico 5: Evolução de preços do algodão.....	7
Gráfico 6: Evolução de preços da borracha.....	8
Gráfico 7: Taxa de inflação (média anual em %)......	9
Gráfico 8: Evolução da liquidez global.....	25
Gráfico 9: Evolução das taxas devedoras na União (%)......	30
Gráfico 10: Cobertura das importações pelas reservas cambiais da União (em meses)	31
Gráfico 11: Crescimento anual do crédito bancário (em pontos percentuais)	33
Gráfico 12: Crescimento anual da massa monetária	34
Gráfico 13: Níveis de concentração de riscos bancários por setor de actividades	44
Gráfico 14: Evolução da circulação fiduciária de 2012 a 2021 (mil milhões de FCFA)	52
Gráfico 15: Evolução em volume de trocas inter-países de 2017 a 2021	54
Gráfico 16: Evolução em valor de trocas inter-países de 2017 a 2021	55
Gráfico 17: Evolução do efetivos do BCEAO	80

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1: Evolução das taxas de câmbio médias anuais (unidade de moeda estrangeira para 1.000 FCFA)	12
Quadro 2: Evolução das taxas de câmbio médias trimestrais (unidade de moeda estrangeira para 1.000 FCFA)	13
Quadro 3: Evolução das contribuições para o crescimento do Produto Interno Bruto da União	14
Quadro 4: Variação dos preços no consumidor em 2020 e 2021 (em %)	17
Quadro 5: Situação das finanças públicas em 2020 e 2021	19
Quadro 6: Rádios da dívida externa em 2020 e 2021 (em % do PIB)	20
Quadro 7: Evolução da balança de pagamentos no período 2019-2021 (em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)	21
Quadro 8: Coeficientes das reservas mínimas aplicáveis aos bancos	26
Quadro 9: Evolução das taxas interbancárias em 2021 (média ponderada em percentagem)	28
Quadro 10: Evolução dos empréstimos interbancários na UMOA em 2021 (em milhões de FCFA)	29
Quadro 11: Disponibilidades líquidas das instituições depositárias na APUC (em bilhões) ..	32
Quadro 12: Emissões globais por adjudicação e sindicância no mercado regional de títulos da dívida pública (em mil milhões de FCFA)	40
Quadro 13: Taxas e rendimentos médios ponderados	41
Quadro 14: Saldo dos títulos públicos em finais de Dezembro de 2021 no mercado financeiro regional (montantes em mil milhões de FCFA)	41

LISTA DE CAIXAS

Caixa 1: Criação de Agência de Identificação e Seguimento das FinTech (AISF) na UEMOA	50
Caixa 2: Repatriação das receitas de exportação	58
Caixa 3: Edição 2021 do curso do CEMSTRAT	82
Caixa 4: Formação dos agentes do CRRAE-UMOA em finança de mercado	83
Caixa 5: Plano Estratégico 2022-2024	91

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFD	: Agência Francesa de Desenvolvimento
AFI*	: Aliança para a Inclusão Financeira
AfPI*	: Iniciativa Africana de Políticas de Inclusão Financeira
AICFM**	: Associação Internacional dos Investigadores Francófonos em Microfinanças
APBEF	: Associação Profissional dos Bancos e Estabelecimentos Financeiros
APSPFD	: Associação Profissional dos Sistemas Financeiros Descentralizados
APUC	: Administração Pública Central
ASE*	: Escola Africana de Economia
ATTF	: Agência de Transferência de Tecnologia Financeira
BAD	: Banco Africano de Desenvolvimento
BCE	: Banco Central Europeu
BCEAO	: Banco Central dos Estados da África Ocidental
BCRG	: Banco Central da República da Guiné
BCSF**	: Agência de Identificação e Seguimento das FinTech na UEMOA
BEAC	: Banco dos Estados da África Central
BIC**	: Agência de Informação sobre o Crédito
BOAD	: Banco Oeste Africano de Desenvolvimento
BoG*	: Banco do Gana
BPR**	: Balança dos Pagamentos em termos de Liquidação
BRB	: Banco da República do Burundi
BRVM	: Bolsa Regional de Valores Mobiliários
BRI	: Banco de Liquidação Internacional
BSR**	: Títulos de Apoio e Resiliência
CBILANS	: Central de Balanços
CBN*	: Banco Central da Nigéria
CCBS*	: Centro de Estudos do Banco Central
CEMAC	: Comunidade Económica e Monetária da África Central
CEMSTRAT**	: Certificado Executivo de Gestão Estratégica Bancária
CEMTDB	: Certificado Executivo de Gestão da Transformação Digital Bancária
CFA	: Comunidade Financeira Africana
CIP	: Central de Incidentes de Pagamento
COBANK	: Condições de Banco
COFEB	: Centro Oeste Africano de Formação e Estudos Bancários
COMINAK	: Companhia Mineira de Akouta
COSC	: Centro Operacional de Supervisão e Segurança Cibernética
CRB	: Central dos Riscos Bancários
CREA**	: Consórcio para a Pesquisa Económica em África
CREPMF**	: Conselho Regional da Poupança Pública e Mercados Financeiros

CRRAE-UMOA**	: Fundo de Pensões por Repartição e Poupança da UMOA
CSF-UMOA**	: Comité de Estabilidade Financeira na UMOA
CTF	: Centro de Tratamento Fiduciário
DC/BP**	: Central de Depósitos/Banco de Liquidação
SDR*	: Direitos de Saque Especiais
EBIS**	: Instituição Bancária de Importância Sistêmica
EGFIP*	: Grupo de Especialistas sobre as Políticas de Inclusão Financeira
IME	: Instituição de Moeda Eletrónica
ENSAE**	: Escola Nacional Superior de Estatística e Economia Aplicada de Abidjan
eKYC*	: Conhecimento Eletrónico do Cliente
FAPBEF-UEMOA	: Federação de Associações Profissionais dos Bancos e Instituições Financeiras da UEMOA
FCC*	: Facilidade de Crédito Confirmado
FCR*	: Facilidade de Crédito Rápido
FCA*	: Facilidade de Crédito Alargada
FED*	: Reserva Federal dos EUA
FERDI**	: Fundação para os Estudos e Investigações sobre o Desenvolvimento Internacional
FF-ARC	: Fundo Fiduciário de Assistência e Resposta às Catástrofes
FinTech	: Finanças Tecnológicas
FISEC**	: Ficheiro da Situação das Instituições de Créditos
FMI	: Fundo Monetário Internacional
FODEP**	: Formulário de Declaração das Situações Prudenciais
FOPAO	: Federação das Organizações Patronais da África Ocidental
FSD Africa*	: Desenvolvimento do Setor Financeiro em África
FTSE*	: Bolsa de Valores do Financial Times
GAMA	: Gestão Automatizada de Missões de Auditoria Interna
GERDDES	: Grupo de Estudos e Investigação sobre Democracia e Desenvolvimento Económico e Social
GPE	: Gestão da Política Económica
GIM-UEMOA	: Grupo Interbancário da Monetária da UEMOA
HEC*	: Escolas de Estudos Comerciais Aprofundados
HKS*	: Escola Kennedy de Harvard
IFI	: Instituição Financeira Islâmica
IFR	: Instrumento de Financiamento Rápido
LBC/FT*	: Luta contra o Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
LIF	: Laboratório de Inovação Financeira
MDBC	: Moeda Digital de Banco Central
MEDC**	: Mecanismo Alargado de Crédito
MPME	: Micro, Pequenas e Médias Empresas

NYMEX*	: Bolsa Mercantil de Nova Iorque
OCDE	: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OdR	: Obrigações de Recuperação
PAF	: Premio Abdoulaye FADIGA
PBoC	: Banco Popular da China
PCA	: Plano de Continuidade de Actividades
PCI-DSS	: Padrão de Segurança de Dados da Indústria de Cartões de Pagamento
PCIT	: Plano de Continuidade Informático e Telecom
PCEP	: Programa de Compras de Emergência Pandémica
PASF	: Programa de Avaliação do Setor Financeiro
PIB	: Produto Interno Bruto
PIMF	: Princípios para as Infra-estruturas de Mercados Financeiros
PPP	: Parceria Público-Privado
QR	: Respostas Rápidas
REM**	: Revista Económica e Monetária
SAGETIL-UMOA	: Sistema Automatizado de Gestão dos Títulos e Liquidez da UMOA
SFD	: Sistema Financeiro Descentralizado
SFI	: Sociedade Financeira Internacional
SGI	: Sociedade de Gestão e Intermediação
SGCB	: Secretariado Geral da Comissão Bancária da UMOA
SG-COBAC	: Secretariado Geral da Comissão Bancária da África Central
SICA-UEMOA	: Sistema Interbancário de Compensação Automatizado da UEMOA
SIMARIS	: Sistema Informatizado de Gestão dos Riscos
SMQ	: Sistema de <i>Management</i> da Qualidade
SMS**	: Estruturas Ministeriais de Seguimento
SRIF**	: Estratégia Regional de Inclusão Financeira
STAR-UEMOA**	: Sistema de Transferência Automatizada e Liquidação na UEMOA
SWIFT	: Sociedade para as Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais
TIAO**	: Taxa de Juros de Concursos
TPN	: Tesouros Públicos Nacionais
UEMOA	: União Económica e Monetária Oeste Africana
UMOA	: União Monetária Oeste Africana
UNCDF*	: Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capitais
UNSGSA	: Secretariado Geral das Nações Unidas em Finança Inclusiva para o Desenvolvimento
ZLCCA	: Zona de Comércio Livre Continental Africano

* Sigla em inglês

** Sigla em francês

MENSAGEM DO GOVERNADOR

Após a recessão provocada pela pandemia da Covid-19 em 2020, o ano de 2021 caracterizou-se por uma recuperação relativamente vigorosa da actividade económica a nível global e regional, apesar da persistência de incertezas no plano sanitário. Assim, depois de uma queda de 3,1% em 2020, a produção mundial registrou uma recuperação de 6,1% em 2021, como resultado da forte recuperação da demanda. Esta recuperação foi acompanhada por uma subida da inflação na maioria das regiões do mundo, em consequência do aumento de custos da energia e de preços dos produtos alimentares, assim como pelas perturbações das cadeias de abastecimento.

A melhoria do ambiente económico e sanitário permitiu aos países-membros da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) retomarem o ritmo da actividade económica que prevalecia antes da crise sanitária. Com efeito, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto da União, que tinha decrescido para 1,8% em 2020, registrou uma progressão em termos reais de 6,0% em 2021. Este aumento de actividade resulta do efeito impulsionador das políticas e programas de recuperação económica implementados pelos Estados, e da melhoria das condições de acesso ao financiamento decorrentes das ações empreendidas pelo Banco Central.

A fim de facilitar a mobilização dos recursos necessários ao financiamento dos planos de recuperação económica, o Banco Central instituiu, em fevereiro de 2021, um balcão especial dedicado ao refinanciamento dos Títulos de Obrigações de Recuperação (TOdR) emitidas pelos Estados da União. Por outro lado, tendo em conta as necessidades urgentes de tesouraria dos Estados, o BCEAO instituiu em agosto de 2021, uma linha especial de refinanciamento denominada «Balcão de Apoio e de Resiliência», para assegurar as melhores condições financeiras das emissões de títulos do Tesouro. As facilidades concedidas por estes novos balcões permitiram reduzir consideravelmente o custo de mobilização dos recursos pelos Tesouros Públicos Nacionais (TPN) e prolongar as maturidades dos títulos emitidos até 15 anos.

Para além destas medidas específicas, o Banco Central continuou a apoiar as economias da União, através de uma política monetária acomodante, num contexto de pressões inflacionistas moderadas. A taxa mínima de refinanciamento, principal taxa do BCEAO, manteve-se inalterada em 2,00%, seu nível histórico mais baixo. Nestas condições, as economias da União beneficiaram de financiamentos acrescidos a taxas relativamente favoráveis.

A inclusão financeira permanece um eixo estratégico da ação do Banco Central para promover um crescimento mais inclusivo na União. Neste sentido, foi concebido um programa regional de educação financeira na UEMOA, que será desenvolvido em todos os Estados-membros em benefício dos grupos alvos. Os esforços centraram-se igualmente na realização de um inventário aprofundado das necessidades das microempresas e populações sem acesso aos produtos e serviços financeiros inovadores, assim como na criação de um sistema de identificação única dos utentes dos serviços financeiros na UEMOA.

Outrosim, o Banco Central desenvolveu um dispositivo para acompanhar os Estados no processo da digitalização dos pagamentos públicos.

No âmbito de suas iniciativas de promoção de inovações financeiras e actividades de FinTech, o BCEAO estabeleceu um quadro para a organização de intercâmbio entre a indústria de inovação financeira e o regulador.

Durante o ano de 2021, o Banco Central prosseguiu ainda com ações com vista à diversificação de fontes de financiamento das economias, com ênfase na promoção da finança islâmica, através de um acompanhamento das iniciativas de criação de Instituições Financeiras Islâmicas (IFI). Em 31 de Dezembro de 2021, os sectores bancários e de microfinança da União registaram um total de nove (9) bancos e três (3) SFD a exercerem a actividade de finança islâmica. Por outro lado, o Instituto da Emissão tem conduzido trabalhos para dotar as IFI de instrumentos de governação *charaica* e contratos-tipos, destinados a prevenir os riscos ligados à sua conformidade com as normas vigentes.

Por outro lado, foi estabelecido um novo marco no processo de saneamento do setor de microfinança e consolidação de suas conquistas, com a organização em 2021, de missões de diagnóstico nos Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD) em dificuldades. Do mesmo modo, foram desenvolvidas ações com vista à modernização dos instrumentos de seguimento dos SFD.

Consequentemente, as ações iniciadas em 2021 pelo BCEAO no âmbito do Projeto de apoio à promoção do acesso dos SFD ao Sistema de Pagamento Regional da UEMOA, conduziram a uma automatização de ponta-a-ponta do processamento das operações interbancárias de seis (6) SFD, no sistema regional de compensação automatizada SICA-UEMOA, através dos bancos. Com isso, espera-se melhorias imediato, nomeadamente na redução do tempo de processamento de pagamentos dos clientes.

O BCEAO acompanhou estas reformas através da criação de um programa de reforço de capacidades das administrações e instituições financeiras dos Estados membros da UEMOA, a fim de permitir uma melhor apropriação dos textos regulamentares, assim como dos desafios ligados às inovações financeiras e mudanças do ambiente internacional. Nesta perspetiva, o Banco Central estabeleceu parcerias com instituições de renome mundial para conferir mais-valias aos seus programas de formação e pesquisa. Em 2021, a população alvo beneficiária das ações de formação organizadas pelo BCEAO foi alargada aos SFD, Instituições de Moeda Eletrónica (IME) e a outros Bancos Centrais africanos parceiros.

Em conformidade com as suas atribuições, o Banco Central deverá continuar a trabalhar para a criação de condições propícias para o desenvolvimento de um ambiente financeiro inovador, a manutenção da estabilidade dos preços e para um crescimento forte.

**O Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental,
Presidente do Conselho de Administração.**

MOMENTOS IMPORTANTES DO ANO 2021

EVENTOS SIGNIFICATIVOS

SETOR BANCÁRIO

21/05/2021

Primeiro encontro do Secretariado Geral da Comissão Bancária da UMOA com Diretores Gerais dos sistemas financeiros descentralizados de grande porte

O Secretariado Geral da Comissão Bancária da UMOA realizou no dia 21 de Maio de 2021, uma reunião com os Diretores Gerais dos Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD) de grande dimensão. A reunião teve como objectivo principal a discussão com os intervenientes no domínio das microfinanças sobre os riscos do setor, e ainda as expectativas do regulador e da Autoridade de Supervisão. O encontro foi precedido de uma concertação com os principais responsáveis das Estruturas Ministeriais de Seguimento (SMS) dos SFD da UMOA, realizada em 18 de Maio de 2021.

No seu discurso de abertura, o Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do BCEAO, Presidente da Comissão Bancária, sublinhou a importância que o Banco Central atribui ao setor das microfinanças. Congratulou-se com os progressos notáveis registados em termos de inclusão financeira e de financiamento de projetos com forte impacto social, graças à contribuição dos atores das microfinanças.

Sob a orientação do Secretário-Geral da Comissão Bancária, a discussão com os responsáveis dos SFD visadas no *artigo 44º da Lei* que regula os SFD, centrou-se em torno da situação do setor e ainda na sensibilização para a aplicação rigorosa do quadro regulamentar que rege as actividades das microfinanças na UMOA.

INCLUSÃO FINANCEIRA

Janeiro, Abril e Junho de 2021

Reuniões com a sua Majestade a Rainha Máxima dos Países Baixos

O ano de 2021 foi marcado pela realização de encontros virtuais entre o Governador do BCEAO e a Sua Majestade a Rainha Máxima dos Países Baixos, na sua qualidade de Conselheira Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas das Finanças Inclusivas para o Desenvolvimento (UNSGSA). Estas reuniões foram organizadas em Janeiro, Abril e Junho de 2021, depois das visitas da Rainha ao Senegal, Togo e Côte d'Ivoire, respectivamente.

As reuniões tiveram como objectivo discutir as iniciativas em curso e as oportunidades susceptíveis de acelerar as reformas políticas e estratégicas com vista a apoiar a inclusão financeira digital, nomeadamente no âmbito das ações de resposta à Covid-19. Os encontros entre o Governador e a Rainha, permitiram ainda passar em revista as iniciativas do BCEAO e dos Estados da UEMOA relativamente à modernização dos quadros jurídicos e regulamentares das instituições de microfinanças, a execução da Estratégia Regional de Inclusão Financeira, o

desenvolvimento e a supervisão das Sociedades de Tecnologia Financeira (FinTech), a implementação do projeto de interoperabilidade dos serviços financeiros digitais, a promoção da inclusão financeira das mulheres, dos produtores rurais e de micro, pequenas e médias empresas, assim como as iniciativas regionais e nacionais em matéria de digitalização dos pagamentos para a transformação digital das economias da União.

12/08/2021

Nona Mesa Redonda dos Líderes da Iniciativa Africana sobre as Políticas de Inclusão Financeira (IAPIF)

O BCEAO participou na nona Mesa Redonda dos Líderes da Iniciativa Africana sobre Políticas de Inclusão Financeira (**IAPIF**), realizada em 12 de Agosto de 2021 por videoconferência, sob o tema "*Abordagens regulamentares inovadoras para combater o risco de exclusão de mulheres, dos jovens e das micro, pequenas e médias empresas (MPME) durante a pandemia da Covid-19 em África*".

Antes da realização deste encontro, foram organizadas uma reunião o Grupo de Especialistas em Políticas de Inclusão Financeira (EPIF), e ainda, uma sessão de reforço de capacidades dos representantes das instituições africanas membros da rede, sobre as inovações em matéria de pagamento digital, nos dias 9 e 10 de agosto de 2021. O encontro permitiu trocar ideias sobre as medidas implementadas pelo Banco Central no âmbito da mitigação dos riscos de exclusão financeira das mulheres e das MPME durante a pandemia, e que favoreceram a utilização da moeda eletrónica e assim como a redução da utilização da moeda fiduciária ou em espécie.

08/09/2021

Sexta Assembleia Geral Anual da Aliança para a Inclusão Financeira

O Banco Central participou em 8 de Setembro de 2021, na sexta Assembleia Geral Anual da Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), organizada através de videoconferência. Este encontro permitiu aos membros adotar dois modelos de políticas, a saber:

- o Quadro Estratégico de Política relativa ao Financiamento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), que visa fornecer os pilares e princípios fundamentais, bem como as recomendações de alto nível para as políticas de MPME. Estas recomendações deveriam contribuir para superar os obstáculos aos quais são confrontados as MPME no acesso aos serviços financeiros formais;
- o modelo sobre a identidade digital e conhecimento eletrónico do cliente (eKYC), que tem como objetivo facilitar a construção de sistemas interoperáveis, inclusivos, robustos e sustentáveis, que visam contribuir para a realização dos objetivos de inclusão e integridade financeira.

O encontro coincidiu com o fim do segundo mandato do Governador do BCEAO, na qualidade de membro do Conselho de Administração da AFI. No final destes dois mandatos consecutivos, os membros da AFI manifestaram o seu reconhecimento e agradecimento ao Governador, pela contribuição substancial que o BCEAO concedeu aos trabalhos da Rede e ao reforço da inclusão financeira no mundo.

17/03/2021 - 23/09/2021

Reforço das capacidades dos líderes dos SFD

No âmbito da implementação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira, o Banco Central organizou, a nível dos Estados, ateliers de reforço de capacidades destinados para os dirigentes das instituições de microfinanças da UEMOA, no âmbito da parceria entre o BCEAO e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Os referidos ateliers foram organizados de 17 de Março a 23 de Setembro de 2021 nos oito (8) países da União, e incidiram sobre "*gestão de riscos, controlo interno e supervisão financeira*", assim como sobre "*gestão do desempenho global e a notação*", onde foram registradas a participação de 445 quadros dirigentes dos SFD da União.

Os ateliers permitiram ainda, reforçar o desempenho destes dirigentes em matéria de gestão de riscos e criação de dispositivos de controlo interno, suscetíveis de melhorar a governação das instituições de microfinanças. Por outro lado, constituíram oportunidade para se familiarizar com a utilização das normas que permitem a criação de uma função «conformidade», facilitando assim a implementação de regras em matéria de supervisão financeira.

18/11/2021

Criação do Escritório de Identificação e Seguimento das FinTech (BCSF)

Ao abrigo de suas iniciativas em prol da promoção de inovações financeiras e actividades da FinTech, o Banco Central criou em Novembro de 2021, a Agência de Identificação e Seguimento das FinTech (BCSF). A Agência tem como missão promover e organizar os intercâmbios entre o Regulador e as FinTech, atores esses que se tornaram protagonistas incontornáveis da transformação digital e promoção da inclusão financeira.

REFORÇO DE CAPACIDADES

25/05/2021

Lançamento do programa conjunto COFEB/HEC Paris para acompanhamento das instituições de crédito da UEMOA - edição de 2021

No âmbito do lançamento da edição de 2021 do Programa de Acompanhamento e de Reforço de Capacidades de Gestão dos Dirigentes das Instituições de Crédito da UEMOA, o COFEB organizou em parceria com a Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris (HEC Paris), um webinar internacional de alto nível sobre o tema «*Os desafios da transformação digital para os bancos africanos*», em 25 de Maio de 2021.

A sessão foi presidida pelo Governador Tiémoko Meyliet KONE, na presença de Senhores Cheikh EL Kébir Moulaye TAHER e Younoussa IMANI, respectivamente Governador do Banco Central da Mauritânia e Governador do Banco Central das Comores. No evento participaram os principais responsáveis dos bancos centrais africanos (BEAC, Mauritânia, Comores, Marrocos e Burundi), das Associações Profissionais de Bancos e Instituições Financeiras da União, das organizações comunitárias, instituições financeiras regionais e dirigentes de bancos.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

10-11/03/2021

Cimeira Africa CEO Fórum / Sociedade Financeira Internacional sob o tema: “Transformar, digitalizar, relançar: reinventar a finança africana pós-covid”

Uma delegação do BCEAO, encabeçada pelo Governador, participou na Cimeira organizada pelo Fórum Africa CEO e pela Sociedade Financeira Internacional, durante os dias 10 e 11 de Março de 2021. Esta reunião por videoconferência proporcionou reflexões sobre os futuros contributos da criação da Zona de Livre Comércio do Continente Africano (ZLECAF) à esfera financeira, assim como as medidas conducentes à transformação da ZLECAF num elo essencial na transformação da indústria financeira africana. As principais conclusões da cimeira consistem na manutenção pelas autoridades reguladoras de um diálogo com os agentes da indústria financeira panafricana, a elaboração de estratégias sustentáveis de inclusão financeira que deverá envolver todos os atores do ecossistema e a pre-disposição das autoridades em adaptar um quadro regulamentar para períodos de crise, apoiando-se na gestão da crise da Covid-19.

08/07/2021

Audiência concedida pelo Governador do BCEAO ao Diretor do Departamento África do FMI

Em 8 de Julho de 2021, o Governador Tiémoko Meyliet KONE recebeu em audiência Abebe Aemro SELASSIE, Diretor do Departamento África do FMI. O encontro articulou-se em torno de pontos de interesse comuns, nomeadamente as principais conclusões da sessão de trabalho que os Serviços do FMI realizaram com o BCEAO em Junho de 2021, o estado das relações entre o Fundo e os Estados-membros da UEMOA, assim como a alocação geral de Direitos Especiais de Saque (DES) que o FMI prepara a favor dos países da União.

09/08/2021

Reunião de alto nível sobre alocação geral SDR do FMI aos Estados-membros da UMOA

Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador do BCEAO, chefiou a delegação do Banco Central na reunião de alto nível, organizada pelo FMI em 9 de Agosto de 2021. O objetivo do encontro consistiu na discussão da **alocação** geral de SDR aos Estados-membros, aprovado pelo Conselho dos Governadores do FMI. Por outro lado, permitiu tomar conhecimento das prioridades dos Estados assim como as perspectivas de alocação destes recursos.

18/10/2021

Parceria nos domínios da investigação e formação

Em 18 de Outubro de 2021, o BCEAO assinou um protocolo de acordo de parceria em matéria de pesquisa e formação com a Universidade de Princeton e a *African School of Economics (ASE)*. No mesmo contexto, foi elaborado um protocolo de acordo com a Escola Nacional Superior de Estatística e Economia Aplicada de Abidjan (ENSEA). Estes acordos permitirão ao Instituto Emissor oferecer ao seu pessoal, às entidades sujeitas e administrações públicas

financeiras da União, as oportunidades de acesso às formações e programas de investigação de alto nível.

Por outro lado, a cooperação com a Escola Kennedy de *Harvard* ganhou um novo impulso com a organização de actividades de formação destinadas aos órgãos máximos de gestão do Banco.

30/11/2021

Mesa redonda dos Governadores dos Bancos Centrais Africanos de 2021

O Governador do BCEAO participou na mesa redonda dos Governadores dos Bancos Centrais de África de 2021 sob o tema: «*Interações entre as políticas monetárias e fiscais em África*», organizada pelo **Banco de Liquidação Internacional (BRI)**, em 30 de Novembro de 2021. Durante o encontro, os debates incidiram nomeadamente sobre as perspectivas económicas e monetárias em África, e os ensinamentos e implicações da interação mais estreita entre as políticas monetária e orçamental durante a pandemia da Covid-19 para os bancos centrais.

10/12/2021

Visita da Diretora Geral do FMI à Sede do BCEAO

Senhora Kristalina GEORGIEVA, Diretora-Geral do FMI, efetuou uma visita de cortesia e trabalho ao BCEAO em 10 de Dezembro de 2021.

O encontro foi marcado por uma audiência restrita entre os dois chefes de instituição e uma sessão de trabalho com os Presidentes dos Órgãos e Instituições comunitárias da UEMOA (Comissão da UEMOA, BOAD, CREPMF). Participaram igualmente neste encontro, a Presidente da Federação das Associações Profissionais dos Bancos e Instituições Financeiros da UEMOA (FAPBEF-UEMOA) e o primeiro Vice-Presidente da Federação das Organizações Patronais da África Ocidental (FOPAO).

Durante a audiência, o Governador destacou, com satisfação, a excelente cooperação entre as duas instituições e sublinhou a assistência excepcional prestada pelo FMI na gestão da pandemia da Covid-19 nos Estados-membros da UEMOA. Abordou igualmente, as perspectivas e os riscos que ameaçam as economias da União. Por sua vez, Georgieva saudou as medidas implementadas pelo BCEAO para combater os efeitos da crise sanitária, que reforçaram a resiliência e contribuíram para a recuperação das economias da União.

A sessão de trabalho com os outros chefes de Instituição da UEMOA e os responsáveis da FAPBEF e FOPAO permitiu passar em revista as suas preocupações. Foi também destacado o bom desempenho das economias da UEMOA, não obstante as incertezas, e solicitaram que o FMI levasse em consideração o contexto difícil da pandemia do Covid-19 na implementação de programas económicos e financeiros com os Estados.

VIDA DO BCEAO

Abril de 2021

Nomeação do Senhor Mamadou DIOP ao cargo de Vice-Governador do BCEAO

O Conselho de Ministros da União Económica e Monetária Oeste-Africana, na sua Sessão Extraordinária de 29 de Abril de 2021, procedeu à nomeação de Mamadou DIOP para o cargo de Vice-Governador do BCEAO, para um mandato de cinco (5) anos, a partir de 1 de Maio de 2021.

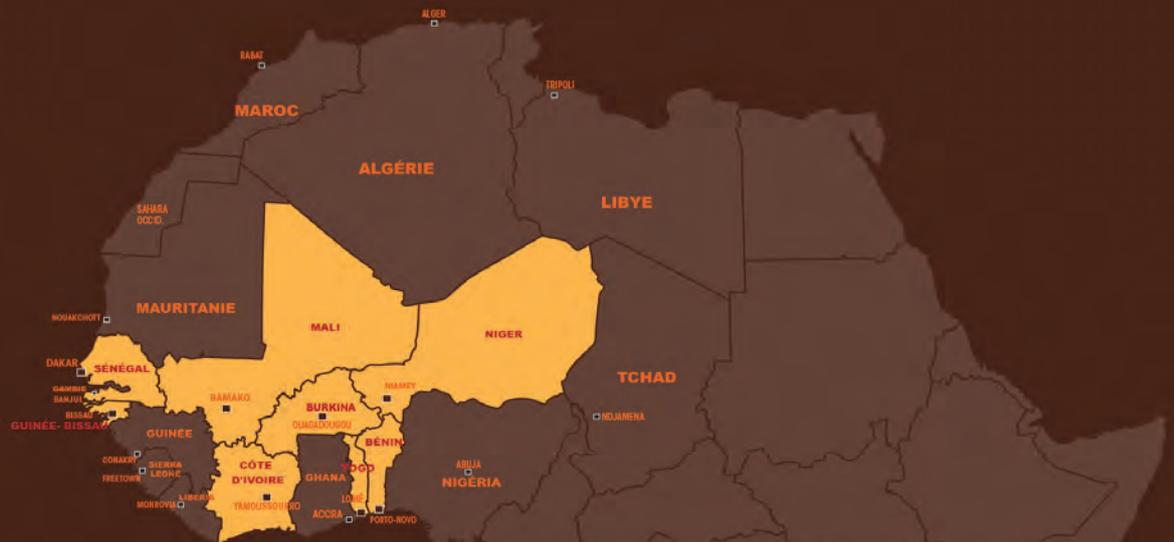
07/10/2021

Participação do BCEAO na cerimónia de homenagem organizada na sequência do falecimento de Charles Konan BANNY, antigo Governador do BCEAO

No dia 7 de Outubro de 2021, o Governador Tiémoko Meyliet KONE, chefiou uma importante delegação que participou na cerimónia de homenagem organizada na República de Côte d'Ivoire em honra de Charles Konan BANNY, antigo Governador do BCEAO, Ex-Primeiro-Ministro da República da Côte d'Ivoire e ex-Presidente da Comissão para o Diálogo, Verdade e Reconciliação na Côte d'Ivoire, falecido em 10 de Setembro de 2021. O Governador Tiémoko Meyliet KONE, durante a cerimónia, manifestou a "*grande emoção e a infinita tristeza da família BCEAO que perdeu um dos seus e não menos importantes*", antes de apresentar as condolências de todo o Banco Central, à família enlutada e à Côte d'Ivoire com quem partilha estes momentos difíceis.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DA UMOA E DO BCEAO

UNIÃO MONETÁRIA OESTE AFRICANA (UMOA)



A União Monetária Oeste Africana (UMOA), reúne os oito Estados membros seguinte :



A União Monetária estabelecida entre os Estados acima mencionados caracteriza-se pelo reconhecimento de uma mesma unidade monetária cuja emissão foi confiada ao Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

Instituto de emissão comum dos Estados membros da UMOA, o BCEAO é responsável nomeadamente pela gestão da sua moeda comum, o Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA), das suas reservas cambiais e pela implementação da política monetária comum.

N.B. : Na ausência de qualquer outra precisão, os valores indicados neste relatório são expressos em FCFA.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DA UMOA E DO BCEAO
CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UMOA

PRESIDENTE : Sua Excelência o Senhor **Roch Marc Christian KABORE**,
Presidente da Burkina Faso.

Sua Excelência o Senhor **Patrice Athanase Guillaume TALON**,
Presidente da República do Benin.

Sua Excelência o Senhor **Alassane OUATTARA**,
Presidente da República de Côte d'Ivoire.

Sua Excelência o Senhor **Umaro Sissoco EMBALO**,
Presidente da República da Guiné-Bissau.

Sua Excelência o Senhor **Assimi GOÏTA**,
Presidente da Transição, Chefe de Estado,
República do Mali.

Sua Excelência o Senhor **Mohamed BAZOUM**,
Presidente da República do Níger.

Sua Excelência o Senhor **Macky SALL**,
Presidente da República do Senegal.

Sua Excelência o Senhor **Faure Essozimna GNASSINGBE**,
Presidente da República do Togo.

CONSELHO DE MINISTROS DA UMOA

REPÚBLICA DO BENIN

- **Sr. Romuald WADAGNI**, Ministro de Estado, Encarregue da Economia e Finanças;
- **Sr. Hamet aguemon**, Ministro Conselheiro para os investimentos do Presidente da República.

BURKINA FASO

- **Sr. Llassané KABORE**, Ministro da Economia, Finanças e Planeamento.

REPÚBLICA DA COTE D'IVOIRE

- **Sr. Adama COULIBALY**, Ministro da Economia e das Finanças;
- **Sr. Abdourahmane CISSE**, Ministro, Secretário-Geral da Presidência da República.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

- **Sr. João Alage Mamadu FADIA**, Ministro das Finanças;
- **Sr^a Mónica Buaró DA COSTA**, Secretária de Estado do Planeamento e da Integração Regional.

REPÚBLICA DO MALI

- **Sr. Alousséni SANOU**, Ministro da Economia e das Finanças;
- **Sr. Lamina Seydou TRAORE**, Ministro das Minas, Energia e Água.

REPÚBLICA DO NÍGER

- **Sr. Ahmat JIHOUD**, Ministro das Finanças;
- **Sr. Rabiou ABDOU**, Ministro do Planeamento.

REPÚBLICA DO SENEGAL

- **Sr. Abdoulaye Daouda DIALLO**, Ministro das Finanças e do Orçamento;
- **Sr. Amadou HOTT**, Ministro da Economia, do Planeamento e da Cooperação.

REPÚBLICA DO TOGO

- **Sr. Sani YAYA**, Ministro da Economia e das Finanças, Presidente do Conselho de Ministros;
- **Sr. Simféitchéou PRE**, Ministro, Conselheiro do Presidente da República.

COMITÉ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BCEAO

Sr. Tiémoko Meyliet KONE,
Governador do BCEAO,
Presidente do Comité.

Sr. Norbert TOE, Vice-Governador

Sr. Mamadou DIOP, Vice-Governador

MEMBROS REPRESENTANTES DOS ESTADOS

REPÚBLICA DO BENIN

Sr. Yaovi Clément AZIAGNIKOUDA,
Diretor dos Assuntos Monetários e
Financeiros,
Direção-Geral do Tesouro e da
Contabilidade Pública.

REPÚBLICA DO MALI

Sr. Sidiki TRAORE, Inspector do Tesouro.

BURKINA FASO

Sr. Tertius ZONGO, Diretor da Cátedra
Sahel da Fundação para os Estudos e
Pesquisas sobre o Desenvolvimento
Internacional (FERDI).

REPÚBLICA DO NÍGER

**Sr. Ibrahim MAHAMANE DAN
SOUNSOU,** Consultor na Casa da
Empresa (Coach Lauréat CPA),
Administrador em SAHFI Tanyo, instituição
financeira de garantia.

REPÚBLICA DA COTE D'IVOIRE

Sr. Mama OUATTARA, Professor na
Universidade Félix Houphouët-Boigny de
Cocody, Diretor do Programa de
Formação em Gestão da Política
Económica (GPE).

REPÚBLICA DO SENEGAL

Sr. Moussa TOURE, Diretor da Moeda e
do Crédito no Ministério das Finanças e do
Orçamento.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Sr. José BIAL, Conselheiro do Primeiro-
ministro e Coordenador do Programa
Assistência Técnica da UEMOA.

REPÚBLICA DO TOGO

Sr. Mohamed TAKPARA-KHOURA,
Docente Investigador reformado.

MEMBROS NOMEADOS INTUITU PERSONAE

• **Sr. Lansina BAKARY,** Presidente do
Conselho de Fiscalização da Caixa de
Depósitos e Consignações da Côte
d'Ivoire;

• **Sr. Adama DIAW,** Professor Titular das
Universidades
Universidade Gaston Berger, Saint-Louis
(República do Senegal).

- **Sr. Maïna Boukar MOUSSA**, Vice-Presidente do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Democracia e Desenvolvimento Económico e Social (GERDDES). Niamey (República do Níger);

- **Sr. Kodzo Mawuena DOSSA**, Economista, Lomé (República do Togo);

- **Sr. Michel LAZARE**, Economista, Chevy Chase (EUA).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

Sr. Tiémoko Meyliet KONE,
Governador do BCEAO,
Presidente do Conselho.

REPÚBLICA DO BENIN

Sr. Oumara KARIMOU ASSOUMA,
Diretor-Geral do Tesouro e da
Contabilidade Pública.

BURKINA FASO

Sr. Célestin Santéré SANON, Diretor-
Geral do Tesouro e da Contabilidade
Pública.

REPÚBLICA DA COTE D'IVOIRE

Sr. Konan Jacques ASSAHORE, Diretor-
Geral do Tesouro e da Contabilidade
Pública.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Sr. Mamadu BALDE, Diretor-Geral do
Tesouro e da Contabilidade Pública.

REPÚBLICA DO MALI

Sr. Abdoulaye TRAORE, Secretário-Geral
do Ministério da Economia e das
Finanças.

REPÚBLICA DO NÍGER

Sr. Mamane BOUKARI, Secretário-Geral
do Ministério das Finanças.

REPÚBLICA DO SENEGAL

Sr. Abdoulaye FALL, Tesoureiro Geral,
Direção-Geral da Contabilidade Pública e
do Tesouro.

REPÚBLICA DO TOGO

Sr. Ekpao ADJABO, Diretor-Geral do
Tesouro e da Contabilidade Pública.

COMITÉ DE AUDITORIA DO BCEAO

BURKINA FASO

Sr. Célestin Santéré SANON, Diretor-
Geral do Tesouro e da Contabilidade
Pública.

REPÚBLICA DA COTE D'IVOIRE

Sr. Konan Jacques ASSAHORE, Diretor-
Geral do Tesouro e da Contabilidade
Pública.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Sr. Mamadu BALDE, Diretor-Geral do
Tesouro e da Contabilidade Pública.

REPÚBLICA DO TOGO

Sr. Ekpao ADJABO, Diretor-Geral do
Tesouro e da Contabilidade Pública.

PANORAMA GLOBAL

6,1% (2021) -3,1% (2020) A taxa de crescimento da economia mundial passou de -3,1% em 2020 para 6,1% em 2021.		6,0% (2021) 1,8% (2020) Na União, estabeleceu-se em 6,0% em 2021 após 1,8% em 2020.		3,6% (2021) 2,1% (2020) A taxa de inflação anual da União situou-se em 3,6% em 2021 após o registo de 2,1% em 2020.
---	--	---	--	---

O ano de 2021 foi marcado por uma nítida recuperação da actividade económica, após a recessão em 2020 induzida pela crise da Covid-19. De acordo com as estimativas divulgadas em Abril de 2022 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial registrou um crescimento de 6,1% em 2021 após a contracção de 3,1% em 2020. Esta recuperação observada em todos os países do mundo, foi impulsionada pela recuperação da procura resultante do levantamento das restrições sanitárias.

A recuperação da actividade económica em 2021 foi acompanhada por uma rápida subida da inflação no mundo. A taxa de inflação global subiu em média anual para 3,5% em 2021, após 1,9% em 2020. Este aumento da inflação deve-se à dissociação temporária das dinâmicas de evolução da oferta e procura mundial. Fez-se sentir, sobretudo, nos domínios da energia e dos produtos alimentares, como demonstra o aumento vertiginoso dos preços mundiais destes produtos.

Refletindo a recuperação da actividade económica, os fluxos comerciais globais aumentaram 10,2% em 2021, após uma queda de quase 7,2% no ano anterior.

As economias dos países-membros da UEMOA demonstraram sinais de resiliência à pandemia, evidenciada pela recuperação sustentada da actividade económica após o choque registado em 2020. Segundo estimativas recentes, a taxa de crescimento do PIB da União situou-se em 6,0% em 2021, após o registo de 1,8% no ano anterior. Esta retoma decorre dos efeitos de uma nítida melhoria da conjuntura económica internacional, da condução dos projetos de recuperação económica pelos Estados, assim como do relançamento a um ritmo inesperado das actividades no setor dos transportes, hotelaria e alimentação.

Em 2021, a inflação acelerou um pouco, sendo que o nível geral dos preços aumentou em média 3,6% após 2,1% em 2020. Esta evolução deve-se às repercussões das pressões inflacionistas verificadas à escala internacional no cabaz de consumo das famílias, em grande parte, pela subida dos preços dos produtos alimentares. O diferencial da inflação entre a UEMOA e os seus principais parceiros permaneceu favorável para a União em 0,9 ponto porcentual.

<p>5,5% (2021) 5,6% (2020)</p> <p>O défice global, base de engajamentos incluindo donativos, situou-se em 5,5% em 2021, contra 5,6% em 2020.</p>	<p>475,6 mil milhões (2021) 15,8 mil milhões (2020)</p> <p>Excedente da balança de pagamentos de 475,6 mil milhões em 2021 (0,48% do PIB) após 15,8 mil milhões em 2020 (0,02% do PIB).</p>	<p>14,040 trilhões (6 meses de importações de bens e serviços)</p> <p>Em finais de Dezembro de 2021, o stock das reservas de câmbio atingiu 14.040 bilhões, cobrindo 6 meses de importações de bens e serviços, contra 5,6 meses em finais de Dezembro de 2020.</p>
--	---	--

A pressão sobre as finanças públicas mantiveram, tendo em conta a importância das despesas realizadas no âmbito da implementação das ações de recuperação económica dos Estados-membros. Com efeito, o défice global, base de engajamentos incluindo donativos, permaneceu elevado, situando-se em 5,5% em 2021 contra 5,6% em 2020, para uma norma comunitária em vigor de 3,0%, antes da crise da Covid-19. O saldo deficitário da balança corrente aumentou 1.578,4 bilhões para 5.752,4 bilhões em 2021, devido ao agravamento do défice da balança de bens e serviços (+29,8%) e do rendimento primário (+6,3%). Em relação ao PIB, o défice corrente situou-se em 5,8% após 4,5% registado em 2020. O comércio externo dos países da União traduziu-se numa balança de pagamentos excedentária de 475,6 bilhões após 15,8 mil milhões em 2020.

Em 2021, a situação monetária da União caracterizou-se por um aumento dos ativos estrangeiros líquidos das instituições monetárias e das reservas oficiais de divisas da União. Esses ativos aumentaram 609,2 mil milhões para se situar em 7.746,6 bilhões no final de Dezembro de 2021. O estoque de reservas cambiais oficiais do BCEAO atingiu 14.040 bilhões no final de Dezembro de 2021, um aumento de 2.309 bilhões. Este desempenho deve-se à conjugação de vários factores, nomeadamente o subsídio geral em SDR num montante total de 1.302,6 bilhões de francos CFA efetuado pelo FMI a favor dos Estados-membros da União, a mobilização de importantes recursos externos pelos Estados e a repatriação efetiva das receitas de exportação. O nível das reservas cambiais assegura à União seis (6) meses de importações de bens e serviços, contra 5,6 meses no final de Dezembro de 2020.

O montante dos ativos domésticos aumentou 6.099,3 bilhões, ou seja 16,5%, em relação ao seu nível em finais de Dezembro de 2020, para fixar-se em 43.080,3 bilhões. Esta evolução foi induzida pelo efeito combinado da consolidação das disponibilidades líquidas sobre as Administrações Públicas Centrais (APUC) e a alta dos créditos para outros sectores residentes das economias da União. O crédito líquido das instituições depositárias nas APUC aumentaram de 3.306,9 bilhões para fixar-se em 15.651,1 bilhões em finais de Dezembro de 2021, devido ao aumento de 2.073,7 bilhões ou 18,4% dos empréstimos do sistema bancário aos Estados. O aumento do crédito líquido do BCEAO é essencialmente induzido pelas novas emissões dos SDR, realizadas pelo FMI em 23 de Agosto de 2021.

Por outro lado, o crédito das entidades depositárias para os sectores da economia, além da administração central, aumentaram de 24.636,8 bilhões em 2020 para 27.429,2 bilhões em 2021, ou seja, um aumento de 11,3% após 4,8% em 2020. Esta evolução foi principalmente impulsionada pelo aumento do financiamento dos bancos às empresas, que passaram de 13.958,8 bilhões em 2020 para 15.556,9 bilhões em 2021. Os empréstimos às famílias e Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF), registaram um crescimento anual de 13,3%, contra 2,1% em 2020.

5.944,1 biliões de FCFA (2021)

5.697,5 biliões de FCFA (2020)

O montante dos pré-financiamentos nos balcões de refinanciamentos de uma semana e de um mês estabeleceu-se em 5.944,1 biliões em finais de Dezembro de 2021 contra 5.697,5 biliões um ano antes.

Refletindo a evolução de suas contrapartidas, a massa monetária aumentou de 5.808,7 biliões ou 16,3%, para 41.465,6 biliões no final de Dezembro de 2021. Este reforço da liquidez global da União, traduziu-se num aumento líquido dos depósitos (4.704,0 biliões ou 17,2%) e da circulação fiduciária (1.104,7 biliões ou 13,3%).

No decorrer do ano 2021, o BCEAO prosseguiu a sua política monetária acomodativa para apoiar a recuperação da actividade económica, num contexto de controlo da inflação. Assim, prosseguiu com a modalidade de adjudicação à taxa fixa de 2,0% e cobriu a totalidade das necessidades dos bancos, na fase final da crise, onde o seu apoio à recuperação das economias revelou-se essencial. O montante acumulado do pré-financiamento nos balcões de refinanciamento de uma semana e de um mês estabeleceu-se em 5.944,1 biliões em finais de Dezembro de 2021 contra 5.697,5 biliões no ano anterior, ou seja, um aumento de 246,6 mil milhões.

Por outro lado, desde Fevereiro de 2021, o Banco Central instituiu um balcão especial de seis meses, dedicado ao refinanciamento dos títulos de Obrigações de Relance (OdR) emitidos pelos Estados da União para o financiamento de seus planos de recuperação. Criou igualmente em agosto de 2021, um balcão especial de refinanciamento com maturidade de 12 meses, denominada «Balcão de Apoio e Resiliência», a fim de assegurar melhores condições financeiras para a emissão de títulos do Tesouro pelos Estados da União, destinado ao financiamento das necessidades urgentes da tesouraria no contexto da crise sanitária. O saldo global do refinanciamento, incluindo os empréstimos concedidos nos balcões especiais, aumentou em 502,0 mil milhões num ano, situando-se em 6.295,8 biliões em finais de Dezembro de 2021.

Por fim, o coeficiente das reservas obrigatórias aplicáveis aos bancos permaneceu inalterado em 3,0%.

No mercado interbancário, observou-se um aumento do dinamismo de trocas de liquidez. O volume médio semanal das transações de todas as maturidades, aumentou para 428,0 biliões de FCFA em 2021 contra 275,0 biliões em 2020 (+56,0%). Em relação às taxas de juro, o segmento de transações semanais registrou uma redução da taxa de juro média ponderada de 3,48% em 2020 para 2,36%, como resultado das medidas de flexibilização monetária implementadas pelo Banco Central em 2021.

No domínio da manutenção da circulação fiduciária, os movimentos de notas e moedas nos balcões do Banco Central atingiram 45.641,6 biliões de FCFA em 2021, contra 39,759 trilhões de FCFA um ano antes. Comparada com 2020, a parte das notas em circulação fiduciária permaneceu quase estável em 98,0%.

45.641,6 bilhões de FCFA (2021)

39.759,2 bilhões de FCFA (2020)

Os movimentos de notas e moedas nos balcões do Banco Central atingiram 45.641,6 bilhões de FCFA em 2021 após 39.759,2 bilhões de FCFA no ano anterior.

No âmbito da cooperação monetária e financeira, as operações realizadas pelo Banco Central com o FMI por conta dos Estados-membros da UEMOA, saldaram-se durante o ano de 2021, por entradas líquidas de recursos de 134,68 milhões de SDR (108,42 mil milhões de FCFA) contra 897,19 milhões de SDR (722,29 mil milhões de FCFA) um ano antes. Os saques situam-se em 223,08 milhões de SDR (179,59 mil milhões de FCFA) contra 1.036,01 milhões de SDR (834,05 mil milhões de FCFA) no ano anterior, ou seja, uma diminuição de 812,93 milhões de SDR, ligada à suspensão progressiva da ajuda de emergência fornecida pelo FMI no âmbito da resposta à Covid-19. No que respeita aos reembolsos, diminuíram 85,31 milhões de SDR, passando de 198,75 milhões de SDR (160 mil milhões de FCFA) à 113,44 milhões de SDR (91,32 bilhões de FCFA). O montante das reduções do serviço da dívida situou-se em 57,67 milhões de SDR (46,42 mil milhões de FCFA). Durante o ano de 2021, os Estados-membros da União beneficiaram igualmente de um apoio geral de SDR num montante de 1.302,6 bilhões de FCFA, destinados a apoiar as suas estratégias de luta contra a pandemia da Covid-19 e dinamizar as suas economias.

No domínio da integração regional, a persistência da pandemia da Covid-19 teve como resultado um abrandamento do processo de implementação do Programa da Moeda Única da CEDEAO durante o ano de 2021. No quadro da prevenção e combate ao flagelo e relançamento das economias, as medidas implementadas pelos Estados-membros da CEDEAO tiveram como consequência uma degradação dos desempenhos dos Estados-membros em matéria de convergência macroeconómica. Tendo em conta as dificuldades que os Estados-membros enfrentam, os Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO decidiram na 58ª Sessão Ordinária da sua Conferência, realizada em 23 de Janeiro de 2021, suspender o Pacto de Convergência entre os Estados-membros, evitando assim o incumprimento destes critérios. Igualmente, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO adotou, em 19 de Junho de 2021, um novo roteiro para o lançamento da moeda Eco e um novo Pacto de Convergência. Neste mesmo Pacto, a fase de convergência das economias da África Ocidental abrangerá o período de 2022 a 2026. A Conferência também tomou nota do novo roteiro para o lançamento do Eco em 2027 e encarregou o Comité Ministerial de continuar a envidar esforços para a resolução das questões pendentes.

No plano do funcionamento do Banco Central, os Órgãos da União e do BCEAO realizaram os seus encontros, em conformidade com as disposições do Tratado de 20 de Janeiro de 2007, que instituiu a União Monetária Oeste Africana e os Estatutos do Banco Central dos Estados da África Ocidental. A Conferência de Chefes de Estado e de Governo da UEMOA realizou uma sessão ordinária em 2021. Também no mesmo ano o Conselho de Ministros da União realizou quatro reuniões ordinárias e três extraordinárias. Por sua vez, o Comité de Política Monetária reuniu-se em quatro sessões ordinárias e uma extraordinária. O Conselho de Administração realizou as duas reuniões ordinárias, sendo que todas as sessões ocorreram por videoconferência.

Em 31 de Dezembro de 2021, o número total do efetivo do BCEAO estabeleceu-se em 3.443 agentes contra 3.517 agentes em 31 de Dezembro de 2020. Este número é constituído por 3.379 agentes em função em todos os sítios do BCEAO e de 64 agentes em situação de destacamento ou disponibilidade.

I DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 - CONTEXTO INTERNACIONAL	2
1.1.1 - Economias avançadas	3
1.1.2 - Países emergentes e em desenvolvimento	4
1.1.3 - Mercados financeiros e matérias-primas	5
1.1.4 - Emprego e inflação	8
1.1.5 - Medidas de política monetária e mercados cambiais	9
1.2 - EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA NOS ESTADOS-MEMBROS DA UEMOA	13
1.2.1 - Produto Interno Bruto	13
1.2.1.1 - Produção agrícola	14
1.2.1.2 - Produção mineira	15
1.2.1.3 - Produção industrial e volume de negócios	16
1.2.2 - Evolução dos preços ao consumidor	16
1.2.3 - Finanças públicas e situação da dívida externa	17
1.2.3.1 - Evolução das operações financeiras dos Estados	17
1.2.3.2 - Mobilização de recursos externos e situação da dívida externa	19
1.2.4 - Balança de pagamentos	20

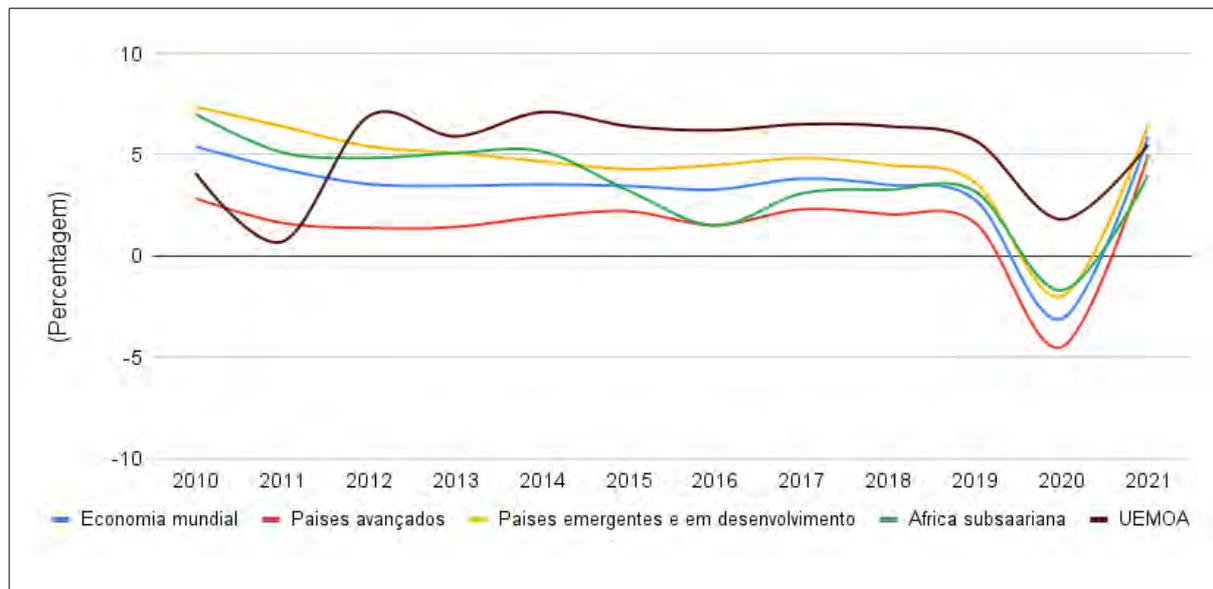
1.1 - CONTEXTO INTERNACIONAL

Taxa de crescimento do PIB

ECONOMIA MUNDIAL	ECONOMIAS AVANÇADAS
6,1% (2021)	5,0% (2021)
-3,1% (2020)	-4,5% (2020)
6,1% de crescimento em 2021 contra -3,1% em 2020	5,0% de crescimento em 2021 contra -4,5% em 2020
ZONA EURO	PAÍSES EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO
5,2% (2021)	6,5% (2021)
-6,4% (2020)	-2,0% (2020)
5,2% de crescimento em 2021 contra -6,4% em 2020	6,5% de crescimento em 2021 contra -2,0% em 2020
CHINA	ÁFRICA SUBSARIANA
8,1% (2021)	4,0% (2021)
2,3% (2020)	-1,7% (2020)
8,1% de crescimento em 2021 contra 2,3% em 2020	4,0% de crescimento em 2021 contra -1,7% em 2020

O ano de 2021 foi marcado por uma nítida retoma da actividade económica, após a recessão registada em 2020, devido à crise da Covid-19. Esta recuperação observada em todos os países do mundo foi impulsionada pelo aumento do dinamismo da procura em consequência da reabertura das economias e apoios orçamentais e monetários. Segundo as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas em 25 de Janeiro de 2022, a taxa de crescimento da economia mundial fixou-se em 6,1% em 2021 contra 3,1% registada em 2020.

Gráfico 1: CRESCIMENTO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA NO MUNDO



Fontes: Banco Mundial, FMI, OCDE.

1.1.1 - ECONOMIAS AVANÇADAS

No que diz respeito às economias avançadas, a taxa de crescimento situou-se em 5,0% em 2021 contra uma queda de 4,5% em 2020. Nos Estados Unidos, a retomada da actividade económica resultou num crescimento de 5,6% após um decréscimo de 3,4% em 2020. Esta recuperação da actividade explica-se pelos grandes planos de recuperação para apoiar a retoma económica, assim como os progressos registados na campanha de vacinação contra Covid-19.

Na Zona Euro, o crescimento do PIB passou de -6,4% em 2020 para +5,2% em 2021, impulsionado pela reabertura das economias e pela manutenção das políticas económicas de apoio pelos Estados e Banco Central Europeu.

1.1.2 - PAÍSES EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO

Taxa de crescimento do PIB

Países Emergentes			
China	Índia	Brasil	Rússia
8,1% (2021)	9,0% (2021)	4,7% (2021)	4,5% (2021)
2,3% (2020)	-7,3% (2020)	-3,9% (2020)	-2,7% (2020)
8,1% de crescimento em 2021 contra 2,3% em 2020.	9,0% de crescimento em 2021 contra -7,3% em 2020.	4,7% de crescimento em 2021 contra -3,9% em 2020.	4,5% de crescimento em 2021 contra -2,7% em 2020.
África Subsariana			
Nigéria	África do Sul	Gana	CEMAC
3,0% (2021)	4,6% (2021)	4,1% (2021)	2,2% (2021)
-1,8% (2020)	-6,4% (2020)	0,4% (2020)	-2,7% (2020)
3,0% de crescimento em 2021 contra -1,8% em 2020.	4,6% de crescimento em 2021 contra -6,4% em 2020.	4,1% de crescimento em 2021 contra 0,4% em 2020.	2,2% de crescimento em 2021 contra 2,6% em 2020.

Fonte: FMI

Nos países emergentes e em desenvolvimento, a taxa de crescimento da actividade situou-se em média a 6,5% em 2021 após o recuo de 2,0% registado em 2020. Na China, apesar da crise imobiliária, o crescimento acelerou-se, passando de 2,3% em 2020 para 8,1% em 2021, num contexto marcado pelo aumento da procura externa. A economia indiana registou uma taxa de crescimento de 9,0% em 2021 contra um recuo de 7,3% em 2020. No Brasil, a taxa de crescimento estabeleceu-se em 4,7% em 2021 após uma queda de 3,9% em 2020. Na Rússia, a retoma da actividade económica contou com o impulso do aumento do preço do petróleo e gás, induzido pela retoma da procura mundial, com a taxa de crescimento a situar-se em 4,5% em 2021, após uma contracção de 2,7% em 2020.

Na África Subsariana, após uma queda de 1,7% em 2020, o crescimento teve uma evolução positiva em 2021. O aumento da procura externa e dos preços das matérias-primas resultou numa taxa de crescimento de 4,0% nas economias da África Subsariana em 2021. A Nigéria registou um crescimento de 3,0% em 2021 após uma contracção de 1,8% em 2020, em linha com o aumento dos preços das matérias-primas, nomeadamente o petróleo. Na África do Sul, a economia registou uma taxa de crescimento de 4,6% em 2021, após uma baixa de 6,4% em 2020.

1.1.3 - MERCADOS FINANCEIROS E MATÉRIAS-PRIMAS

Nos mercados financeiros, as principais bolsas registaram uma evolução ascendente, num contexto marcado pela recuperação da actividade económica mundial.

Em média, o índice MSCI World melhorou 30,0% em comparação com o seu valor médio de 2020, para estabelecer-se em 2.985, 7 pontos. Nos Estados Unidos, o índice da Bolsa de Nova Iorque, o Dow Jones, reforçou-se em 26,4% em 2021 em relação ao ano anterior. Por sua vez, o Nasdaq, o índice de valores tecnológicos, teve um aumento significativo de 40,8%, motivado pelo aumento da utilização de novas tecnologias de informação durante a pandemia. Na Zona Euro, o EuroStoxx 50 registrou um forte aumento de 22,8% em relação ao seu nível médio de 2020, situando-se em 4.018,1 pontos no final de Dezembro de 2021. No Japão, o índice NIKKEI 225 aumentou 27,1% para um nível médio de 28.843,5 pontos em 2021. No Reino Unido, o índice FTSE 100 cresceu 11,6%, para se situar em 6.999,8 pontos em 2021.

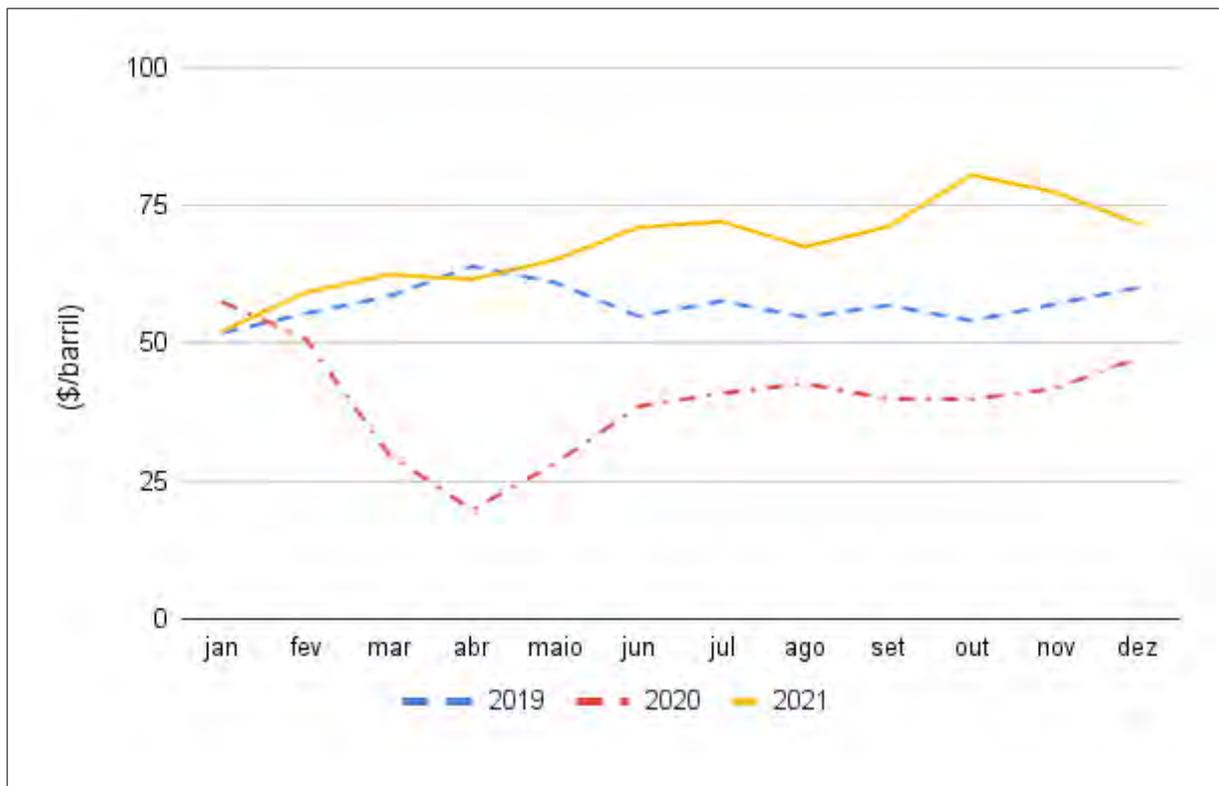
A recuperação generalizada dos mercados financeiros internacionais foi também observada nas bolsas africanas. Os principais índices registaram uma evolução ascendente em 2021, ou seja, em média anual os índices NSE da Nigéria e GSE do Gana registaram aumentos de 48,0% e 27,9%, respectivamente. O índice FTSE/JSE All Share da África do Sul progrediu 16,7% num contexto de recuperação económica. Na Zona UEMOA, após vários anos de diminuições contínuas, os índices BRVM compósita e BRVM 10 iniciaram um processo de recuperação num ano, com os aumentos de 20,7% e 6,3%, respectivamente.

Os preços das matérias-primas aumentaram significativamente com a retoma da procura à escala mundial, num contexto em que a oferta e o aprovisionamento dos mercados foram afetados por múltiplos constrangimentos. O índice dos principais produtos exportados registrou um aumento de 15,9% em 2021, após um registo de 1,2% em 2020. Os preços dos principais produtos alimentares importados, também aumentaram significativamente a sua taxa de crescimento (14,5% em 2021 contra 3,3% em 2020).

O aumento dos preços mundiais das principais matérias-primas exportadas pela União, situa-se ao nível dos produtos energéticos, nomeadamente com o gás (+131,2%) e o petróleo (+66,3%), bem como produtos não energéticos como os óleos vegetais (+61,4%), o algodão (+45,0%), borracha (+37,1%), zinco (+32,5%), café (+29,0%), urânio (+8,1%), madeira de toro (+8,1%), cacau (+4,2%), castanha de caju (+1,4%) e fertilizantes, incluindo fosfato (+52,9%). O ouro é o único produto de base exportado que registrou uma baixa do preço (-0,1%). O preço do ouro baixou pela força do dólar americano, a estabilização das taxas reais a longo prazo e a redução da incerteza, associadas ao levantamento das medidas de confinamento, apesar da persistência da pandemia de Covid-19.

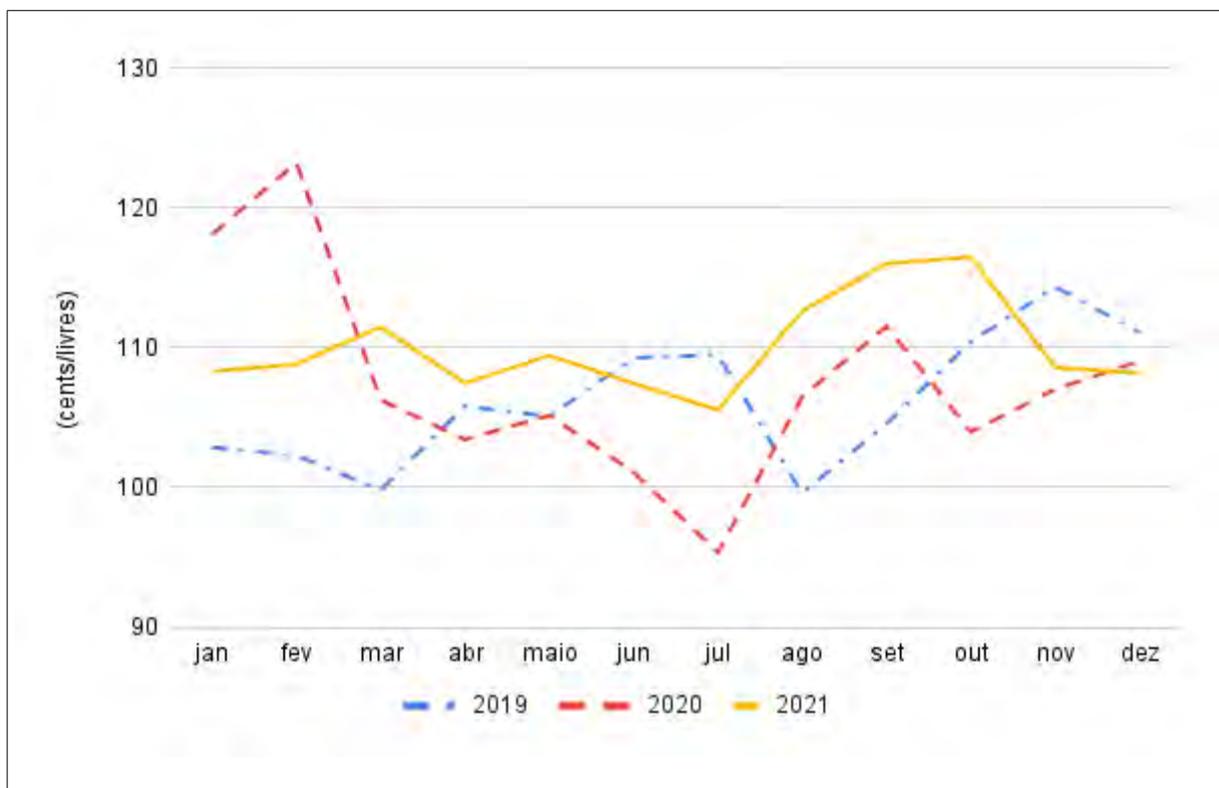
O aumento de preços observado abrange todos os produtos básicos importados, com excepção do arroz (-1,9%) nomeadamente óleos vegetais (+83,5%), trigo (+28,2%) e açúcar (+21,6%).

Gráfico 2: evolução de preços do petróleo (NYMEX)



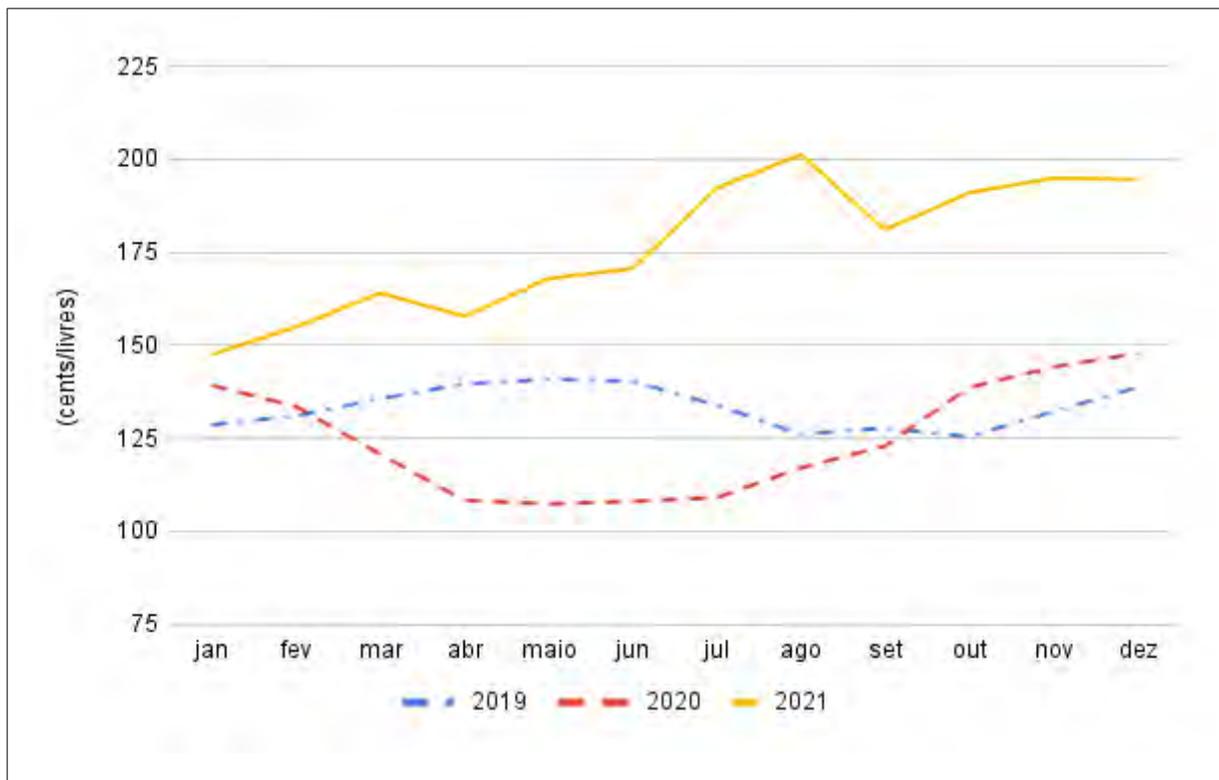
Fonte: Reuters, BCEAO.

Gráfico 3: evolução de preços do cacau



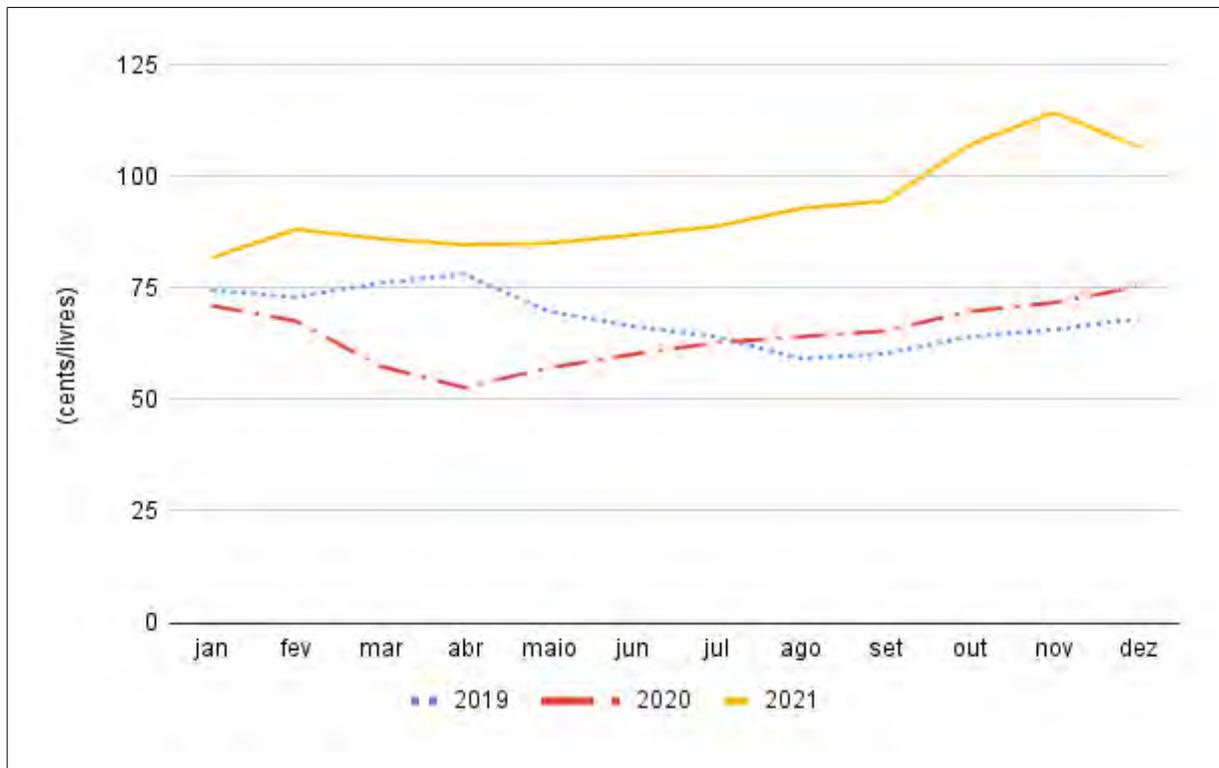
Fonte: Reuters, BCEAO.

Gráfico 4: Evolução de preços do café



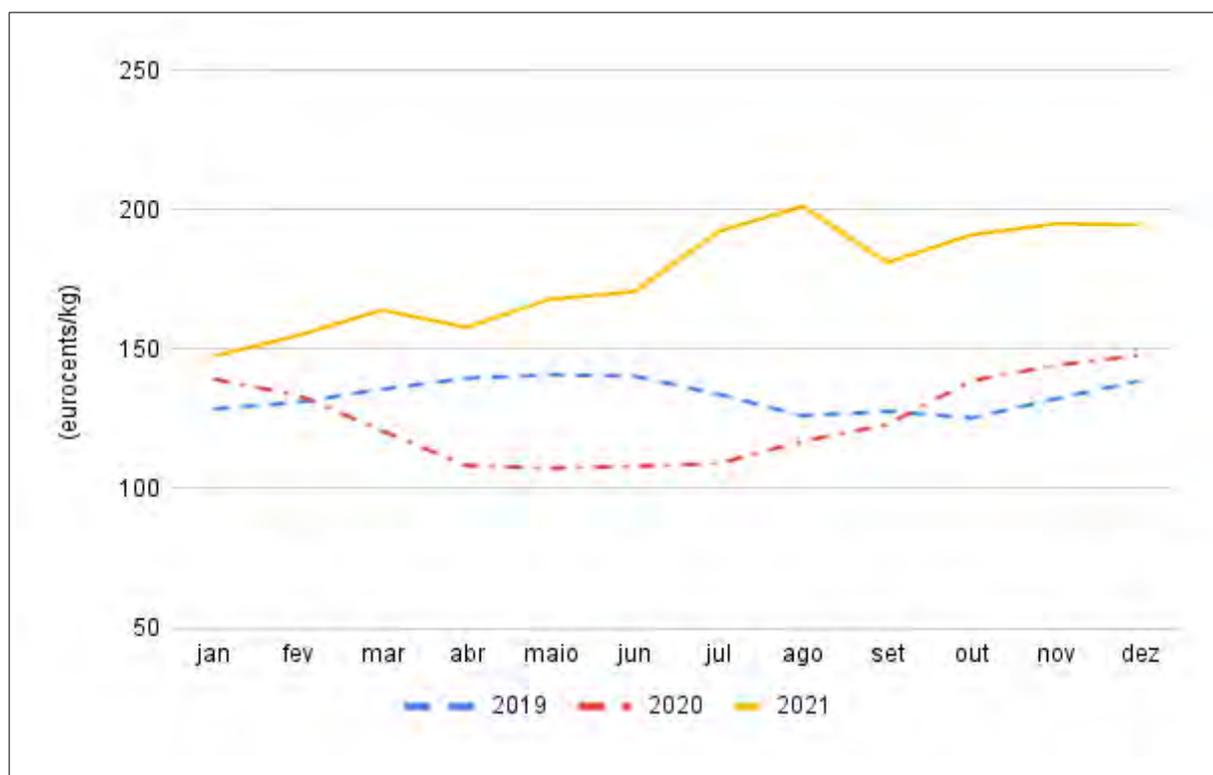
Fonte: Reuters, BCEAO.

Gráfico 5: Evolução de preços do algodão



Fonte: Reuters, BCEAO.

Gráfico 6: Evolução de preços da borracha



Fonte: Reuters, BCEAO.

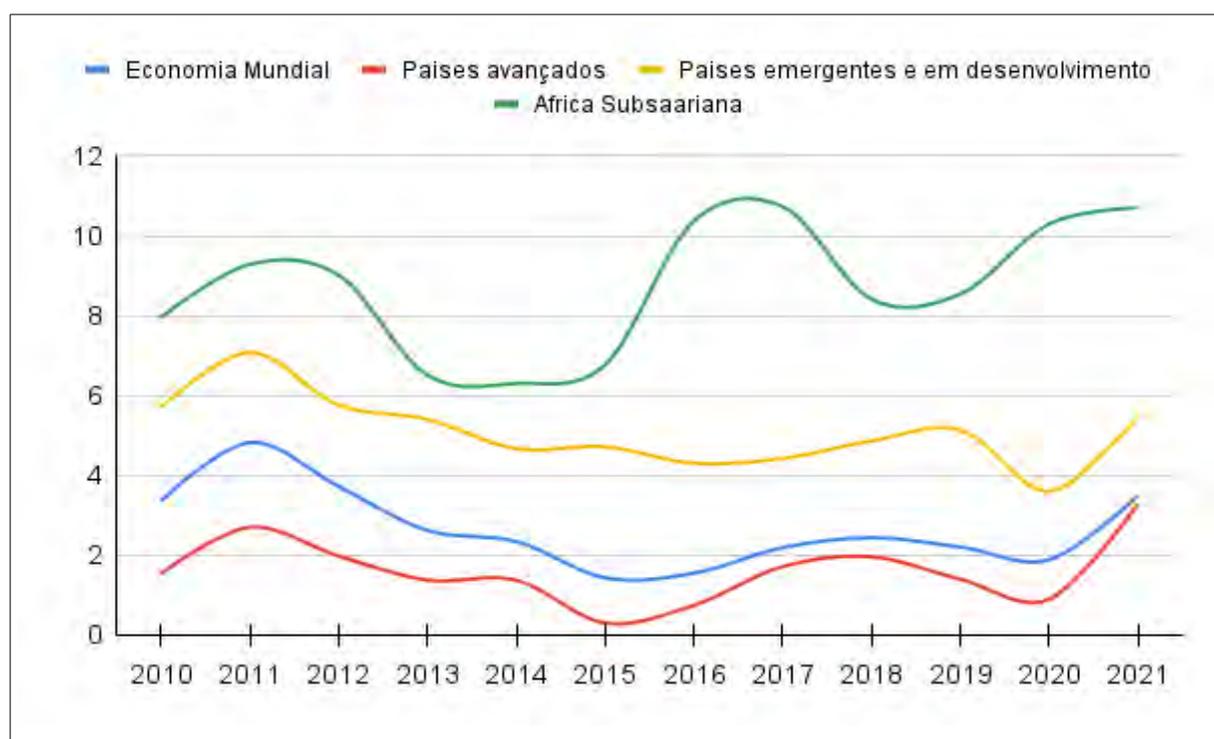
1.1.4 - EMPREGO E INFLAÇÃO

- ➔ REDUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO E AUMENTO DA INFLAÇÃO NAS ECONOMIAS AVANÇADAS.
- ➔ INFLAÇÃO MUNDIAL DE 3,3% EM 2021 CONTRA 0,9% EM 2020.
- ➔ AUMENTO DA TAXA DE INFLAÇÃO NOS PAÍSES EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO (5,5% EM 2021 CONTRA 3,6% EM 2020)
- ➔ TAXA de INFLAÇÃO DE 10,7% EM 2021 CONTRA 10,3% EM 2020 PARA A ÁFRICA SUBSARIANA.

Em 2021, a taxa de desemprego retomou a sua tendência descendente na maioria das economias avançadas. Neste ano, o desemprego registrou uma tendência de queda na maior parte das economias avançadas. Nos EUA, a taxa de desemprego passou de 6,7% em Dezembro de 2020 para 3,9% em Dezembro de 2021. Na Zona Euro, a taxa de desemprego caiu em 1,1 pontos percentuais para situar-se em 7,2% em Dezembro de 2021, o nível mais baixo desde 2008. Esta melhoria registada em 2021 no mercado de trabalho dos países avançados é derivada de vários factores, entre os quais, o levantamento das restrições de mobilidade motivado pelos progressos nas campanhas de vacinação e a forte procura decorrente das medidas de apoio monetário e orçamental.

A inflação global está a aumentar progressivamente em todas as regiões do mundo. Nas economias avançadas, a taxa de inflação foi de 3,3% em 2021 contra 0,9% em 2020. Este nível de inflação situa-se acima dos objectivos fixados pelos bancos centrais destes países. Nos países emergentes e em desenvolvimento, a média inflacionária foi de 5,5% em 2021 contra 3,6% em 2020. Na África Subsaariana, a inflação foi de 10,7% em 2021 contra 10,3% em 2020. O aumento da inflação resulta dos desequilíbrios entre a oferta e a procura, caracterizados por uma forte procura face a uma produção limitada, perturbações na logística e nas cadeias de aprovisionamento mundial, na sequência das medidas de restrição da mobilidade adotadas pelos Estados.

Gráfico 7: TAXA DE INFLAÇÃO (média anual em %)



Fonte: BCEAO

1.1.5 - MEDIDAS DE POLÍTICA MONETÁRIA E MERCADOS CAMBIAIS

<p>POLÍTICA MONETÁRIA ACOMODATIVA ADOTADA PELOS PRINCIPAIS BANCOS CENTRAIS.</p>	<p>VALORIZAÇÃO DO EURO FACE ÀS PRINCIPAIS DIVISAS EM 2021 COMO EM 2020.</p>	<p>APRECIAÇÃO DO FRANCO CFA NO MERCADO CAMBIAL DA ÁFRICA OCIDENTAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ 22,5% FACE À NAÏRA NIGERIANA ➔ 10,0% FACE AO LEONE SERRA LEONÊS ➔ 7,5% FACE AO CEDI DO GANA ➔ 5,9% FACE AO FRANCO GUINEENSE ➔ 4,0% FACE AO DALASI GAMBIANO.
---	---	---

A orientação da política monetária dos principais bancos centrais do mundo permaneceu globalmente acomodativa durante o ano de 2021. O objetivo é garantir condições de financiamento favoráveis, estáveis e previsíveis para apoiar a recuperação da actividade após a recessão global em 2020. No entanto, face à subida contínua dos preços durante o ano de 2021, registaram-se divergências notáveis entre os países avançados e os países emergentes e em desenvolvimento na orientação das políticas monetárias.

A nível dos países avançados, os bancos centrais, com exceção do Banco de Inglaterra, mantiveram inalterada a sua política monetária.

A Reserva Federal (FED) dos Estados Unidos manteve a meta da taxa dos fundos federais em 0,00% - 0,25%, níveis em vigor desde março de 2020, apesar do cenário de subida rápida da inflação. Esta inflação foi considerada provisória pela FED e explicada por factores transitórios resultantes dos desequilíbrios entre a oferta e procura, em consequência da persistência da pandemia da Covid-19. No entanto, tendo em conta a melhoria substancial da economia norte-americana desde Dezembro de 2020, a instituição decidiu, em 3 de Novembro de 2021, reduzir o ritmo mensal de suas compras de ativos líquidos. Por outro lado, a FED anunciou, em 15 de Dezembro de 2021, a suspensão das suas compras de obrigações nos mercados a partir de Março de 2022. Igualmente, abriu o caminho para três aumentos de um quarto de ponto percentuais das suas taxas de juros até o final de 2022.

O Banco Central Europeu (BCE) prosseguiu a orientação acomodante da política monetária durante o ano de 2021, mantendo inalteradas as taxas de juros diretoras. A taxa de juros das operações de refinanciamento bem como as da facilidade de empréstimo marginal e da facilidade de depósito mantiveram-se inalteradas em 0,00%, 0,25% e -0,50%, respectivamente. Face às dificuldades da recuperação na Zona, a instituição indicou que as taxas devem permanecer nos seus níveis atuais ou podiam ser reduzidas até ao retorno efectivo da inflação em 2%. O BCE indicou ainda que este retorno efetivo da inflação em 2% poderia impulsionar um período transitório de aumento dos preços para um nível ligeiramente superior à meta estabelecida. Em contrapartida, na sua reunião de 16 de Dezembro de 2021, anunciou a redução a partir do primeiro trimestre de 2022, do ritmo de suas compras líquidas de ativos no âmbito do Programa de Compras de Emergência Pandémica (PEPP), antes do termo deste dispositivo, conforme previsto, em Março de 2022. No entanto, deve prosseguir o seu programa tradicional de compra de ativos (Asset purchase programme APP).

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra (BoE) manteve nos primeiros onze meses de 2021, a taxa diretora em 0,10%, o seu nível histórico mais baixo, a fim de apoiar a recuperação da actividade económica. No entanto, confrontada com fortes pressões inflacionistas, aumentou a taxa de quinze (15) pontos base para 0,25% em 16 de Dezembro de 2021.

O Banco do Japão (BoJ) prosseguiu a orientação acomodante da política monetária, incluindo o seu engajamento em manter as taxas de juro de longo prazo em nível baixo. A taxa de facilidade de depósito (-0,10%) e o seu objectivo de rendimento das obrigações a 10 anos (0%) permaneceram inalterados. Na sua reunião de 16 de Dezembro de 2021, o BoJ anunciou que, a partir de Abril de 2022, vai reduzir a sua carteira de bilhetes de tesouraria e obrigações das empresas num total de cerca de 5 trilhões de ienes (38,8 mil milhões de euros), em comparação com o limite anterior de 20 trilhões de ienes.

A nível dos países emergentes, os principais bancos centrais alteraram a orientação da política monetária, com exceção da Índia, cujo Banco Central (RBI) manteve a principal taxa diretora em

4,00%. Em 20 de Dezembro de 2021, o Banco Popular da China (PBoC) baixou a taxa diretora de 0,05 pontos percentuais para se fixar em 3,80%, após a sua manutenção inalterada desde Abril de 2020. O banco central chinês também reduziu o rácio de reservas mínimas que as instituições financeiras são obrigadas a constituir. Anunciou a sua intenção de manter uma política monetária flexível em 2022, a fim de estabilizar o crescimento e reduzir os custos de financiamento das empresas num contexto de dificuldades económicas crescentes. A partir do primeiro semestre de 2021, face ao ressurgimento das pressões inflacionistas, os bancos centrais da Rússia e do Brasil, aumentaram as taxas diretoras em 425 e 650 pontos base (pdb), respectivamente. Em contrapartida e a fim de apoiar a recuperação económica, o Banco Central da Turquia baixou a sua taxa diretora em 500 pontos percentuais, desde que atingiu o pico de 19% no primeiro trimestre, para 14,00% no final de Dezembro de 2021.

A nível dos países parceiros comerciais da UEMOA na sub-região oeste africana, o Banco Central da Nigéria (CBN) manteve a taxa diretora em 11,5%, nível em vigor desde 22 de Setembro de 2020. Ao contrário, no Gana, depois de baixar a taxa diretora de 100 pdb, em Maio de 2021 para apoiar a recuperação económica, o Banco de Gana (BoG) aumentou a taxa diretora em Novembro de 2021 na mesma proporção, para 14,5%. Na Zona CEMAC, o BEAC aumentou em 25 pontos base as suas principais taxas diretoras em 25 de Novembro de 2021, devido à deterioração das reservas cambiais e riscos que poderiam pesar sobre a estabilidade externa da moeda. A taxa de juro dos concursos (TIAO) e a taxa da facilidade de empréstimo marginal foram fixadas respectivamente em 3,50% e 5,25%.

Nos mercados cambiais, o euro apreciou-se face às principais moedas em 2021. O índice da taxa de câmbio da moeda europeia calculado pelo BCE, reforçou-se em 1,2%. A cotação do euro aumentou 3,7%, para 1,1835 dólares norte-americanos em 2021. A moeda da Zona Euro também apreciou-se em relação ao iene japonês (+6,6%) e ao franco suíço (+1,0%). O euro apreciou também face às moedas dos países emergentes. Melhorou 30,1% em relação à libra turca, 5,5% em relação ao rublo russo e 3,4% em relação à rupia indiana. Em contrapartida, a moeda europeia desvalorizou-se face ao dólar australiano (-4,9%), à libra esterlina (-3,3%) e ao dólar canadiano (-3,0%). O euro também recuou 6,9% em relação ao rand sul-africano e 3,0% em relação ao yuan chinês.

No que diz respeito às moedas dos outros países-membros da CEDEAO, o Franco CFA valorizou-se durante o ano de 2021, com exceção do dólar liberiano (- 7,5%). Numa base anual, o franco CFA valorizou-se de 22,5% face à naira nigeriana, de 10,0% em relação ao Leone da Serra Leoa e de 7,5% face ao cedi do Gana. A moeda dos países da União também se valorizou face ao franco-guineense (+5,9%) e ao Dalasi gambiano (+4,0%). Em média anual, 1.000 FCFA equivalem à 10,47 cedias ganenses, 92,02 dalasis gambianos, 18.814,41 leones da Serra Leoa, 307,61 dólares liberianos, 17.629,73 francos guineenses e 717,68 nairas nigerianas.

**Quadro 1: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO MÉDIAS ANUAIS
(UNIDADE DE MOEDA ESTRANGEIRA PARA 1.000 FCFA)**

Moeda	Sigla	2020	2021	Variação (%) *
Direito Especial de Saque	DSE	1,22	1,20	-1,5
Dólares americanos	USD	1,14	1,18	3,7
Franco suíço	CHF	1,07	1,08	1,0
Libra Esterlina	GBP	0,89	0,86	-3,3
Iene japonês	JPY	121,78	129,86	6,6
Yuan chinês	CNY	7,87	7,63	-3,0
Rublo russo	RUB	82,65	87,23	5,5
Rupia indiana	INR	84,58	87,49	3,4
Dalasi gambiano	GMG	88,53	92,05	4,0
Cedi do Gana	GHS	9,74	10,47	7,5
Franco-guineense	FGN	16.648,60	17.629,73	5,9
Dólar liberiano	LRD	332,59	307,61	-7,5
Naira Nigeriana	NGN	585,69	717,68	22,5
Leone da serra-leoa	SLL	17.102,40	18.814,41	10,0

Fontes: AMAO, Banco da França, FMI, BCEAO.

* O sinal (-) indica uma desvalorização do franco CFA em relação à moeda estrangeira

Quadro 2: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO MÉDIAS TRIMESTRAIS (UNIDADE DE MOEDA ESTRANGEIRA PARA 1.000 FCFA)

Moeda	Sigla	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre	
		2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Direito de Saque Especial	DSE	1,25	1,19	1,24	1,19	1,20	1,21	1,20	1,23
Dólares americanos	USD	1,10	1,20	1,11	1,21	1,18	1,18	1,20	1,14
Franco suíço	CHF	1,06	1,10	1,06	1,10	1,08	1,08	1,08	1,05
Libra Esterlina	GBP	0,86	0,87	0,89	0,86	0,90	0,86	0,90	0,85
Iene japonês	JPY	119,54	128,60	118,61	132,28	124,85	130,00	124,55	130,40
Yuan chinês	CNY	7,70	7,77	7,84	7,75	8,14	7,61	7,91	7,29
Rublo russo	RUB	76,63	90,30	79,32	89,01	89,26	85,94	91,69	84,08
Rupia indiana	INR	87,31	87,94	80,36	88,78	83,45	86,95	87,47	85,58
Dalasi gambiano	GMD	86,30	92,06	85,47	92,36	90,23	91,67	92,91	90,86
Cedi do Gana	GHS	9,08	10,56	9,36	10,54	10,13	10,46	10,47	10,31
Franco guineense	FGN	15.766,27	18.467,09	15.842,02	18.050,09	17.153,07	17.498,42	17.841,52	16.463,13
Dólar liberiano	LRD	328,39	315,05	333,01	315,68	354,98	308,37	312,40	260,05
Naira Nigeriana	NGN	515,42	697,26	513,95	718,82	617,97	736,61	690,84	716,12
Leone da serra-leoa	SLL	16.391,47	18.740,97	16.339,62	18.801,77	17.471,16	18.592,21	18.234,50	19.113,47

Fontes: AMAO, Banco da França, FMI, BCEAO.

1.2 - EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA NOS ESTADOS-MEMBROS DA UEMOA

TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB DA UEMOA

6,1% (2021)

1,8% (2020)

1.2.1 - PRODUTO INTERNO BRUTO

Após o abrandamento registado em 2020, devido à Covid-19, as economias da União recuperaram durante de 2021, o seu dinamismo registado antes da crise sanitária. Beneficiaram da implementação de importantes programas de recuperação económica, da prossecução de obras anteriormente suspensas devido à pandemia e da manutenção pelo Banco Central da sua política monetária acomodatória, a fim de permitir que as instituições de crédito respondam melhor às necessidades de financiamento dos agentes económicos.

Segundo estimativas recentes, a taxa de crescimento do PIB da União situou-se em 6,1% em 2021 contra 1,8% em 2020, impulsionada por todos os sectores de actividade, nomeadamente o

setor terciário em ligação com o aumento de actividades de transporte, de hotelaria e restauração. A contribuição do setor terciário no crescimento foi de 4,7 pontos de percentagem (pdp). As dos sectores primários e secundários representaram respectivamente 0,1 e 1,2 pdp.

Quadro 3: EVOLUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA UNIÃO

	2019	2020	2021
Setor primário	1,3	0,7	0,1
Setor secundário	1,3	0,3	1,2
Incluindo:			
- Indústrias transformadoras	0,4	-0,1	0,5
- Construção civil e Obras Públicas	0,6	0,1	0,4
Setor terciário	3,2	0,8	4,7
PIB real	5,8	1,8	6,0
Consumo final	3,5	2,0	4,9
Investimento	1,8	1,6	2,0
Setor externo	0,5	-1,8	-0,9
- incluindo Exportações	2,2	-1,3	2,1

Fontes: Serviços nacionais, BCEAO

1.2.1.1 - Produção agrícola

PRODUÇÃO ALIMENTAR: 66.315.451 TONELADAS, REDUÇÃO DE 8,1%

As colheitas da campanha agrícola 2021/2022 registaram uma diminuição na maioria dos Estados-membros da União, em especial nos países do Sahel. Com base nas estimativas dos Serviços Nacionais, a produção alimentar na União atingiu 66.315.451 toneladas na campanha agrícola de 2021/2022, uma diminuição de 8,1% em relação à campanha anterior. Este resultado decorre da queda das colheitas de cereais (13,3%), das outras culturas (9,7%) e de tubérculos (1,1%). Por outro lado, esta diminuição da produção deve-se às condições climáticas pouco favoráveis que prevaleceram durante a campanha.

Em comparação com a média dos cinco anos precedentes, as colheitas da campanha agrícola 2021/2022 tiveram um aumento moderado de 1,0%.

As colheitas dos produtos de exportação, com exceção do café e amendoim, aumentaram, durante a campanha agrícola de 2021/2022, em relação à campanha anterior.

Durante a campanha de 2021/2022, as colheitas de algodão na União, foram avaliadas em 2.836.625 toneladas, um aumento de 30,0% em relação à campanha de 2020/2021. O Mali foi o principal locomotor deste forte aumento da produção da União. Neste país, as medidas implementadas para desbloquear os subsídios anteriormente suspensos para adubos, e o aumento do preço mínimo de compra ao produtor, que aumentaram de 200 para 280 FCFA, tiveram como efeito um aumento sem precedentes das superfícies cultivadas, que passaram de

160.000 hectares em 2020/2021 para 790.000 hectares. Todos estes factores explicam o nível recorde de produção, ou seja, 741.184 toneladas produzidos no Mali.

A produção de amendoim foi de 3.602.288 toneladas na campanha de 2021/2022, caindo 11,7% em relação à campanha anterior. Esta situação deve-se à queda de 6,7% das colheitas no Senegal, principal país produtor da União.

A quantidade de castanha de caju produzida é estimada em 1.432.266 toneladas durante a campanha 2021/2022, um aumento de 12,9% em relação à campanha anterior. Este aumento resulta essencialmente do aumento de 14,1% das colheitas registadas na Côte d'Ivoire, maior produtor da castanha de caju, com 66,9% da oferta total da União, durante a campanha 2020/2021. Na Guiné-Bissau, a produção de castanha de caju é estimada em 225.000 toneladas, o que representa um aumento de 1,6% em relação à campanha anterior.

A produção de borracha foi estimada em cerca de 1.100.386 toneladas na campanha de 2021/2022, um aumento de 15,9% em relação à campanha agrícola anterior, devido ao aumento do número de árvores envelhecidas.

A produção de cacau aumentou 2,6% na campanha de 2021/2022, para 2.244.204 toneladas na União. Esta evolução foi consequência do aumento de 2,6% das colheitas no Côte d'Ivoire, apesar das ações conduzidas pelas autoridades ivoirienses para controlar a progressão da oferta de favas, a fim de evitar um colapso dos preços mundiais.

Em contrapartida, a produção de café atingiu 84.418 toneladas na campanha de 2021/2022, uma diminuição de 19,1% em relação à campanha anterior, devido nomeadamente ao envelhecimento progressivo do pomar e à atração de outros cultivos (principalmente a seringueira).

1.2.1.2 - Produção mineira

As estimativas disponíveis sobre actividades extrativas durante o ano 2021 indicam uma evolução positiva na produção de ouro e fosfato. Em contrapartida, as produções de petróleo e urânio registaram decréscimos.

As quantidades de ouro extraídas na União em 2021 são estimadas em 195.846 kg, um aumento de 4,0% em relação a 2020, após um aumento de 10,5% um ano antes. As quantidades de ouro produzidas em 2021 são avaliadas em 69.460 kg no Mali (-2,5%), 66.859 kg no Burkina (+7,6%), 40.000 kg na Côte d'Ivoire (+3,8%), 19.120 kg no Senegal (+17,8%) e 407 kg no Níger (+203,9%).

A oferta de fosfatos também registrou um aumento de 3,5%, atingindo 3.074.368 toneladas em 2021, devido ao aumento de 10,2% na produção do Togo, avaliada em 1.456.368 toneladas, não obstante a queda de 0,2% na produção do Senegal.

Em contrapartida, as extrações do petróleo bruto registaram uma diminuição de 3,6% fixando-se à 16.310,4 mil barris, devido a redução de 6,9% da oferta da Côte d'Ivoire, apesar do aumento de 2,1% do Níger.

A produção de urânio também registrou uma queda de 23,6%, resultando em 2.285 toneladas em 2021, em ligação com a queda na procura global.

1.2.1.3 - Produção industrial e volume de negócios

A produção industrial na UEMOA registrou uma progressão de 6,2% em 2021, após 1,8% um ano antes. Esta aceleração é marcada pelo aumento da produção manufatureira (+8,9% contra -1,2%), atenuado por uma desaceleração da produção extrativa (+0,4% contra +7,4%) e energética (+5,4% contra +7,8%). A dinâmica da evolução na indústria manufatureira está relacionada com o aumento da produção de petróleo refinado e de produtos alimentares. A evolução observada na indústria extrativa está relacionada com a diminuição da produção de urânio e a desaceleração da produção de ouro. No setor de energia, o ritmo de crescimento da produção de energia diminuiu ligeiramente, atingindo 5,4% em 2021 contra um aumento de 7,8% em 2020. A produção de energia hidroelétrica foi afetada pela diminuição do nível das barragens e pela avaria ocorrida na central térmica de Azito que gera um terço da eletricidade em Côte d'Ivoire.

O volume de negócios do comércio a retalho na UEMOA registrou um aumento de 12,6% em 2021 contra um decréscimo de 5,7% no ano precedente. Esta dinâmica explica-se pela retoma das actividades no domínio da comercialização de automóveis (+23,0% contra +0,6%), de produtos têxteis e vestuário (+16,8% contra -13,6%), de produtos alimentares (+13,6% contra -12,8%) bem como dos produtos petrolíferos (+9,1% contra -7,0%).

O índice do volume de negócios nos serviços comercializáveis (excluindo serviços financeiros) registrou um aumento de 15,0% em 2021 após uma quase-estagnação em 2020 (+0,4%). Esta evolução explica-se essencialmente pela recuperação das actividades dos serviços, de alojamento e alimentação e transporte, que tinham sido mais afetadas pela crise sanitária durante o ano de 2020, associada ainda pela retoma do dinamismo nos serviços de informação e comunicação na maior parte dos países da União.

O índice das actividades nos serviços financeiros registrou uma progressão de 8,5% em 2021 após um aumento de 8,4% no ano anterior. O volume das transações bancárias (créditos e depósitos) aumentou, enquanto que as taxas devedoras diminuíram.

1.2.2 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AO CONSUMIDOR

TAXA DE INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL	CAUSAS DO AUMENTO DE PREÇOS:
3,6% (2021) 2,1% (2020)	<ul style="list-style-type: none">• BAIXA DA PRODUÇÃO DOS CEREAIS• DIFICULDADES DE APROVISIONAMENTO DE MERCADO• AUMENTO DOS PREÇOS INTERNACIONAIS DOS PRODUTOS ALIMENTARES• AUMENTO DE CUSTOS DO FRETE.
Taxa de inflação em média anual fixou-se em 3,6% em 2021 após 2,1% em 2020.	

A taxa de inflação média anual subiu para 3,6% em 2021, após 2,1% em 2020. Esta subida da inflação deveu-se principalmente a pressões sobre os preços dos produtos alimentares e, em menor escala, ao aumento da função habitação. O aumento dos preços da componente alimentar resulta essencialmente de uma diminuição da produção cerealífera na União, num contexto de exacerbação das dificuldades de abastecimento dos mercados, principalmente devido às incidências das crises sanitárias e de segurança. O encarecimento dos produtos alimentares foi, por outro lado, acentuado pelo aumento dos preços internacionais dos produtos

importados (+7,3%), associado ao aumento dos custos do transporte (+296,1%). O aumento da componente habitação deve-se ao aumento dos preços do carvão e madeira, como consequência do aumento dos custos de transporte para os grandes centros urbanos, assim como ao aumento dos preços do gás e petróleo nalguns países que seguiram a tendência do preço do petróleo bruto.

Não obstante a evolução acima referida, o diferencial de inflação entre a UEMOA e os seus principais parceiros foi favorável à União em 0,9 pontos percentuais em 2021. Em especial, em relação à Nigéria e Gana, o diferencial de inflação situou-se, respectivamente, em 11,4 e 5,7 pontos percentuais.

Quadro 4: VARIAÇÃO DOS PREÇOS NO CONSUMIDOR EM 2020 E 2021 (EM %)

	2020		2021	
	Média anual	Em termos homólogos em finais de dezembro	Média anual	Em termos homólogos em finais de Dezembro
Benin	3,0	1,1	1,7	5,0
Burkina Faso	1,9	2,3	3,9	8,0
Côte d'Ivoire	2,4	2,3	4,2	5,6
Guiné-Bissau	1,5	1,5	3,3	5,8
Mali	0,5	0,7	3,9	8,9
Níger	2,9	3,1	3,8	4,9
Senegal	2,5	2,4	2,2	3,8
Togo	1,8	3,6	4,5	6,1
UEMOA	2,1	2,2	3,6	6,0

Fontes: Institutos Nacionais da Estatística, BCEAO.

1.2.3 - FINANÇAS PÚBLICAS E SITUAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

1.2.3.1 - Evolução das operações financeiras dos Estados

A execução das operações financeiras dos Estados membros da UEMOA durante o ano de 2021, fica marcada por ações de revitalização com vista à recuperação económica na sequência do choque do Covid-19 em 2020. Em relação às receitas orçamentais, as coletas alcançaram 16.114,4 bilhões em finais de Dezembro de 2021, ou seja, um aumento de 2.063,3 bilhões (+14,7%) em relação ao ano anterior. Este desempenho está ligado ao aumento das receitas fiscais em 1.769,7 bilhões, ou seja, 15,0%, e ao aumento de outras receitas em 293,6 mil milhões, ou seja, 12,9%. A amplitude da recuperação económica permitiu atingir este nível de mobilização das receitas. No entanto, a taxa de pressão fiscal (13,6%) permanece abaixo da norma comunitária de 20% do PIB mínimo, em vigor na UEMOA antes da crise da Covid-19. Por sua vez, os donativos totalizaram 1.520,2 bilhões, uma queda de 14,1% em relação a 2020. No total, as receitas orçamentais e os donativos dos Estados-membros da União, aumentaram 11,5% de um ano para o outro.

RECEITAS ORÇAMENTAIS E DONATIVOS:

→ **17.634,6** BILHÕES (RECEITAS ORÇAMENTAIS 16.114,4 BILHÕES E DONATIVOS 1.520,2 BILHÕES) NO FINAL DE DEZEMBRO DE 2021. UM AUMENTO DE **11,5%** DE UM ANO PARA OUTRO.

→ TAXA DE PRESSÃO FISCAL : 13,6%, INFERIOR À NORMA COMUNITÁRIA DE 20% DO PIB MÍNIMO ADOTADA NO PACTO DE CONVERGÊNCIA DA UEMOA EM VIGOR ANTES DA CRISE DA COVID-19.

DESPESAS E EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS:

→ **23.125,7** BILHÕES EM 2021

→ UM AUMENTO DE **10,1%** EM RELAÇÃO A 2020.

DÉFICE GLOBAL, COM BASE ENGAJAMENTO, INCLUINDO DONATIVOS:

5.491,1 BILHÕES NO FINAL DE DEZEMBRO DE 2021, (**5,5%** DO PIB) CONTRA 5.187,0 BILHÕES EM 2020 (5,6% DO PIB).

MONTANTE GLOBAL DA DÍVIDA EXTERNA DA UNIÃO:

34.227,1 BILHÕES ATÉ FINAIS DE DEZEMBRO DE 2021, UM AUMENTO DE 14,5% CONTRA UMA PROGRESSÃO MÉDIA DE 16,2% EM 2020.

REPRESENTANDO 34,3% DO PIB EM 2021 CONTRA 32,5% DO PIB NO ANO ANTERIOR.

As despesas e empréstimos líquidos aumentaram 10,1%, passando de 21.007,4 bilhões em 2020 para 23.125,7 bilhões em 2021, devido ao aumento das despesas correntes (+8,1%) e despesas de capital (+13,0%). As despesas correntes aumentaram, devido entre outros, ao aumento, em termos homólogos, dos juros sobre a dívida dos Estados-membros (+17,0%), da massa salarial (+7,1%) e de outras despesas correntes (+25,3%), apesar da diminuição das transferências e subsídios (-6,9%). A progressão das despesas de capital foi provocada pela execução das ações de relance, bem como pela realização dos investimentos previstos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Em percentagem do PIB, fixaram-se em 7,9% em 2021 contra 7,3% do ano anterior.

Quadro 5: SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM 2020 E 2021

	Dezembro de 2020 (1)	Dezembro de 2021* (2)	Variação (2) – (1)	
			em mil milhões	em %
Receitas orçamentais e donativos	15.820,4	17.634,6	1.814,2	11,5
(em % do PIB)	17,2	17,7	-	-
Receitas orçamentais	14.051,1	16.114,4	2.063,3	14,7
Receitas fiscais	11.767,6	13.537,3	1.769,7	15,0
(em % do PIB)	12,8	13,6	-	-
Outras receitas (incluindo não fiscais)	2.283,5	2.577,1	293,6	12,9
Donativos	1.769,3	1.520,2	-249,1	-14,1
Despesas Totais e Empréstimos Líquidos	21.007,4	23.125,7	2.118,3	10,1
(em % do PIB)	22,8	23,2	-	-
Despesas correntes	13.396,1	14.481,4	1.085,3	8,1
Massa salarial	5.129,8	5.495,0	365,2	7,1
Transferências e subvenções	3.858,7	3.594,3	-264,4	-6,9
Juros da dívida	1.589,1	1.859,4	270,3	17,0
Outras despesas correntes	2.818,5	3.532,7	714,2	25,3
Despesas em capital	6.705,4	7.575,0	869,6	13,0
(em % do PIB)	7,3	7,6	-	-
Outras despesas	874,5	1.022,5	148,0	16,9
Empréstimos líquidos	31,4	46,8	15,4	49,0
Saldo base egajamentos, donativos incluídas	-5.187,0	-5.491,1	-304,1	-5,9
(em % do PIB)	-5,6	-5,5	-	-

(*) Estimativas

Fontes: Serviços nacionais, BCEAO.

Nesta base, o défice global base engajamentos, incluindo donativos, deteriorou-se em 304,1 mil milhões, situando-se em 5.491,1 bilhões em finais de Dezembro de 2021. No entanto, em percentagem do PIB, a situação melhorou ao fixar-se em 5,5% do PIB contra 5,6% em 2020.

1.2.3.2 - Mobilização de recursos externos e situação da dívida externa

Os Estados-membros da UEMOA continuaram a beneficiar do apoio dos parceiros técnicos e financeiros, como em 2020, no âmbito do financiamento da recuperação económica e da prossecução da luta contra a pandemia. Para o efeito, mobilizaram recursos junto do FMI por cerca de 179,59 mil milhões, através de vários instrumentos (Facilidade de Crédito Alargada, Facilidade de Crédito Rápido e Acordo de Confirmação), bem como atribuições de Direitos Especiais de Saque (SDR) desta instituição, num montante total de 1.302,6 bilhões.

Os Estados-membros, com excepção da Cote-d'Ivoire e do Senegal, também beneficiaram da terceira e quarta parcelas da redução do serviço da dívida do FMI, a título do Fundo Fiduciário

de Assistência e Resposta às Catástrofes (FF-ARC), num montante total de aproximadamente CFAF 46,2 mil milhões, elevando o alívio geral da dívida a seu favor sob esta iniciativa para 100,4 mil milhões FCFA.

Por outro lado, três (3) países da União obtiveram recursos nos mercados internacionais, por meio de emissões de Euro-obrigações. O Benin interveio nestes mercados em Janeiro e Julho de 2021, para mobilizar um montante total de 1,5 mil milhões de euros (984,0 mil milhões de FCFA). O Côte d'Ivoire obteve 926,7 milhões de euros, ou seja, 607,9 mil milhões de FCFA nos referidos mercados em Fevereiro de 2021. O Senegal emitiu Euro-obrigações em Junho de 2021 num montante de 775,0 milhões de euros, ou seja, cerca de 508,0 mil milhões de FCFA.

Os dados disponíveis sobre a dívida externa indicam um aumento de 14,5% do saldo da dívida externa da União, ou seja, 34.227,1 bilhões em 2021, contra um aumento de 16,2% no ano anterior, em articulação com os empréstimos mobilizados para o financiamento da recuperação económica e das necessidades associadas à crise sanitária. Em percentagem do PIB, a dívida externa representa 34,3% em 2021 contra 32,5% do ano anterior.

Por país, a situação é resumida no quadro 6 a seguir:

Quadro 6: RÁCIOS DA DÍVIDA EXTERNA EM 2020 E 2021 (em % do PIB)

País	2020	2021
Benin	26,0	34,1
Burkina	24,3	26,3
Côte d'Ivoire	30,5	31,4
Guiné-Bissau	39,6	41,0
Mali	29,8	29,4
Níger	31,0	33,0
Senegal	53,4	55,0
Togo	22,4	22,7
UEMOA	32,5	34,3

Fonte: BCEAO.

1.2.4 - BALANÇA DE PAGAMENTOS

SALDO GLOBAL DAS TROCAS EXTERNAS DOS PAÍSES DA UEMOA EXCEDENTÁRIA DE **475,6** MIL MILHÕES EM 2021 APÓS UM EXCEDENTE DE **15,8** MIL MILHÕES NO ANO ANTERIOR.

As trocas externas dos países da UEMOA traduziram-se em 2021 num saldo global excedentário de 475,6 mil milhões, após um excedente de 15,8 mil milhões no ano anterior. Esta evolução está ligada ao aumento das entradas líquidas de capitais ao abrigo da conta financeira, cujo nível permitiu cobrir o défice da conta corrente. Este deteriorou-se de um ano para outro, principalmente, pelo aumento das importações de bens e serviços (+15,7%) contra (+12,3%) das exportações.

**Quadro 7: EVOLUÇÃO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS NO PERÍODO 2019-2021
(EM MIL MILHÕES DE FCFA, salvo indicação em contrário)**

	2019	2020	2021 (Estimativa)
Balança comercial	-1.458,3	-360,3	-1.517,5
Balança dos serviços	-3.599,7	-4.595,5	-4.916,2
Saldo da conta de transações correntes	-4.370,2	-4.174,0	-5.752,4
Saldo da conta de transações correntes (em % PIB)	-4,9	-4,5	-5,8
Saldo da conta de transações correntes excluindo donativos (em % PIB)	-5,7	-5,4	-6,3
Saldo da conta capital	1.235,5	1.307,4	1.734,4
Saldo da conta financeira	-5.107,0	-3.280,2	-4.731,0
Saldo global	1.635,1	15,8	475,6
Reavaliações	171,8	182,3	133,6
Variação de EAN	-1.806,9	-198,0	-609,2
PIB nominal	88.696,2	91.838,0	99.709,8

Fonte: BCEAO.

O déficit corrente aumentou de 1.578,4 bilhões para situar-se em 5.752,4 bilhões em 2021, devido à agravamento do déficit da balança de bens e serviços (+29,8%), bem como o do rendimento primário (+6,3%). Em relação ao PIB, o déficit da balança corrente situou-se em 5,8%, um aumento de 1,3 pontos percentuais em relação a 2020.

O agravamento do déficit comercial de bens (+1.157,2 bilhões) deve-se ao aumento das importações (+18,0%) superior do que o das exportações (+12,0%), num contexto de normalização progressiva das trocas comerciais.

A dinâmica das importações explica-se essencialmente pela fatura dos produtos petrolíferos (+38,2%), num contexto de aumento dos preços internacionais, associada a uma nítida recuperação da procura de bens de consumo (+13,4%), bem como de bens de equipamento e intermediários (+14,9%). O aumento das aquisições de bens de equipamento e intermediários, explica-se pela realização de grandes projetos de engenharia em curso nos países da UEMOA após o abrandamento do seu ritmo de execução em 2020. Trata-se principalmente do projeto de gás Grande Torture Ahmeyim (GTA) da British Petroleum (BP) entre o Senegal e a Mauritânia, bem como da construção do gasoduto de transporte de petróleo no Níger e no Benin.

A evolução das exportações resulta essencialmente da orientação ascendente das vendas dos principais produtos tradicionalmente exportados pela União, atenuada pela diminuição das expedições de urânio devido ao encerramento da mina da COMINAK. O efeito do aumento das vendas das matérias-primas agrícolas, nomeadamente a borracha (+50,6%), o algodão (+29,8%), a castanha de caju (+25,1%) e o cacau (+9,8%) foi reforçado pela dinâmica das exportações de petróleo (+45,2%) e de ouro (+2,2%). O aumento das exportações de matérias-primas agrícolas, com exceção do cacau, é induzido pela orientação ascendente dos preços destes produtos nos mercados internacionais, por um lado e, por outro lado, pelo aumento dos volumes expedidos em ligação com o dinamismo da procura mundial. O aumento das vendas de

cacau em volume explica-se pelo adiamento das exportações da produção da campanha 2020/2021. No que diz respeito às exportações de produtos em ouro e petróleo, o seu dinamismo deve-se ao aumento da produção e dos preços internacionais. Por outro lado, é de notar que as reexportações (+21,5%) foram retomadas após as perturbações provocadas em 2020 pelo encerramento das fronteiras nigerianas.

O déficit da balança de serviços aumentou 7,0%, principalmente devido ao aumento da fatura dos transportes (+21,8%) subsequentemente à subida das importações em 2021 e dos preços do petróleo. Por seu lado, o saldo deficitário do rendimento primário aumentou 6,3%, devido aos pagamentos de juros a título da dívida pública (+7,5%). O excedente do rendimento secundário aumentou 1,5%, em ligação com o dinamismo das transferências de fundos dos trabalhadores migrantes, cujos fluxos para a UEMOA registaram um aumento de 19,6% em 2021. O resultado da conta de rendimento secundário foi, no entanto, atenuada pela diminuição das ajudas orçamentais recebidas pelos países da União (-42,6%).

O excedente da conta de capital aumentou 32,5%, para atingir 1.734,4 bilhões, após uma realização de 1.309,4 bilhões de euros no ano precedente, em relação ao aumento dos donativos para projetos na maior parte dos Estados-membros da União.

Tendo em conta as transações de capital, as necessidades de financiamento elevaram-se para 4.018,0 bilhões, (+40,2%). Esta necessidade foi coberta em 111,8% pelas entradas líquidas de capitais a título da conta financeira, contra uma taxa de cobertura de 101,0% em 2020, ou seja, uma alta de 10,8 pontos percentuais.

As entradas líquidas de capitais ao abrigo da conta financeira, aumentaram 44,2%, estabelecendo-se em 4.731,0 bilhões contra 3.729,4 bilhões em 2020. Esta evolução deve-se principalmente às entradas líquidas de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), associadas às entradas líquidas de investimentos de carteira. Os fluxos líquidos de IDE totalizaram 2.322,5 bilhões em 2021 contra 1.846,1 bilhões do ano anterior, ou seja, um aumento de 25,8%. Esta evolução está relacionada com a recuperação da actividade económica na União, conjugada com a retoma dos trabalhos de exploração mineira, petrolífera e de gás no Senegal e a construção do gasoduto no Níger, após o abrandamento observado em 2020. As entradas líquidas de investimentos de carteira atingiram 1.594,7 bilhões em 2021, principalmente em relação às emissões de euro-obrigações, num montante líquido global de 1,626 trilhões pelos Estados-membros da União. Neste caso, a Côte d'Ivoire (607,9 mil milhões), o Benin (715,5 mil milhões) e o Senegal (+276,7 mil milhões)¹ e com as do BOAD (+486,9 mil milhões, dos quais um reembolso de 461 mil milhões), contra uma emissão global de 353,2 mil milhões no ano anterior. As entradas líquidas de outros investimentos registaram uma queda, em ligação com a redução dos saques públicos (-20,2%), após as fortes mobilizações registradas em 2020.

Nestas condições, tendo em conta a atribuição geral de SDR de 1.302,6 bilhões, bem como os recursos dum montante de 179,59 mil milhões, mobilizados junto do FMI através de diversos instrumentos², o rácio das reservas em meses de importação passou de 5,6 meses em 2020 para 6,0 meses em 2021.

¹ As emissões líquidas de euro-obrigações analisadas nesta seção são avaliadas após dedução das recompras de títulos emitidos anteriormente, enquanto os valores indicados na seção 1.2.3.2 se referem às emissões brutas.

² Trata-se da Facilidade de Crédito Alargada, da Facilidade de Crédito Rápido e do Acordo de Confirmação.

II IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA

2.1 - OBJETIVOS DA POLÍTICA MONETÁRIA	24
2.2 - AÇÃO MONETÁRIA	24
2.2.1 - Política das taxas de juro	25
2.2.2 - Dispositivo das reservas mínimas obrigatórias.....	26
2.3 - OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO	26
2.3.1 - Operações de mercado aberto	26
2.3.2 - Operações nos balcões permanentes de refinanciamento	27
2.3.3 - Mercado interbancário	27
2.3.4 - Evolução das taxas devedoras	29
2.4 - EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS	30
2.4.1 - Ativos externos líquidos	30
2.4.2 - Ativos internos	31
2.4.2.1 - Disponibilidades líquidas sobre a Administração Pública Central (APUC)	31
2.4.2.2 - Créditos bancários à economia	32
2.4.3 - Massa monetária e base monetária	33

2.1 - OBJETIVOS DA POLÍTICA MONETÁRIA

Desde 1 de Abril de 2010, data da entrada em vigor da reforma institucional da UMOA e do BCEAO, o principal objetivo da política monetária do Banco Central passou a ser a manutenção da estabilidade de preços. Sem prejuízo deste objetivo, a política monetária suporta as políticas económicas dos Estados-membros da UEMOA, com vista ao seu crescimento sólido e sustentável.

Em termos operacionais, este objetivo é definido como uma taxa de inflação anual da União, dentro de uma margem de mais ou menos 1 ponto percentual (1%), em torno de um valor central de 2% em 24 meses.

Na condução desta missão, os riscos potenciais para a estabilidade e crescimento dos preços são identificados e analisados durante o exercício de elaboração do quadro macroeconómico levado a cabo pelos Serviços do Banco Central. No contexto da crise sanitária, este exercício, anteriormente anual, foi realizado trimestralmente durante o ano de 2021, para fornecer aos membros do Comité de Política Monetária uma análise atualizada da situação económica e financeira dos países da União, bem como as perspectivas a médio prazo, que se tornaram mais voláteis devido à evolução da pandemia da Covid-19.

2.2 - AÇÃO MONETÁRIA

MEDIDAS DE POLÍTICA MONETÁRIA DURANTE O ANO DE 2021:

→ Manutenção das taxas diretoras do BCEAO após a intervenção de em Junho de 2020. A principal taxa, ou seja, a taxa mínima de concursos para adjudicação, manteve-se em 2,00%, o seu nível mais baixo de sempre. Do mesmo modo, a taxa do balcão de empréstimo marginal manteve-se em 4,00%. O objetivo foi de apoiar a recuperação da actividade económica, num contexto de pressões inflacionistas transitórias;

→ Manutenção do rácio de reservas mínimas para os bancos em 3,00% desde 16 de Março de 2017, a fim de apoiar a orientação acomodativa da política monetária.

MEDIDAS DE REGULAÇÃO DA LIQUIDEZ BANCÁRIA:

→ Prossecução de leilões à taxa fixa e de serviço completo em todos os balcões clássicos de concursos, a saber, o balcão semanal e o balcão mensal ;

→ Abertura de um balcão especial, com uma maturidade de seis meses para o refinanciamento dos títulos das Obrigações de Recuperação (OdR³). No quadro de implementação de medidas de estímulo foi levado a cabo a estruturação dos títulos das OdR e a abertura de um balcão especial, destinado a permitir aos Estados angariar recursos a longo prazo com taxas de juro favoráveis, para cobrir as necessidades de financiamento relacionadas com a crise sanitária;

→ Abertura de um balcão especial, com uma maturidade de 12 meses à serviço completo, para o refinanciamento dos títulos de Apoio e Resiliência (BSR) com uma maturidade de doze meses. O programa de emissão dos BSR, tinha como objetivo permitir aos Estados mobilizar recursos em condições favoráveis para lidar com necessidades urgentes de tesouraria;

→ Prossecução da notação das empresas, a fim de permitir que os bancos disponham de um depósito mais importante de títulos privados admissíveis nos balcões de refinanciamento do BCEAO.

³ As Recovery Bonds ou OdR são "Obrigações do Tesouro Assimiláveis com maturidades médias e longas (3 anos, 5 anos, 7 anos, 10 anos, 12 anos ou mais), que foram emitidos ao longo de 2021 em leilão aberto no Mercado Público de Títulos da UEMOA".

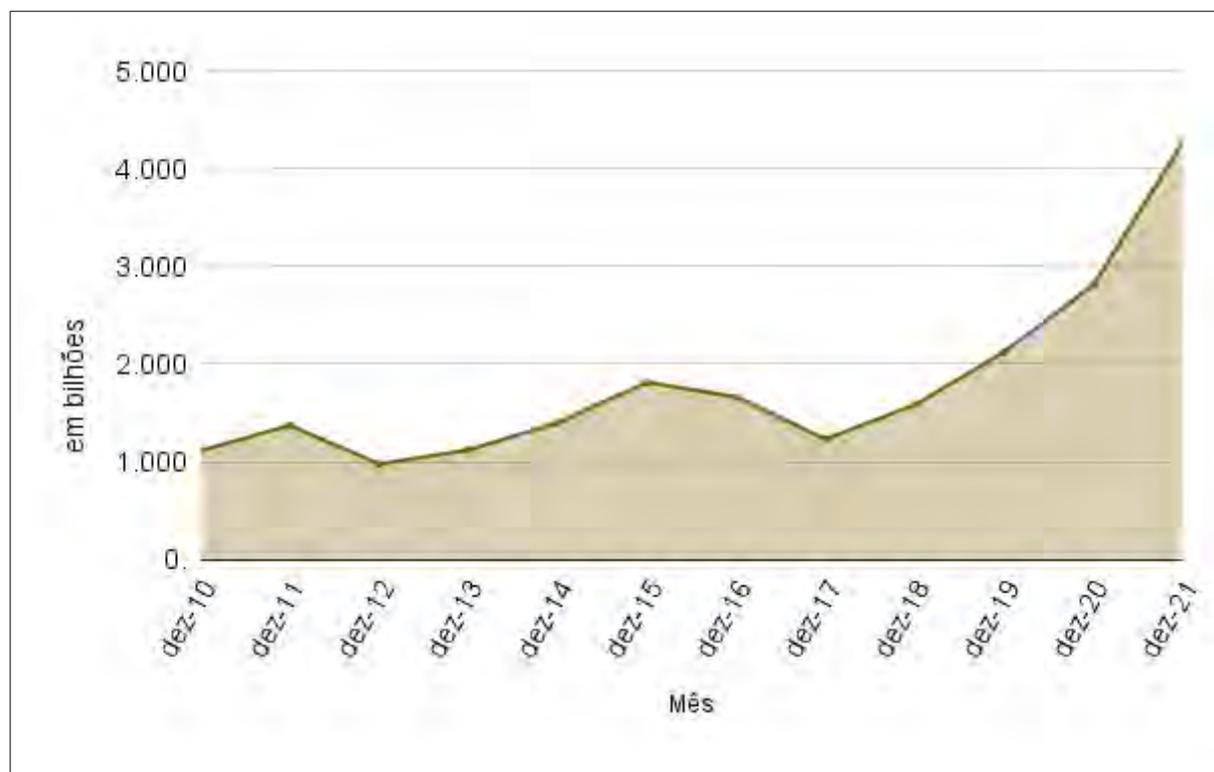
As medidas implementadas pelo BCEAO em 2020 para atenuar os efeitos da pandemia no financiamento da actividade económica na União assim como a flexibilização das medidas de restrição da mobilidade contribuíram para um rápido retorno das economias rumo a trajetória de crescimento pré-crise a partir de 2021.

2.2.1 - POLÍTICA DAS TAXAS DE JURO

O BCEAO manteve inalterada as taxas directoras em 2021. Esta decisão deve-se à análise dos factores de risco fortemente depressivos, relacionados nomeadamente com o prolongamento da pandemia e a deterioração da situação de segurança, que comprometeram a recuperação económica em 2021. Além disso, a inflação recente na União deve-se essencialmente a choques de oferta de produtos alimentares e de produtos petrolíferos, para os quais um aumento das taxas directoras internas seria ineficaz, ou mesmo contraproducente. Assim, a principal taxa, ou seja, a taxa mínima de concurso por adjudicação manteve-se em 2,00%, o seu nível histórico mais baixo. A taxa de balcão de empréstimo marginal também permaneceu inalterada em 4,00%, desde Junho de 2020.

A manutenção das taxas inalteradas foi acompanhada pela cedência de liquidez aos bancos através de leilões, cujo objetivo é satisfazer as necessidades expressas em todas as janelas de refinanciamentos tradicionais, nomeadamente as janelas semanal e mensal. Nestas condições, a liquidez bancária global foi reforçada em 1.415,5 bilhões ao longo do ano de 2021, dos quais 502,0 mil milhões resultantes do aumento do refinanciamento concedido pelo Banco Central.

Gráfico 8: EVOLUÇÃO DA LIQUIDEZ GLOBAL



Fonte: BCEAO

2.2.2 - DISPOSITIVO DAS RESERVAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS

O Banco Central manteve inalterado em 3,00% o coeficiente de reservas mínimas aplicável aos bancos da União. Durante o ano de 2021, as reservas efetivamente constituídas pelos bancos da União representaram, em média, 313,5% das reservas exigidas pela regulamentação, contra 281,0% do ano anterior.

Convém recordar que o Banco Central optou por uma taxa única de reservas mínimas aplicável a todos os bancos da União desde 16 de Dezembro de 2010, na sequência da reunião do Comité de Política Monetária. O quadro 8 apresenta o histórico dos coeficientes de reservas mínimas aplicados pelo Banco Central.

Quadro 8: COEFICIENTES DAS RESERVAS MÍNIMAS APLICÁVEIS AOS BANCOS

	Até 15 de nov. 1998	16 de Nov. a 15 de Dez. 1998	16 de Dez. de 1998 a 15 de Abril de 2000	16 de Abril a 15 de Ago. de 2000	16 de Ago. a 15 de Set. 2000	16 de Set. de 2000 a 15 de Abril de 2002	16 de Abril de 2002 a 15 de Março de 2004	16 de Março de 2004 a 15 de Jun. de 2005	16 de Jun. de 2005 a 15 de Jun. de 2009	16 de Jun. de 2009 a 15 de Maio de 2010	16 de Maio a 15 de Dez. de 2010	16 de Dez. de 2010 a 15 de Março de 2012	16 de Março de 2012 a 15 de Março de 2017	Desde 16 de Março de 2017
Em percentagem (%)														
Benin	9,0	9,0	3,0	3,0	9,0	9,0	9,0	13,0	15,0	9,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Burkina	9,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	7,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Côte d'Ivoire	9,0	1,5	1,5	3,0	3,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	7,0	5,0	3,0
Guiné-Bissau	5,0	5,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	5,0	7,0	5,0	3,0
Mali	9,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	9,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Níger	5,0	5,0	1,5	3,0	5,0	5,0	5,0	5,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Senegal	5,0	1,5	1,5	3,0	9,0	9,0	9,0	9,0	7,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Togo	9,0	3,0	1,5	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	5,0	7,0	5,0	3,0

Fonte: BCEAO.

2.3 - OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO

2.3.1 - OPERAÇÕES DE MERCADO ABERTO

A cobertura integral das necessidades dos bancos, com a taxa mínima de concurso às operações de mercado aberto, contribuiu para favorecer o acesso à liquidez a baixo custo, com o objectivo de maior flexibilização das taxas de juro no mercado monetário.

No balcão semanal dos concursos, o montante injetado atingiu um volume recorde de 4.440,5 bilhões em Dezembro de 2021 após 3.889,5 bilhões no ano anterior, ou seja um aumento de 14,2%. O valor médio das injeções semanais de liquidez em 2021 situou-se em 3.391,8 bilhões, um recuo de 182,1 mil milhões (-5,1%), em relação ao nível de 3.573,9 bilhões observado em 2020.

A taxa marginal média de concursos semanais foi de 2,00% em 2021, uma queda de 25 pontos base em relação ao nível de 2,25% alcançado em 2020. A taxa de juro média ponderada dos

concursos de uma semana também situou-se em 2,00% em 2021, contra 2,35% em média em 2020, uma queda de 35 pontos base.

No balcão mensal dos concursos, o montante injetado pelo Banco Central estabeleceu-se em 1.503,6 bilhões em finais de Dezembro de 2021 contra 1.808,1 bilhões do ano anterior, um recuo de 304,5 mil milhões (16,8%). As solicitações atendidas foram de 1.644,8 bilhões em média em 2021 contra 1,483 trilhões em 2020. A taxa de juro marginal e a taxa de juro média ponderada também se situam em 2,00% em 2021, o que corresponde a reduções de 20 e 30 pontos base num ano, respectivamente.

Em 2021, a crise sanitária resultou em défices orçamentais significativos (5,9% do PIB a nível da União) que deviam ser parcialmente cobertos no mercado regional da dívida pública. Assim, dada a experiência bem sucedida com a criação do balcão especial Covid-19, o Banco fez evoluir a estrutura dos balcões para facilitar o financiamento dos planos de relance e das necessidades de tesouraria dos Estados no mercado interno sem com isso degradar substancialmente a viabilidade da sua dívida.

Assim, desde Fevereiro de 2021 o Banco Central implementou um balcão especial de seis meses, dedicado ao refinanciamento dos títulos das Obrigações ditas de Recuperação (OdR) emitidas pelos Estados da União para o financiamento dos respectivos planos de recuperação. Por outro lado, desde Agosto de 2021 o Banco instituiu um Balcão Especial de Refinanciamento com uma maturidade de 12 meses, denominado «Balcão de Apoio e Resiliência», que tem por objetivo assegurar as melhores condições financeiras para a emissão efetuada pelos Estados da União, para financiar necessidades urgentes de tesouraria denominados «Títulos de Apoio e de Resiliência» (BSR).

Nos balcões especiais, os montantes mobilizados evoluíram gradualmente em função das emissões dos instrumentos elegíveis e das garantias apresentadas junto do Banco Central. Em finais de Dezembro de 2021, dos 2.984,3 bilhões de OdR emitidas, 8,9% foram refinanciadas no balcão de recuperação e 41,2% nos outros balcões tradicionais. Em relação aos BSR, dos 705,3 mil milhões emitidos, 18,2% foram refinanciados no balcão de apoio e resiliência e 21,1% nos balcões tradicionais. Em finais de Dezembro de 2021, o saldo de refinanciamento no balcão de recuperação situou-se em 139,6 mil milhões e o do balcão de apoio e resiliência em 112,9 mil milhões.

Os títulos e obrigações emitidos pelos Tesouros dos 8 países da União, representaram a maior parte dos títulos apresentados pelas instituições de crédito, como suporte das operações de refinanciamento.

2.3.2 - OPERAÇÕES NOS BALCÕES PERMANENTES DE REFINANCIAMENTO

Durante o ano de 2021, não foi solicitado o balcão de empréstimo marginal, assim como o balcão especial de refinanciamento, criado em Janeiro de 2014. Esta situação deve-se ao acesso aos balcões especiais e à satisfação de todas as necessidades nos balcões de mercado aberto.

2.3.3 - MERCADO INTERBANCÁRIO

A evolução do mercado interbancário da UMOA foi marcada pelo aumento do volume de transações de liquidez e uma flexibilização da taxa de juro média ponderada das operações de

uma semana. As taxas de juro evoluíram sob efeito das medidas de flexibilização monetária implementadas pelo Banco Central durante o ano de 2021.

Assim, o volume médio das transações de todas as maturidades, situou-se em 428 mil milhões de FCFA em 2021 contra 275 mil milhões de FCFA em 2020, ou seja, um aumento de 56%. As operações cobriram maturidades desde um (1) dia para doze (12) meses. Os segmentos de uma semana e de um dia foram mais ativos, representando respectivamente 66% e 18% do volume médio das transações, contra 69% e 15% em 2020. Estas maturidades acumularam, em média, empréstimos de montantes respetivos de 284 mil milhões de francos CFA e 77 mil milhões de FCFA em 2021 contra 191 mil milhões de FCFA e 40 mil milhões de francos CFA em 2020.

Em relação ao montante médio de injeções de liquidez, o volume das operações interbancárias aumentou em 8,0% em 2021 contra 5,0% em 2020.

No que diz respeito às taxas de juro, o segmento de uma semana registrou uma flexibilização da taxa de juro média ponderada de 3,48% em 2020 para 2,36% em 2021. Todas as praças da União participaram na interação do mercado interbancário. A praça de Abidjan foi a mais ativa em termos de ofertas de recursos (37%), seguida das de Ouagadougou (18%), de Dakar (16%) e de Cotonou (12%). As principais praças beneficiárias foram as de Abidjan (33%), de Dakar (17%), de Lomé (16%), de Bamako (12%) e de Cotonou (9%).

Quadro 9: EVOLUÇÃO DAS TAXAS INTERBANCÁRIAS EM 2021 (MÉDIA PONDERADA EM PORCENTAGEM)

	1 dia	1 semana	2 semanas	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	12 meses
Janeiro	2,48	2,54	3,95	3,64	4,14	4,25	6,95	6,95
Fevereiro	2,49	2,67	3,74	4,09	4,42	3,47	-	-
Março	2,53	2,40	3,53	4,54	4,55	4,59	-	-
Abril	2,52	2,33	3,37	3,71	3,98	6,01	4,00	2,50
Mai	2,67	2,37	3,61	4,71	3,79	4,25	-	6,20
Junho	2,58	2,33	3,88	3,60	4,79	3,56	3,50	-
Julho	2,47	2,48	3,40	3,60	4,21	6,13	-	-
Agosto	2,39	2,25	3,56	4,38	6,50	3,00	-	5,50
Setembro	2,52	2,32	3,28	4,13	5,48	-	-	-
Outubro	2,30	2,26	3,76	4,16	3,86	-	-	-
Novembro	2,43	2,17	3,49	3,14	5,73	4,25	4,50	-
Dezembro	2,31	2,30	3,54	3,60	4,99	4,94	-	3,81
Média	2,47	2,36	3,55	3,81	4,47	4,42	4,22	5,60

Fonte: BCEAO.

Quadro 10: EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS INTERBANCÁRIOS NA UMOA EM 2021 (EM MILHÕES DE FCFA)

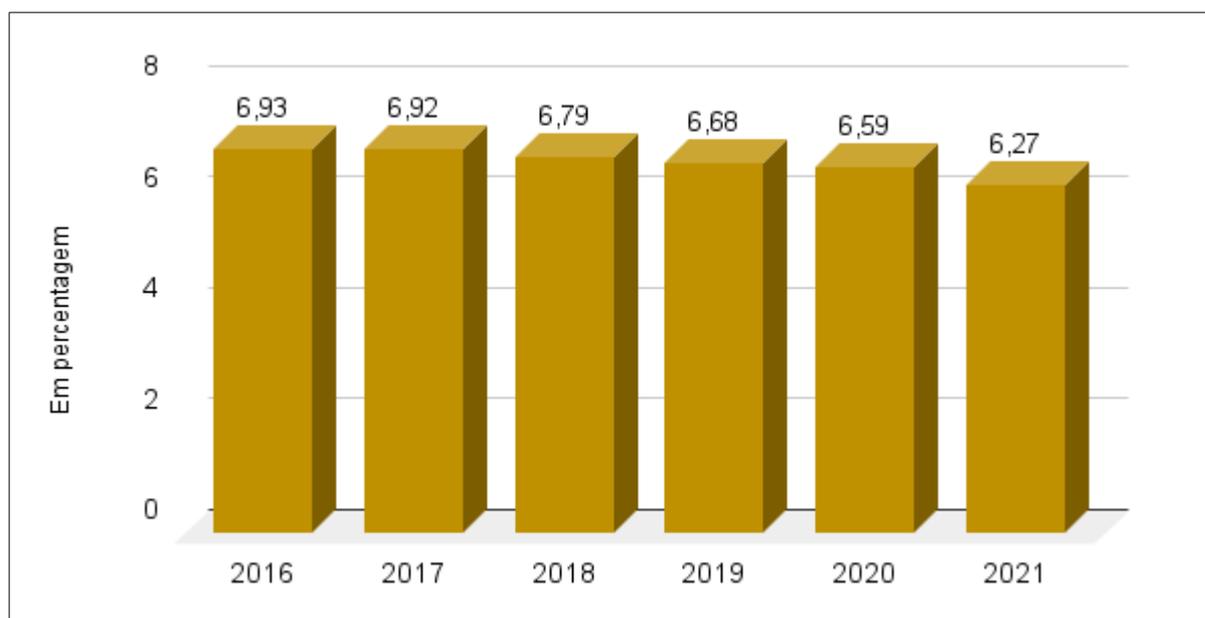
	Montantes médios		Saldo médio dos empréstimos	Faixa das taxas (em %)	Duração dos empréstimos
	Total	Incluindo UMOA			
Janeiro	343.918	249.103	483.066	2,48 a 6,95	1 dia a 12 meses
Fevereiro	317.129	247.829	441.278	2,49 a 4,42	1 dia a 6 meses
Março	321.729	206.340	527.209	2,40 a 4,55	1 dia a 6 meses
Abril	496.935	355.119	649.774	2,33 a 6,01	1 dia a 12 meses
Maió	433.944	267.349	690.452	2,37 a 6,20	1 dia a 12 meses
Junho	495.353	335.961	710.403	2,33 a 4,79	1 dia a 9 meses
Julho	461.875	317.215	623.780	2,47 a 6,13	1 dia a 6 meses
Agosto	434.397	311.853	590.247	2,25 a 6,50	1 dia a 12 meses
Setembro	390.287	284.616	491.749	2,32 a 5,48	1 dia a 3 meses
Outubro	360.459	264.482	497.407	2,26 a 4,16	1 dia a 3 meses
Novembro	450.591	309.041	558.853	2,17 a 5,73	1 dia a 12 meses
Dezembro	629.609	426.364	738.264	2,36 a 5,17	1 dia a 12 meses
Média	428.019	297.939	583.540		

Fonte: BCEAO.

2.3.4 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DEVEDORAS

No âmbito do acompanhamento das condições de banco, a orientação de redução do custo do crédito nos países-membros da UEMOA continuou em 2021. Com efeito, a taxa de juro devedora média na União passou de 6,59% em 2020 para 6,27% em 2021, ou seja, uma diminuição de 32 pontos base.

Gráfico 9: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DEVEDORAS NA UNIÃO (em %)



Fonte: BCEAO.

2.4 - EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS

A situação monetária da União para o ano de 2021 foi marcada por uma desaceleração do agregado monetário no sentido lato, cujo ritmo de crescimento foi de 16,3% após 16,5% em 2020. As aquisições pelos bancos de títulos de dívida emitidos pelos Estados para o financiamento das despesas no quadro da resposta contra a pandemia da Covid-19, estiveram na origem desta expansão monetária.

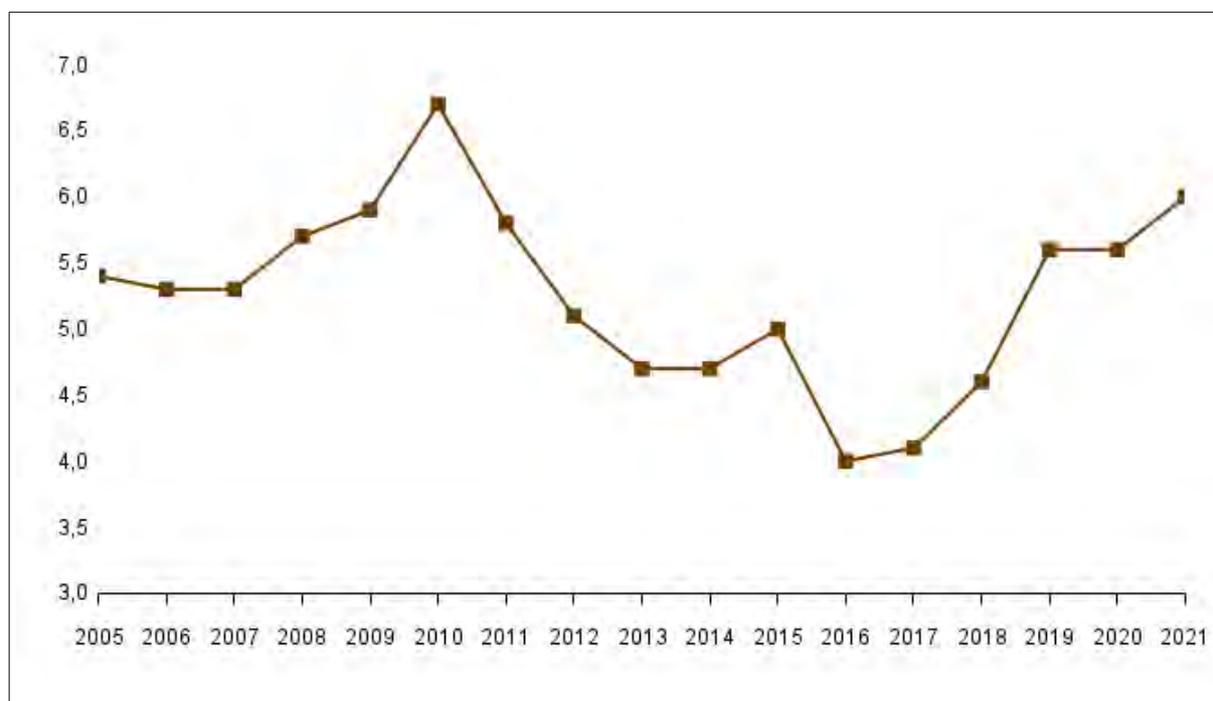
2.4.1 - ATIVOS ESTRANGEIROS LÍQUIDOS

Os ativos estrangeiros líquidos das instituições monetárias aumentaram 609,2 mil milhões, para se fixar em 7.746,6 bilhões em finais de Dezembro de 2021. Esta evolução explica-se pelo aumento de 806,7 mil milhões dos ativos estrangeiros líquidos do Banco Central, tendo os dos bancos registado uma redução de 197,5 mil milhões.

O stock de reservas cambiais oficiais do BCEAO aumentou 2,309 trilhões, situando-se em 14,040 trilhões em finais de Dezembro de 2021, em consequência da alocação SDR num montante total de 1.302,6 bilhões de FCFA a favor dos Estados-membros da União, de uma importante mobilização de recursos estrangeiros pelos Estados e de um desempenho excecional em matéria de repatriação das receitas de exportação. Os países da União continuaram a beneficiar do apoio dos parceiros financeiros estrangeiros, nomeadamente o FMI, através da mobilização de recursos no valor de cerca de 179,59 mil milhões, por meio de vários instrumentos (Facilidade de Crédito Alargado, Facilidade de Crédito Rápido e Acordo de Confirmação). Os Estados-membros beneficiaram igualmente da terceira e quarta parcelas de perdão de dívidas junto ao FMI, a título do Fundo Fiduciário de Assistência e Resposta às Catástrofes (FF-ARC), num montante total de cerca de 46,2 mil milhões de FCFA, elevando assim os descontos globais de dívida a seu favor a título desta iniciativa de 100,4 mil milhões. Os recursos mobilizados junto do Banco Mundial totalizaram cerca de 1.149,3 bilhões em 2021. A estes montantes, convém acrescentar os recursos mobilizados por três Estados da União, através de emissões de euro-obrigações.

Como resultado, o nível de reservas cambiais garante uma taxa de cobertura de emissão monetária confortável de 79,3% e 6,0 meses de importações de bens e serviços, em comparação com 5,6 meses no ano anterior.

Gráfico 10: COBERTURA DAS IMPORTAÇÕES PELAS RESERVAS CAMBIAIS DA UNIÃO (EM MESES)



Fonte: BCEAO.

2.4.2 - ATIVOS INTERNOS

O montante dos ativos internos aumentou de 6.099,3 bilhões ou 16,5%, em relação ao seu nível em finais de Dezembro de 2020, para se situar em 43.080,3 bilhões, em finais de Dezembro de 2021. Esta evolução deve-se ao efeito combinado da consolidação das disponibilidades líquidas sobre a Administração Pública Central (APUC) e dos créditos a outros sectores das economias da União.

2.4.2.1 - Disponibilidades líquidas sobre a Administração Pública Central (APUC)

Durante o ano de 2021, o mercado financeiro regional da dívida pública foi fortemente solicitado para financiar planos de recuperação elaborados pelos Governos dos países-membros da União. Esta situação traduziu-se num crescimento líquido do sistema bancário aos Estados. Os créditos líquidos dos bancos sobre as administrações públicas centrais consolidaram-se de 2.073,7 bilhões, ou seja, um aumento de 18,4%. Em particular, o saldo do portfólio de títulos públicos aumentou de 24,4% em 2021, passando de 11.959,4 bilhões para 14.873,4 bilhões. No que se refere aos créditos líquidos do BCEAO, o aumento deveu-se essencialmente à transferência para os Estados dos SDR concedidos pelo FMI no montante equivalente a 1.302,6 bilhões. Por fim, as disponibilidades líquidas de todas as instituições de depósitos sobre as Administrações Públicas Centrais aumentaram de 3.306,9 bilhões no ano, ou seja 26,8%.

Quadro 11: DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS DAS INSTITUIÇÕES DEPOSITÁRIAS NA APUC (EM BILHÕES)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Variação anual
Créditos líquidos sobre as APUC	12.344,2	15.651,1	3.306,9
Créditos das instituições depositárias	18.240,1	22.658,6	4.418,5
Créditos	6.264,6	7.769,3	1.504,7
Carteiras de títulos públicos	11.959,4	14.873,4	2.914,0
Outras disponibilidades	16,1	15,9	-0,2
Engajamentos de instituições de depósitos	5.896,0	7.007,5	1.111,6
Encaixe do Tesouro no Banco Central	32,2	30,5	-1,7
Depósitos	5.761,3	6.861,4	1.100,1
Outros engajamentos	102,5	115,6	13,2

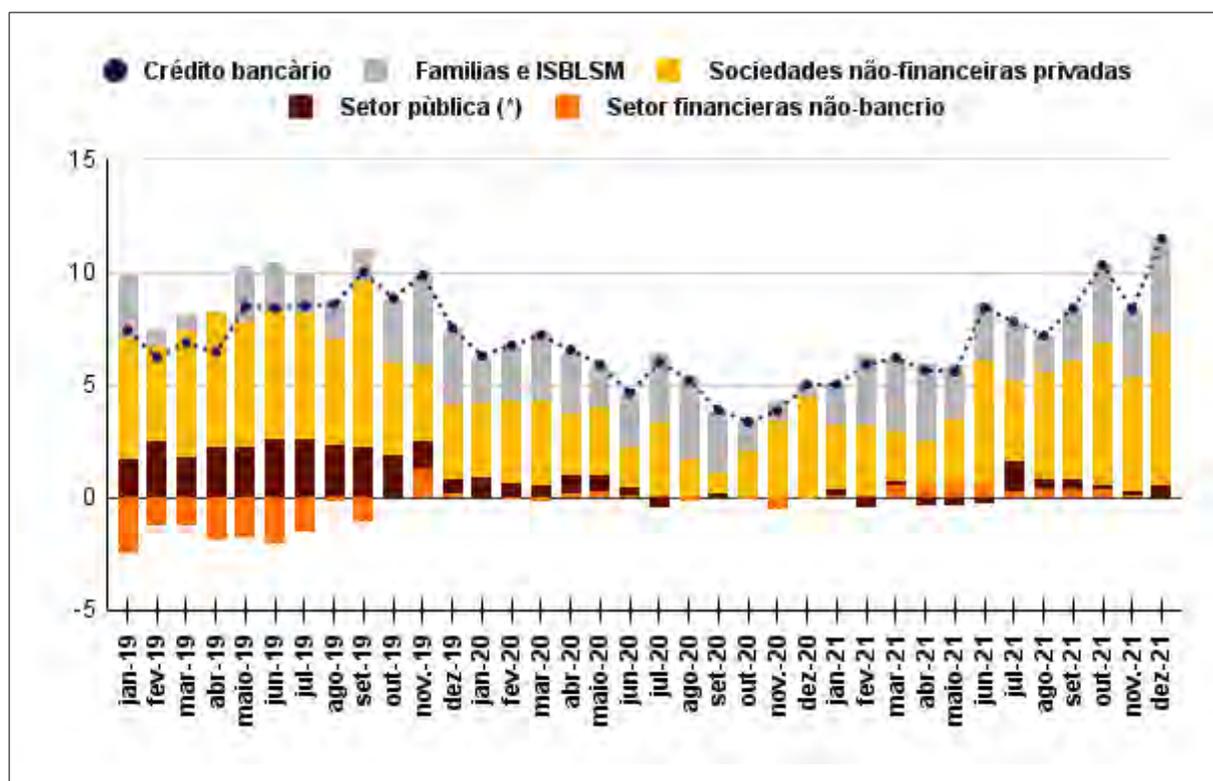
Fonte: BCEAO.

2.4.2.2 - Créditos bancários à economia

O ritmo de crescimento dos créditos das instituições bancárias nos sectores da economia, além da administração central, aumentou de modo significativo durante o ano de 2021, atingindo 11,3% em finais de Dezembro de 2021, em comparação com 4,8% no ano anterior. Esta evolução está associada a um dinamismo renovado da actividade económica nos países da UEMOA impulsionado pela implementação de planos de recuperação e apoio pós-covid elaborados pelos Governos.

A análise da distribuição do crédito por setor institucional demonstra que o forte aumento do crédito é principalmente impulsionado pelo aumento dos créditos bancários ao setor privado (+2.564,3 bilhões) com uma contribuição de 10,4 pontos percentuais. Os créditos atribuídos às empresas privadas progrediram 11,4% e os atribuídos às famílias e instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias evoluíram 13,3%.

Gráfico 11: CRESCIMENTO ANUAL DO CRÉDITO BANCÁRIO (em pontos percentuais)



Fonte: BCEAO.

2.4.3 - MASSA MONETÁRIA E BASE MONETÁRIA

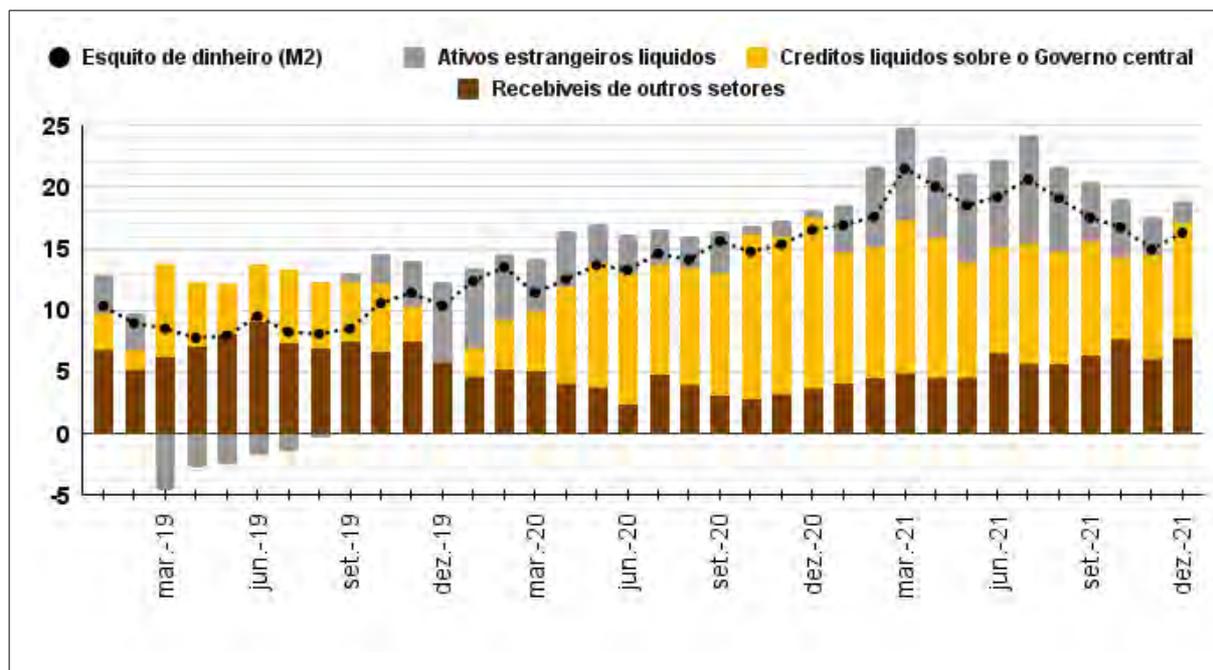
A MASSA MONETÁRIA CONSOLIDOU-SE DE **5.802,2** BILHÕES OU **16,3%**, ESTABELECE-SE EM **41.465,6** BILHÕES EM FINAIS DE DEZEMBRO DE 2021

A BASE MONETÁRIA AUMENTOU **2.488,6** BILHÕES OU **19,6%**, FIXANDO-SE EM **15.213,2** BILHÕES EM FINAIS DE DEZEMBRO DE 2021.

A massa monetária consolidou-se em 5.802,2 bilhões ou 16,3% de um ano para o outro, para situar-se em 41.459,1 bilhões em finais de Dezembro de 2021. Este reforço da liquidez global traduziu-se no fortalecimento dos depósitos em 4,704 trilhões, ou seja, 17,2% e da circulação de moeda, que aumentou de 1.098,2 bilhões, ou seja, 13,2% para se fixar em 9.424,9 bilhões.

Em comparação com o seu nível no final de Dezembro de 2020, a base monetária cresceu 2.488,6 bilhões ou 19,6%, situando-se em 15.213,2 bilhões no final de Dezembro de 2021. Esta evolução é impulsionada pelo crescimento das diferentes contrapartidas. Os créditos aos Bancos aumentaram de 503,6 mil milhões e os ativos externos líquidos do Banco Central consolidaram-se em 806,7 mil milhões. O crédito líquido sobre as administrações públicas centrais aumentaram 1.231,5 bilhões, em ligação com as disponibilidades do BCEAO a favor dos Estados, como também das contribuições garantidas de emissões de SDR, no montante de 1.302,6 bilhões.

Gráfico 12: CRESCIMENTO ANUAL DA MASSA MONETÁRIA



Fonte: BCEAO.

III EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO, ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS

3.1 - SITUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS	36
3.1.1 - Situação financeira das instituições de crédito	36
3.1.2 - Situação financeira das instituições de microfinanças	37
3.1.3 - Situação da finança islâmica	39
3.2 - MERCADO FINANCEIRO	39
3.2.1: Recursos mobilizados pelos Estados no mercado primário	39
3.2.1.1 - Mobilização de recursos no mercado regional	39
3.2.1.2 - Saldo de títulos da dívida pública no mercado regional	41
3.2.2 - Evolução da actividade da bolsas de valores	42
3.3 - ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS	42
3.3.1 - Ações visando a consolidação da estabilidade financeira	42
3.3.1.1 - Preservação da estabilidade financeira	42
3.3.1.2 - Reforço da supervisão bancária e financeira	43
3.3.2 - Centralização dos riscos bancários	44
3.3.3 - Notação das empresas não-financeiras	45
3.3.3.1 - Quadro conceitual da notação	45
3.3.3.2 - Resultados da notação das empresas não-financeiras disponíveis na Central de balanços	45
3.3.4 - Promoção do Balcão de Informação sobre o Crédito (BIC)	45
3.3.5 - Promoção da inclusão financeira na UEMOA	46
3.3.5.1 - Implementação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (SRIF) na UEMOA	47
3.3.5.2 - Apoio aos Estados na digitalização dos pagamentos	47
3.3.5.3 - Reforço do setor de microfinanças	48
3.3.5.4 - Implementação do projeto de interoperabilidade dos serviços financeiros digitais na UEMOA	48
3.3.5.5 - Participação nas actividades da Aliança para a Inclusão Financeira	49
3.3.6 - Promoção e enquadramento das empresas de tecnologia financeira (Fintech) na UEMOA	49

3.1 - SITUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS

3.1.1 - SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

154 Instituições em actividade, abrangendo 131 bancos e 23 instituições financeiras de carácter bancário.		Aumento das utilizações de 5.945,6 bilhões (14,5%) para fixar-se em 47.080,7 bilhões.
	SETOR BANCÁRIO	
Rácio médio “fundos próprios sobre riscos ponderados” (12,6%) em 31 de Dezembro de 2021, acima da exigência mínima de 10,375% fixada pelo dispositivo prudencial em vigor para o ano de 2021.		Aumento dos recursos de 7.346,9 bilhões (19,2%) para situar-se em 45.631,5 bilhões em finais de Dezembro de 2021.

Em 31 de Dezembro de 2021, o setor bancário da União contava com 155 instituições autorizadas, das quais 154 atuando, ou seja, 131 bancos e 23 instituições financeiras de carácter bancário.

Num contexto marcado pela revogação progressiva das medidas de restrição de circulação impostas pelos Estados para conter a pandemia do Covid-19 e o surgimento de novas variantes, a actividade das instituições de crédito⁴ continuou a crescer, acompanhada por uma melhoria da qualidade da carteira das entidades sujeitas. O total do balanço do sistema bancário aumentou 8.087,1 bilhões (+17,1%), para atingir 55,356 trilhões em finais de Dezembro de 2021 após 47.268,9 bilhões em finais de Dezembro de 2020.

Os recursos e aplicações consolidaram-se, respectivamente, em 19,2% e 14,5%, em termos homólogos, para fixar-se em 45.631,5 bilhões e 47.080,7 bilhões.

Os recursos aumentaram 7.346,9 bilhões (+19,2%) para situar-se em 45.631,5 bilhões no final de Dezembro de 2021, devido ao aumento concomitante dos depósitos e empréstimos (+6.416,5 bilhões; +19,6%), fundos próprios líquidos (+720,0 mil milhões; +17,5%) e de outros recursos diversos (+210,4 mil milhões; +13,9%). A estrutura destes recursos manteve-se em consonância com o modelo de negócios dominante na região, ou seja, dos banco a retalho, e são constituídos por 85,7% de depósitos dos clientes, 10,6% de fundos próprios líquidos e 3,8% de outros recursos.

As aplicações aumentaram de 5.945,6 bilhões (+14,5%) para estabelecer-se em 47.080,7 bilhões. Assim, os créditos para os clientes evoluíram 3.066,6 bilhões (+12,5%), nomeadamente os de curto prazo (+1.764,2 bilhões; +13,3%). Na mesma tendência, outros empregos aumentaram 2.879,1 bilhões, ou seja, +17,4%, em ligação com um aumento dos títulos de investimento (+1.901,0 bilhões; +18,0%). O modelo de negócios orientado para o crédito manteve-se em 2021, com uma estrutura de empregos que se manteve inalterada. Os empregos bancários são compostas por 58,7% de créditos para clientes e 41,3% para outros empregos. Em 2020, estes rácios estabeleceram-se em 59,7% e 40,3%, respectivamente.

⁴ Dados provisórios.

A tesouraria dos bancos e instituições financeiras está a melhorar, tendo o défice estrutural diminuído em 1.401,3 bilhões para fixar-se em -1.449,2 bilhões em finais de Dezembro de 2021 contra -2.850,4 bilhões em finais de Dezembro de 2020.

A qualidade da carteira melhorou 1,3 pontos percentuais, com uma taxa bruta de degradação da carteira de 10,3%. A taxa líquida, que congrega as provisões constituídas pelas instituições de crédito, situou-se em 3,9% no final de Dezembro de 2021, registando uma melhoria de 0,4 pontos percentuais.

A solvência do setor bancário consolidou-se no final de Dezembro de 2021. Com base nos relatórios das instituições de crédito, os fundos próprios efetivos de todo o sistema bancário da UMOA são estimados em 3.640,1 bilhões no final de Dezembro de 2021, contra 3,284 trilhões um ano antes. Os riscos ponderados são avaliados em 29.215,5 bilhões, contra 26.473,5 bilhões em 2020. Daí resultou um rácio médio «fundos próprios ponderados pelo risco» de 12,6% em 31 de Dezembro de 2021 contra 12,4% em Dezembro de 2020. O rácio de solvabilidade situou-se, assim, acima do requisito mínimo de 10,375% fixado pelo dispositivo prudencial em vigor para o ano de 2021.

Por outro lado, o ano de 2021 foi de acompanhamento do dispositivo criado pelo BCEAO no âmbito da medida de adiamento de prazos que terminou em Dezembro de 2020, a fim de avaliar a evolução do stock de créditos adiados. Em consequência, o nível de stock de créditos que beneficiaram de moratórias continuam a diminuir, restando apenas uma pequena proporção de beneficiários que continuam em dificuldade, depois das medidas implementadas pelo BCEAO. Com efeito, esse stock avaliado em 769,4 mil milhões no final de Dezembro de 2020, situou-se em 179,0 mil milhões em 31 de Dezembro de 2021, uma taxa de reabsorção de 76,7%. Em termos globais, uma parte significativa deste saldo continuou a ser reembolsada normalmente.

3.1.2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS

<p>Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD): 508 em finais de Dezembro de 2021. 514 no final de Dezembro de 2020.</p>		<p>MICROFINANÇAS</p>
	<p>SETOR DAS MICROFINANÇAS</p>	<p>→ 1.933,5 bilhões de depósitos recolhidos em finais de Dezembro de 2021 contra 1.568,5 bilhões em finais de Dezembro de 2020, ou seja, uma alta de +23,3%. → Aumento dos saldos de créditos (+22,3%), passando de 1.597,4 bilhões em finais de Dezembro de 2020 para 1.953,5 bilhões em finais de Dezembro de 2021. → Número de beneficiários das prestações de instituições de microfinanças atingiu 17,0 milhões no final de Dezembro de 2021, em comparação com 14,7 milhões no final de Dezembro de 2020.</p>
<p>Número de postos de serviço passou de 4.297 no final de Dezembro de 2020 para 4.366 no final de Dezembro de 2021.</p>		

Durante o ano de 2021, o setor de microfinanças da UMOA permaneceu dinâmico em termos de intermediação e acesso das populações a serviços financeiros, não obstante a situação relacionada com a pandemia. Com efeito, com base nas informações disponíveis, com um efetivo de 508 sistemas financeiros descentralizados (SFD) contra 514 no final de Dezembro de 2020, o número de postos de serviço passou de 4.297 no final de Dezembro de 2020 para cerca de 4.366 no final de Dezembro de 2021. O número de beneficiários das prestações das instituições de microfinanças atingiu 17,0 milhões no final de Dezembro de 2021, em comparação com 14,7 milhões no final de Dezembro de 2020, um aumento de 15,9%. Estes indicadores traduzem a continuação da penetração da finança descentralizada no seio das populações desfavorecidas.

A actividade de intermediação financeira dos SFD consolidou-se igualmente. Com efeito, os depósitos coletados estabeleceram-se em 1.933,5 bilhões no final de Dezembro de 2021 contra 1.568,5 bilhões em finais de Dezembro de 2020, ou seja, um aumento de 23,3%. Eles representam cerca de 5,1% dos depósitos coletados pelas instituições de crédito da União durante o período em análise. O peso dos depósitos à ordem reduziu-se ligeiramente (- 2,87 pontos percentuais) em relação ao ano precedente, representando 57,3% da poupança. Os depósitos a prazo e os outros depósitos representam respectivamente 21,1% e 21,6%. A poupança mobilizada pelos SFD foi constituída em 48,7% pelos homens, 26,9% pelas mulheres e 24,4% pelas associações.

O saldo dos créditos concedidos pelas instituições de microfinanças aumentou (+22,3%), ao passar de 1.597,4 bilhões no final de Dezembro de 2020 para 1.953,5 bilhões no final de Dezembro de 2021. Representa 7,1% do saldo dos créditos concedidos pelas instituições de crédito da União. Por outro lado, a parte de créditos a curto prazo aumentou 0,89 pontos percentuais, representando 51,8% do conjunto dos créditos concedidos pelos SFD. Os empréstimos de médio e longo prazos representam respectivamente 31,7% e 16,5%. O saldo médio dos financiamentos dos SFD por membro registrou uma subida de 4,2%, situando-se em 114.898 FCFA contra 108.893 FCFA em 2020.

Os créditos em mora dos SFD aumentaram (+13,3%), devido ao impacto da crise sanitária nas actividades dos seus clientes. Com efeito, correspondem 154 mil milhões no final de Dezembro de 2021 contra 135,9 mil milhões em 31 de Dezembro de 2020. No entanto, a taxa bruta de degradação da carteira dos SFD da UMOA, calculada através do rácio crédito em mora sobre o total dos créditos, foi de 7,9% no final de Dezembro de 2021 contra 8,5% no final de Dezembro de 2020, ou seja, uma baixa de 0,6 pontos percentuais. Esta taxa situa-se acima da norma de 3% no máximo, geralmente admitida no setor.

Durante o ano de 2021, o Banco Central conduziu estudos e prosseguiu com ações destinadas ao saneamento do setor de microfinanças, à modernização dos instrumentos de supervisão das actividades de microfinanças, revisão dos textos regulamentares e controle das ameaças com que se confrontam os SFD. No que se refere ao saneamento do setor de microfinanças, este ano foi marcado pela realização de missões de diagnóstico junto de 40 SFD em dificuldade. Estas missões inscrevem-se no âmbito da implementação do eixo 2 da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (SRIF).

3.1.3 - SITUAÇÃO DA FINANÇA ISLÂMICA

PAISAGEM DA FINANÇA ISLÂMICA:

- 2 bancos que atuam exclusivamente na finança islâmica
- 7 bancos dispõem de uma agência islâmica
- 2 SFD exclusivamente islâmico, e
- 1 SFD que dispõe de uma agência islâmica.

O BCEAO prosseguiu com as ações de promoção da finança islâmica durante o ano de 2021. A fim de facilitar o acesso a este setor, o Banco Central optou por um acompanhamento das iniciativas de criação de Instituições Financeiras Islâmicas (IFI). A este respeito, vários pedidos de autorização para o exercício da actividade de financiamento islâmico foram objeto de exame, tendo convidado os promotores destas estruturas a melhorar os seus dossiers. Até hoje, foram concedidas 12 autorizações de exercício a favor de 2 bancos que exercem exclusivamente a actividade de finanças islâmicas, 7 bancos que dispõem de uma agência islâmica, 2 SFD exclusivamente islâmicos e 1 SFD que dispõe de uma agência islâmica.

A título de ações de divulgação dos textos específicos que enquadram a finança islâmica, o Banco Central organizou, em 11 e 12 de Novembro de 2021, uma ação de formação virtual sobre os aspectos jurídicos e operacionais do financiamento islâmico na União, em benefício das Associações Profissionais dos Sistemas Financeiros Descentralizados (APSPD) da UMOA.

A Instituição de Emissão Monetária realizou trabalhos conducentes a dotar as IFI de instrumentos de governação charaica e contratos-tipos, destinados a prevenir os riscos ligados à sua conformidade com as normas vigentes. Foi igualmente realizado um estudo para identificar os serviços que as FinTech poderiam oferecer às IFI e considerar um mecanismo de refinanciamento das IFI da UMOA.

3.2 - MERCADO FINANCEIRO

Recursos obtidos pelos Estados-membros da UEMOA no mercado regional da dívida pública **7.268,0** bilhões (queda de **3.218,9** bilhões em relação ao final de Dezembro de 2020).

3.2.1 - RECURSOS MOBILIZADOS PELOS ESTADOS NO MERCADO PRIMÁRIO

3.2.1.1 - Mobilização de recursos no mercado regional

Durante o ano de 2021, os recursos obtidos pelos Estados-membros da UEMOA no mercado regional da dívida pública elevaram-se a 7.268,0 bilhões, ou seja, uma diminuição de 3.218,9 bilhões em relação ao final de Dezembro de 2020. Esta diminuição explica-se pela redução das emissões de títulos (-62,6%), devido ao fim do programa de Títulos Covid-19 criado pelo BCEAO, que não foi renovado em 2021. No entanto, esta diminuição foi atenuada pelo aumento das emissões dos títulos de obrigações do Tesouro (+4,6%). As emissões líquidas foram de 3.015,9 bilhões no final de Dezembro de 2021 contra 3.098,1 bilhões do ano anterior.

A nível de segmentos dos títulos do Tesouro, os Estados-membros mobilizaram 2.055,9 bilhões em 2021, ou seja, 28,3% dos recursos obtidos no mercado financeiro regional contra um

montante de 5.504,1 bilhões de euros no ano anterior. Os Títulos de Apoio e a Resiliência (BSR) representaram 32,1% dos recursos mobilizados no referido segmento, ou seja, 659,8 mil milhões. As emissões de maturidade 12 meses foram as mais solicitadas, com um valor global de 1.221,3 bilhões, ou 59,4% dos títulos emitidos durante o período.

No segmento das obrigações, os Tesouros Públicos obtiveram 5.212,1 bilhões em 2021 contra 4.982,8 bilhões do ano precedente. Em especial, o montante total das Obrigações de Recuperação⁵ (OdR) emitidas durante o período cresceu em 2.984,3 bilhões, representando 57,3% do total das emissões obrigacionistas. As emissões de OdR abrangeram maturidades 3 anos (697,8 mil milhões), 5 anos (773,3 mil milhões), 7 anos (763,0 mil milhões), de 10 anos (608,5 mil milhões), 12 anos (11,3 mil milhões) e 15 anos (130,4 mil milhões).

Quadro 12: EMISSÕES GLOBAIS POR ADJUDICAÇÃO E SINDICAÇÃO NO MERCADO REGIONAL DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA (EM MIL MILHÕES DE FCFA)

Instrumento	2020				Total 2020	2021				Total 2021
	T1	T2	T3	T4		T1	T2	T3	T4	
Títulos	446,1	1.864,4	1.392,5	1.801,1	5.504,1	575,3	469,0	571,8	439,8	2.055,9
Obrigações	1.232,1	1.056,6	1.417,9	1.276,2	4.982,8	1.285,3	1.789,5	1.218,5	918,8	5.212,1
Por concurso	851,7	807,8	884,9	693,4	3.237,8	957,8	0,0	811,5	394,8	3.495,6
Por sindicância	380,4	248,8	533,0	582,8	1.745,0	327,5	458,0	407,0	524,0	1.716,5
Total	1.678,2	2.921,0	2.810,4	3.077,3	10.486,9	1.860,6	2.258,5	1.790,3	1.358,6	7.268,0

Fontes: UMOA-Títulos, CREPMF.

As condições de financiamento no mercado da dívida pública melhoraram em 2021 em relação ao ano precedente. Com efeito, o custo médio dos recursos obtidos pelos Estados-membros reduziu na sua generalidade para todas as maturidades, tanto no segmento dos títulos como nas obrigações do Tesouro. As reduções das taxas médias ponderadas situam-se em 0,36 pontos percentuais, 1,27 pontos percentuais e 1,41 pontos percentuais, respectivamente, para maturidades de 3 meses, 6 meses e 12 meses. No que diz respeito às obrigações, registaram-se evoluções negativas das taxas de rendimento na maior parte das maturidades, como as de 3 anos (-0,85 ponto), 5 anos (-0,66 ponto) e 7 anos (-0,24 ponto). Esta melhoria das condições de financiamento deve-se, nomeadamente, à redução das taxas de emissões dos BSR e OdR, graças às medidas implementadas pelo Banco Central no âmbito da sua estruturação.

⁵ Recorde-se que obrigações de Recuperação (OdR) foram estruturadas com vista a permitir aos Estados membros da UEMOA mobilizar os recursos necessários para o financiamento dos respectivos planos de recuperação em 2021, após o choque da Covid-19 em 2020. A fim de acompanhar a emissão destes títulos em condições favoráveis para os investidores e Estados, o BCEAO decidiu criar um balcão especial de refinanciamento denominado « Balcão de Recuperação ». Para além de serem elegíveis nos balcões clássicos de refinanciamento do Banco Central, as OdR são os únicos suportes elegíveis no balcão de recuperação que permite aos investidores obter, em contrapartida, liquidez sob a forma de empréstimos com uma duração de seis (6) meses renováveis, à taxa mínima de concurso do BCEAO, que é atualmente de 2,00%.

Quadro 13: TAXAS E RENDIMENTOS MÉDIOS PONDERADOS

	2020				Média 2020	2021				Média 2021
	T1	T2	T3	T4		T1	T2	T3	T4	
3 meses	3,88	3,22	2,45	3,28	2,96	2,90	2,58	2,47	-	2,60
6 meses	4,38	4,49	4,20	2,96	4,34	3,24	2,86	-	-	3,07
12 meses	4,94	4,91	4,89	4,06	4,68	4,31	3,99	3,01	2,62	3,27
3 anos	6,05	6,35	6,32	5,95	6,20	5,79	5,37	4,98	3,72	5,35
5 anos	6,22	6,45	6,24	6,19	6,29	6,03	5,76	5,29	4,56	5,63
7 anos	6,19	6,03	6,26	6,12	6,14	6,08	5,96	5,63	5,58	5,90
8 anos	6,50	-	6,50	-	6,50	6,50	-	-	-	6,50
10 anos	6,18	6,02	5,90	5,90	5,97	5,90	6,27	6,19	5,89	6,15
11 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos	-	-	-	-	-	-	6,11	-	-	6,11
15 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	5,97	5,97

Fontes: BCEAO, Agência UMOA-Títulos, CREPMF.

3.2.1.2 - Saldo de títulos da dívida pública no mercado regional

O saldo global dos títulos públicos é estimado em 16.997,5 bilhões no final de Dezembro de 2021 ou 17,2% do PIB contra 13.981,6 bilhões ou 15,2% do PIB em 2020. A estrutura deste montante em dívida é dominada pelas obrigações do Tesouro, que representam 92,7% do total.

Quadro 14: SALDO DOS TÍTULOS PÚBLICOS EM FINAIS DE DEZEMBRO DE 2021 NO MERCADO FINANCEIRO REGIONAL (MONTANTES EM MIL MILHÕES DE FCFA)

	2017	2018	2019	2020	2021
Saldo pendente	9.629,9	9.972,7	10.883,5	13.981,6	16.997,5
(em % do PIB)	12,4	12,0	12,3	15,2	17,2
Parte relativa (em %)					
- Títulos	12,7	11,0	8,2	9,9	7,3
- Obrigações	87,3	89,0	91,8	90,1	92,7

Fontes: BCEAO, Agência UMOA-Títulos, CREPMF.

3.2.2 - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DAS BOLSAS DE VALORES

Na Bolsa Regional de Valores Mobiliários, o ciclo de redução iniciada em 2016 inverteu-se em 2021. Todos os índices de BRVM cresceram. O BRVM10, o principal índice de ações e o Índice Compósito sobressaíram-se em 153,5 pontos e 202,3 pontos respectivamente, em 31 de Dezembro de 2021, progredindo respectivamente de 17,3% e 39,1% em relação ao final de Dezembro de 2020.

A capitalização de mercado foi de 13.332,5 bilhões no final de Dezembro de 2021, contra 10.419,1 bilhões no final de 2020, um aumento de 28,0%, em ligação com o bom desempenho da actividade no segmento de ações e no das obrigações. De fato, a capitalização do mercado de ações cresceu 1.717,7 bilhões (+39,3%), resultando em 6.085,4 bilhões em 31 de Dezembro de 2021. No segmento das obrigações, atingiu 7.247,0 bilhões no final de 2021, contra 6.051,4 bilhões em 31 de Dezembro de 2020, ou seja, um aumento de 1.195,6 bilhões ou 19,8%.

3.3 - ESTABILIDADE E INCLUSÃO FINANCEIRAS

3.3.1 - AÇÕES VISANDO A CONSOLIDAÇÃO DA ESTABILIDADE FINANCEIRA

Para além da condução da política monetária, o Banco Central centrou as suas prioridades no aprofundamento e desenvolvimento do sistema financeiro da UEMOA, bem como na consolidação da estabilidade financeira e actividades nos sectores bancário e da microfinança nos Estados-Membros da União.

3.3.1.1 - Preservação da estabilidade financeira

- ***Trabalhos do Comité de Estabilidade Financeiras na UMOA***

As principais ações realizadas em 2021 no âmbito dos trabalhos do Comité de Estabilidade Financeira da UMOA (CSF-UMOA) para a implementação operacional do quadro político macro-prudencial na UMOA incidiram sobre a elaboração de um painel de controlo dos indicadores macro-prudenciais, a avaliação da resiliência do sistema bancário da UMOA a choques económicos e financeiros extremos mas plausíveis e o acompanhamento das vulnerabilidades inerentes ao setor financeiro da União.

A este respeito, o BCEAO participou nos trabalhos das 19ª e 20ª sessões ordinárias do Comité de Estabilidade Financeira na UMOA (CSF-UMOA), realizadas respectivamente em 29 de Junho e 7 de Dezembro de 2021. Durante os referidos encontros, o Comité observou que, apesar do impacto macroeconómico da pandemia do Covid-19, a estabilidade do setor financeiro da UMOA se consolidou, em articulação com as medidas de resposta adotadas pelos Estados-membros, assim como pelas Autoridades de regulação e supervisão do setor financeiro da UMOA. Todavia, foram identificadas as principais vulnerabilidades suscetíveis de afectar o desempenho macroeconómico e a estabilidade financeira na União, em especial:

- as incertezas da trajetória da evolução da pandemia da Covid-19 e à progressão das campanhas de vacinação;
- os riscos associados ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- o crescimento do nível de dívida dos agentes económicos (Estados, empresas não-financeiras, famílias, etc.);

- a não realização dos objetivos de mobilização de recursos externos necessários ao financiamento dos planos de recuperação pós-Covid-19 dos Estados-membros da União;
- a forte concentração dos ativos das instituições bancárias e financeiras;
- a multiplicação dos riscos associados à cibersegurança.

O Comité formulou recomendações em relação às Autoridades Membros de Regulação e Supervisão, para atenuar os riscos identificados, apelando a reforçarem a supervisão face à evolução da crise da Covid-19.

- ***Trabalhos relativos ao Programa de Avaliação do Setor Financeiro (PASF)***

A pedido do BCEAO, o FMI e o Banco Mundial lançaram, em Janeiro de 2021, a atualização do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (PASF). Esta ação, que se segue à avaliação realizada na União em 2007, consiste numa revisão completa e aprofundada do setor financeiro para avaliar a sua estabilidade e estimar o potencial da sua contribuição para o crescimento e desenvolvimento económico dos Estados-membros da União.

Os trabalhos abrangeram os quatro componentes de uma avaliação completa, a saber, a estabilidade financeira, o desenvolvimento do setor financeiro, a conformidade do setor financeiro com as normas internacionais, nomeadamente os princípios fundamentais para uma supervisão bancária eficaz estabelecidos pelo Comité de Basileia e o dispositivo de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (LBC/FT). O exercício foi alargado à avaliação das capacidades de gestão da ciber-segurança no setor financeiro da União. Todas as autoridades de regulamentação e supervisão do setor financeiro da União, assim como os vários outros intervenientes do setor financeiro regional, foram mobilizados para recolher os dados necessários para a avaliação dos principais eixos definidos e participar nas discussões técnicas com as equipas da missão.

Os trabalhos de atualização do PASF da União devem terminar no primeiro trimestre de 2022. Os resultados dessas avaliações devem permitir identificar os pontos fortes e fracos do sistema financeiro da UMOA, assim como as ações que possam ser realizadas para reforçar a sua eficiência e resiliência.

3.3.1.2 - Reforço da supervisão bancária e financeira

No âmbito da operacionalização do quadro de resolução, foram publicadas dois circulares relativas, às modalidades de elaboração e comunicação dos planos preventivos de recuperação e às condições e modalidades de aplicação do regime de resolução de crises bancárias. Por outro lado, prosseguem os trabalhos para a consolidação do quadro prudencial resultante da transposição das regras de Basileia II e III na UMOA, em conformidade com a abordagem gradual e ordenada de implementação das normas internacionais adotada pelo Banco Central. A este respeito, estão a ser finalizados três textos de aplicação do dispositivo prudencial, inspirado nas regras de Basileia II e Basileia III. Os relatórios incidem sobre, os novos padrões de liquidez, o teste de stress e as informações a publicar pelas instituições de crédito e companhias financeiras. Na mesma linha de convergência com as normas internacionais do corpus jurídico aplicável às instituições sujeitas, o Banco Central deu início aos trabalhos de revisão da regulamentação relativa aos títulos de dívida negociáveis e obrigações cobertas.

O BCEAO continua a consolidar o quadro regulamentar aplicável às IFI, através da elaboração de textos relativos às normas prudenciais e contabilísticas específicas às actividades associadas à finança islâmica. Em Dezembro de 2021, foram realizadas consultas em todas em todos os atores implicados sobre estes projetos de texto.

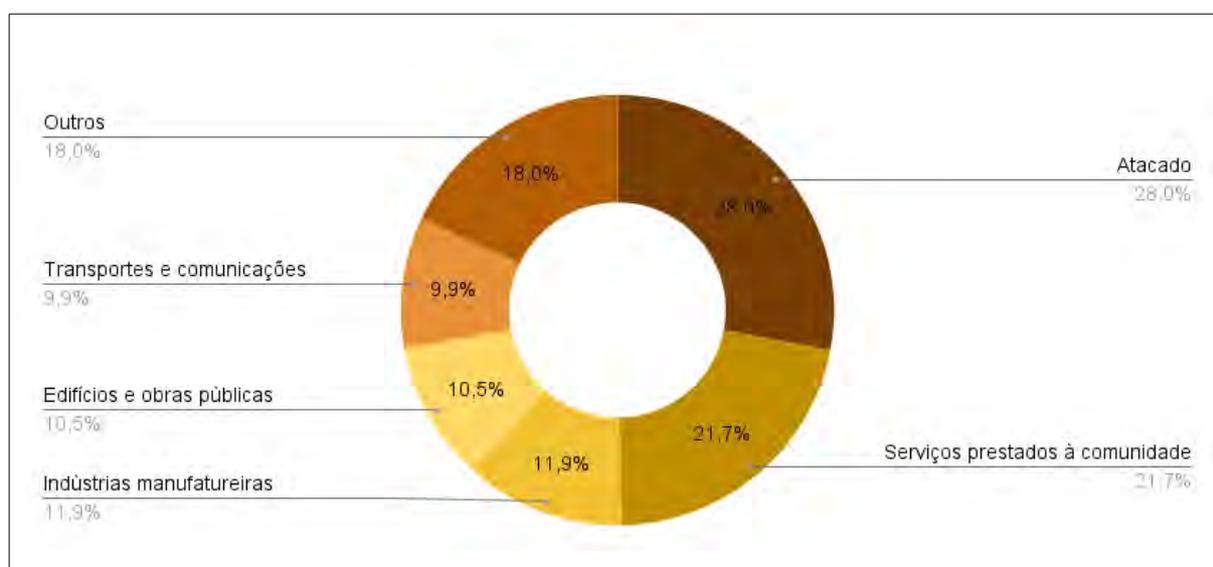
Foram igualmente realizados trabalhos sobre a transição do setor bancário da UMOA para as normas IFRS. A este respeito, foi realizado um estudo junto das instituições de crédito e companhias financeiras da União para avaliar o seu estado de preparação para esta transição e definir a estratégia que permita uma aplicação ordenada do processo de migração para as normas IFRS.

3.3.2 - CENTRALIZAÇÃO DOS RISCOS BANCÁRIOS

A título da centralização dos riscos bancários, o montante do stock global das utilizações de créditos recenseados na Central de Riscos é estimado em 15.433,5 bilhões no final de Dezembro de 2021, contra 14.452,7 bilhões em 31 de Dezembro de 2020, ou seja, um aumento de 6,8%. Cerca de 60,1% são créditos de curto prazo, correspondentes a um montante de 9.273,1 bilhões, e 39,9% constituem créditos de médio e longo prazo, equivalentes a 6.160,4 bilhões.

Estes riscos concentram-se essencialmente nos sectores «Comércio a grosso» (28,0%), «Serviços prestados à coletividade» (21,7%), «Indústrias transformadoras» (11,9%), «Edifícios e obras públicas» (10,5%) e «Transportes e comunicações» (9,9%). Estes cinco (5) ramos de actividade representam mais de 80% dos créditos declarados à Central dos riscos.

Gráfico 13: NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DE RISCOS BANCÁRIOS POR SETOR DE ACTIVIDADES



Fonte: BCEAO.

3.3.3 - NOTAÇÃO DAS EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS

3.3.3.1 - Quadro conceitual da Notação

Após a implementação do dispositivo de cotação em 2020, foram realizadas investigações para a migração para notação, que permite a quantificação do risco, calculando a probabilidade de incumprimento das empresas não-financeiras.

Com base nas lições da revisão da literatura financeira e experiência internacional dos bancos centrais, nomeadamente do Euro sistema, foi desenvolvido um modelo estatístico para medir a probabilidade de incumprimento das instituições não financeiras. Este modelo tem em conta as informações financeiras da Central dos balanços e comportamentos disponíveis nos outros centros de informação.

A partir das probabilidades de incumprimento assim calculadas, foram construídas cinco (5) classes de risco, que vão de A (classe excepcional com menor probabilidade de incumprimento) a E (classe de falha com maior probabilidade de incumprimento).

3.3.3.2 - Resultados da notação das empresas não-financeiras disponíveis na Central de balanços

Com base no modelo de notação estabelecido, tendo em conta as informações disponíveis na Central de Balanços, foram avaliadas 5.516 empresas não financeiras da União que beneficiam de apoio junto do sistema bancário, das quais 921 com uma notação A elegíveis para o refinanciamento do BCEAO no montante de 2.744,6 bilhões. Tendo em conta a possibilidade de elegibilidade da classe B para o refinanciamento com a garantia soberana, o montante em dívida dos efeitos elegíveis é de 3.322,4 bilhões FCFA.

3.3.4 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO FINANCEIRA NA UEMOA

223 (2021) 215 (2020) → Número de instituições sujeitas em condições de participar no sistema de partilha de informações de crédito. → Número de clientes com informações disponíveis na base do BIC: 12.106.276 ao 31 de Dezembro de 2021, razão de 290.491 pessoas morais e de 11.815.785 pessoas físicas.	PROGRESSÃO DO NÚMERO DE CLIENTES NA BASE BIC DE 2019 A 2021		
	7.192.103 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	10.495.233 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	12.106.276 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O BCEAO acompanha a evolução das actividades do Balcão de Informação sobre o Crédito (BIC), cujo objetivo é contribuir para reduzir a assimetria de informações entre as partes, a fim de melhorar o acesso das populações aos serviços financeiros com custos reduzidos.

Em 31 de Dezembro de 2021, após testes de qualificação 223 das 240 instituições sujeitas, ou seja 92,9%, participam no sistema de partilha de informações sobre o crédito. Além disso, vinte e um (21) grandes faturadoras, nomeadamente as principais empresas de fornecimento de eletricidade, de distribuição de água, dos telefones móvel e telecomunicações repartidas entre o Benin, Côte d'Ivoire, Níger, Senegal e Togo, foram indexadas no sistema de partilha de informações sobre o crédito e reportam dados ao BIC da UMOA. Relativamente ao Burkina e Mali, na sequência da adopção dos Decretos n°2020-0726/PRES/PM/MINEFID/MDENP/MCIA de 24 de Agosto de 2020 e n°2021-0778/PT-RM de 09 de Novembro de 2021, estão em curso trabalhos para a integração de dados dos grandes faturadoras destes países na plataforma de partilha de dados do BIC.

O número de clientes com informações disponíveis na base do BIC passou de 30.694 em finais de Fevereiro de 2016, período de início das actividades do CREDITINFO WEST ÁFRICA, para 12.106.276 em 31 de Dezembro de 2021, na proporção de 290.491 pessoas coletivas e 11.815.785 pessoas físicas. Esta evolução explica-se pela adopção de textos legislativos pelo conjunto dos Estados-membros da União, que isentam as instituições sujeitas da obrigação de recolha prévia de consentimento para a partilha dos dados dos clientes que beneficiaram de empréstimos antes da data de entrada em vigor da lei uniforme. A estas disposições, acrescentam-se a adopção pela maioria destes países de textos complementares que autorizam o tratamento automatizado dos dados das grandes faturadoras que devem integrar na plataforma eletrónica de partilha de informações sobre o crédito.

A fim de dar a conhecer melhor o dispositivo de partilha de informações sobre o crédito às populações da União, o BCEAO assinou, em 6 de Dezembro de 2019, um Acordo de Serviço de Consultoria com a Sociedade Financeira Internacional (SFI) para a execução de um programa de sensibilização do público sobre os BIC nos Estados-membros da UEMOA, a ser realizado durante o ano de 2020. Os principais resultados esperados deste programa dizem respeito, nomeadamente, à consolidação das realizações em termos de aumento do volume das consultas de relatórios de solvência junto do BIC e de reclamações de clientes, que a prazo, deverão contribuir para melhorar a qualidade dos dados sobre o crédito.

O início efetivo da campanha de sensibilização do público nos oito (8) Estados-membros da União teve lugar em 10 de Dezembro de 2020. Prosseguiu durante o ano de 2021 e traduziu-se pela exibição no terreno de vários cartazes e passagens nos ecrãs publicitários instalados nos salões de espera dos estabelecimentos sujeitos, assim como através de *spots* radiofónicos realizados em francês, em português e nas principais línguas nacionais dos Estados-membros da União. A estas realizações acrescenta-se as ações dos influenciadores das redes sociais (incluindo Facebook e Whatsapp). Os principais meios de comunicação também foram difundidos no canal Youtube e no site do BCEAO.

Por outro lado, sob proposta do CREDITINFO WEST ÁFRICA, foi homologada pelo BCEAO uma nova tabela tarifária para o ano de 2022. A nova tabela de preços permanece um incentivo, através da introdução de adaptações de tarifas dos relatórios de pontuação para os nano-créditos, a fim de contemplar as especificidades deste tipo de financiamento, que se revela na maioria dos casos, de montante reduzido e curta duração.

3.3.5 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO FINANCEIRA NA UMOA

Em 2021, as ações de inclusão financeira centraram-se na implementação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (SRIF) e do projeto de interoperabilidade dos serviços

financeiros digitais na UEMOA, assim como nas iniciativas que visam o desenvolvimento do setor da moeda eletrónica e microfinança na União.

3.3.5.1 - Implementação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (SRIF) na UEMOA

No âmbito da implementação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira, o Banco Central organizou nos diferentes estados membros, ateliês de capacitação para líderes de instituições de microfinanças da UEMOA. Os referidos seminários que decorreram de 17 de Março a 23 de Setembro de 2021, contaram com a participação de 445 quadros dirigentes dos SFD da União. As sessões de formação incidiram sobre "gestão dos riscos, controlo interno e supervisão financeira", bem como sobre "a pilotagem do desempenho global e notação" no seio dos SFD.

No que se refere à implantação do programa regional de educação financeira na UEMOA, o ano de 2021 foi consagrado na prossecução dos trabalhos de recrutamento dos consultores encarregues pela concepção dos cursos e módulos de formação em educação financeira, a animação das sessões de formação dos formadores, assim como à definição da estratégia de comunicação em matéria de educação financeira na União.

Em 2021, foi lançado um estudo sobre a situação das necessidades das microempresas e populações pouco servidas em produtos e serviços financeiros inovadores. O objetivo geral do estudo é fornecer um diagnóstico que identifique as principais necessidades dos grupos-alvo da Estratégia Regional de Inclusão Financeira em Produtos e Serviços Financeiros. Deverá conduzir a propostas que visam o desenvolvimento de uma oferta de serviços financeiros de proximidade adaptados, inovadores e de custo acessível. O relatório provisório é esperado durante o primeiro semestre de 2022.

O Instituto de Emissão também lançou, em Maio de 2021, um estudo de viabilidade para a criação de um sistema de identificação única de usuários de serviços financeiros na UEMOA, em parceria com o UNCDF. O objetivo deste estudo é propor uma metodologia de criação do sistema de identificação dos clientes das instituições financeiras da União, com cenários de aplicação e acompanhados de recomendações, com base numa análise das vantagens e desvantagens, bem como uma estimativa dos recursos necessários para a sua implementação. Para o efeito, foi criado um grupo de trabalho, com a participação dos Estados e do sistema financeiro. Do mesmo modo, foi organizada uma sessão de informação virtual junto do Banco dos Estados da África Central (BEAC), a fim de beneficiar da experiência desta instituição em matéria de criação deste sistema.

No âmbito dos trabalhos que visam a realização de estudos de referência sobre a situação da inclusão financeira na União, está a ser concluído o processo de seleção do Gabinete Internacional responsável pela realização desses estudos. Recorde-se que estes estudos permitirão ter um melhor conhecimento do mercado e estabelecer uma situação de referência da inclusão financeira na UEMOA, através da realização de inquéritos nacionais sobre a procura e a oferta de serviços financeiros formais e informais. A experiência adquirida com esses estudos deverá contribuir para o desenvolvimento de políticas coerentes de inclusão financeira.

3.3.5.2 - Apoio aos Estados na digitalização dos seus pagamentos

O Instituto de Emissão Monetária prosseguiu as suas ações a favor da digitalização dos pagamentos públicos e utilização dos pagamentos digitais, com o apoio das Tesouros Públicos, tendo em vista a sua ligação à plataforma monetária regional do GIM-UEMOA. A este respeito, foi organizada uma sessão de partilha de experiências do Tesouro Público da Côte d'Ivoire com os

dos outros Estados-membros da UEMOA, tendo em conta os progressos desta estrutura em matéria de digitalização e de ligação à plataforma monetária interbancária regional. Além disso, o GIM-UEMOA concluiu a interface entre a plataforma interbancária regional e os sistemas de informação dos Tesouros Públicos para a contabilização de suas operações. Foi igualmente organizada uma formação dos agentes do Tesouro Público sobre o suporte dos aspectos técnicos associados à moeda.

Por último, a BCEAO publicou, durante o ano de 2021, um Guia sobre a digitalização dos pagamentos Públicos para acompanhar os Estados nos seus processos de digitalização. Este documento dirige-se a todas as partes interessadas que intervêm nas actividades associadas aos pagamentos públicos dos Estados-membros da UEMOA, como as administrações financeiras, os estabelecimentos públicos e os grandes faturistas.

3.3.5.3 - Reforço do setor do microfinanças

No âmbito da implementação do Eixo 2 da Estratégia Regional de Inclusão Financeira (SRIF) da UMOA, intitulado "Saneamento e Reforço do Setor de Microfinança", 76 SFD em dificuldade foram identificados com base num modelo com 37 indicadores quantitativos (rácios prudenciais e indicadores periódicos) e qualitativos (localização, governação, sistema de informação de gestão, controlo interno, LBC/FT, cumprimento das recomendações das Autoridades de Controlo). Foram objeto de um diagnóstico com vista a uma eventual recuperação. O diagnóstico destas instituições exigiu a organização de controlos no local para verificar a situação no terreno e completar os trabalhos efetuados com base nas declarações dos sujeitos em causa. A este respeito, estas missões, realizadas conjuntamente pelo BCEAO e Estruturas Ministeriais de Seguimento, tiveram lugar junto de 40 estruturas de microfinanças durante o ano de 2021.

Finalmente, em conformidade com a convenção assinada com a AFD, com base nas conclusões das missões de diagnóstico, será desenvolvido um programa para a reestruturação e recuperação das estruturas identificadas.

3.3.5.4 - Implementação do projeto de interoperabilidade dos serviços financeiros digitais na UEMOA

O projeto de interoperabilidade dos serviços financeiros digitais na UEMOA foi marcado, durante o ano de 2021, pela preparação para implantação da nova plataforma através dos trabalhos de criação do quadro regulamentar, a elaboração do plano de negócios, a preparação dos intervenientes e a organização dos procedimentos de adjudicação de contratos.

Assim, está a ser finalizado um projeto de instrução relativo às regras de funcionamento da interoperabilidade na UMOA. Além disso, a convenção de participação no sistema interoperável foi elaborada pelo Grupo de Projeto encarregado pela criação do quadro regulamentar de funcionamento da interoperabilidade.

Numa perspetiva de reforço da inclusão financeira, o plano de negócios foi concebido, assegurando não só o equilíbrio da exploração da futura plataforma, mas também a oferta de serviços financeiros a custos reduzidos às populações.

No que diz respeito à preparação dos atores, foram criadas em cada país da União, Células Nacionais de Seguimento do Projeto. A este respeito, 61 instituições financeiras (bancos, instituições de moeda eletrónica e instituições de microfinanças) foram identificadas e estão a preparar-se para participar na fase-piloto que precede a produção do sistema.

No que respeita à adjudicação de contratos, os principais dossiês tratados dizem respeito à aquisição e instalação de material informático destinado ao local de alojamento da solução de interoperabilidade dos serviços financeiros digitais, a organização dos concursos para o fornecimento da solução de interoperabilidade, o recrutamento dos consultores encarregados respectivamente da assistência à gestão da obra, auditoria das contas do Projeto e definição, bem como da implementação da estratégia de comunicação na UEMOA.

3.3.5.5 - Participação nas actividades da Aliança para a Inclusão Financeira

No âmbito de sua participação nas actividades da Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), o Instituto de Emissão participou ativamente nas reflexões dos diferentes grupos de trabalho da AFI criados sobre as temáticas relativas aos serviços financeiros digitais, políticas de inclusão financeira da Rede a nível de África, capacitação dos consumidores e conduta dos mercados, estratégias nacionais de inclusão financeira, aplicação proporcional das normas internacionais, financiamento das PME, gestão dos dados sobre a inclusão financeira e finanças verdes inclusivas.

Por outro lado, o Instituto de Emissão beneficiou de formações sobre os bancos digitais, o reforço da rede de agentes para serviços financeiros digitais, finanças verdes inclusivas, assim como oportunidades e riscos do *Open Finance Inclusive*.

Por último, o BCEAO organizou, em colaboração com a AFI, uma formação virtual sobre finanças verdes inclusivas, bem como sobre as políticas de apoio ao financiamento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME).

A formação em finanças verdes inclusivas, realizada em 9 de Junho de 2021, teve como objetivo reforçar as capacidades dos agentes do Banco Central no desenvolvimento e implementação de políticas relacionadas a finanças verdes inclusivas.

De 4 a 7 de Outubro de 2021, foi organizada uma sessão de formação sobre as políticas de apoio ao financiamento das MPME para 119 pessoas provenientes de 44 países. O seu objetivo é de permitir aos participantes dispuserem dos conhecimentos e instrumentos necessários para conceber políticas de financiamento eficazes para as MPME e desenvolver planos de ação que permitam melhorar o acesso ao financiamento destas estruturas. Assim, foram discutidas as grandes linhas do quadro estratégico de política sobre o financiamento das MPME, adotado na sexta Assembleia Geral da AFI. No decurso deste encontro, foi igualmente partilhada a experiência do BCEAO em matéria de política de apoio ao financiamento das PME.

3.3.6 - PROMOÇÃO E ENQUADRAMENTO DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA FINANCEIRA (FINTECH) NA UEMOA

O BCEAO empreendeu trabalhos de enquadramento e acompanhamento das FinTech, a fim de promover o desenvolvimento destes novos atores no setor financeiro em benefício das populações da União. Estes trabalhos incidiram sobre a elaboração de um projeto de lei relativo ao financiamento participativo de empréstimos ou *crowdfunding* que, uma vez adotado, deverá permitir às PME/PMI e aos particulares diversificar as suas fontes de financiamento, bem como a criação no âmbito do BCEAO, de um «*regulatory sandbox*» ou Laboratório de Inovação Financeira (LIF), a fim de permitir aos portadores de projetos inovadores testar os seus produtos ou serviços num quadro supervisionado pelo Banco Central. Os trabalhos incidiram igualmente sobre a realização de estudos sobre o *Open Banking*, que remetem para novas práticas ligadas

à acessibilidade dos dados bancários pessoais às empresas e particulares, com o objetivo de oferecer melhores serviços aos clientes.

Além disso, o Instituto de Emissão organizou em Julho de 2021 um ateliê de intercâmbio com as FinTech da UEMOA. Este ateliê teve como objetivo avaliar o estado das iniciativas das FinTech na UEMOA, analisar os desafios e restrições regulatórias relacionados com o desenvolvimento dessas empresas e determinar as expectativas em relação ao regulador, nomeadamente, as relativas ao seu posicionamento no ecossistema financeiro da UEMOA.

Caixa 1: CRIAÇÃO DE AGÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO E SEGUIMENTO DAS FINTECH (AISF) NA UEMOA

No âmbito de suas iniciativas para promover inovações financeiras e actividades de FinTech, o Banco Central criou um Comité FinTech, em 2020. Este Comité visa promover o desenvolvimento harmonioso das empresas de tecnologia financeira nos Estados-membros da UEMOA.

Por Decisão n°192-11-2021 de 18 de Novembro de 2021 do Governador, um Agência de Identificação e Seguimento das FinTech (AISF) foi criado no seio deste Comité. A agência tem por objetivo principal organizar o intercâmbio entre a indústria da inovação financeira e o regulador.

Mais especificamente, é encarregado:

- **de identificar e analisar as inovações financeiras e seu impacto na inclusão financeira;**
- **de recolher e examinar os projetos apresentados pelas FinTech destinados a colocar no mercado produtos inovadores. Neste contexto, o Balcão submete os projetos destas empresas a testes, com base em critérios de elegibilidade bem definidos;**
- **de orientar os projetos em função do seu reforço regulamentar para o quadro jurídico ou estruturas adequadas para testar os produtos e serviços inovadores, num ambiente seguro (Laboratório de Inovação Financeira);**
- **de orientar os projetos cuja maturidade não seja considerada satisfatória para as incubadoras estabelecidas na União;**
- **de organizar encontros periódicos com as FinTech;**
- **de reduzir em 50% os custos aplicados aos pagamentos com cartão bancário, transferências dos clientes executadas via SICA-UEMOA e operações de levantamento nas caixas electrónicas da rede do GIM-UEMOA.**

Assim organizado, o BCSF deverá favorecer uma melhor identificação das FinTech assim como as suas intervenções, através da análise das tendências e desafios associadas às suas actividades.

O último Censo realizado em 2021, identificou 170 FinTech na UEMOA, divididas em três (3) categorias e abrangendo seis (6) sectores de actividades, ou seja, serviços financeiros digitais, seguros, desenvolvimento de plataformas digitais, financiamento participativo, moeda digital e educação financeira.

IV GESTÃO DOS SÍMBOLOS MONETÁRIOS, SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO, RESERVAS CAMBIAIS

4.1 - GESTÃO DOS SÍMBOLOS MONETÁRIOS	52
4.1.1 - Débitos e pagamentos nos balcões das Agências do BCEAO	52
4.1.2 - Composição da circulação fiduciária	52
4.2 - SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DA UEMOA	53
4.2.1 - Sistemas de pagamento regionais	53
4.2.2 - Contribuição dos sistemas e serviços de pagamento para maior inclusão financeira	56
4.2.2.1 - Conexão dos Tesouros Públicos Nacionais (TPN) aos sistemas de pagamento da UEMOA	56
4.2.2.2 - Promoção do acesso dos Sistemas Financeiros Descentralizados aos sistemas de Pagamento regionais da UEMOA	57
4.2.2.3 - Acesso das Sociedades de Gestão e Intermediação (SGI) ao STAR-UEMOA	57
4.3 - RESERVAS CAMBIAIS	57

4.1 - GESTÃO DOS SÍMBOLOS MONETÁRIOS

4.1.1 - DÉBITOS E PAGAMENTOS NOS BALCÕES DAS AGÊNCIAS DO BCEAO

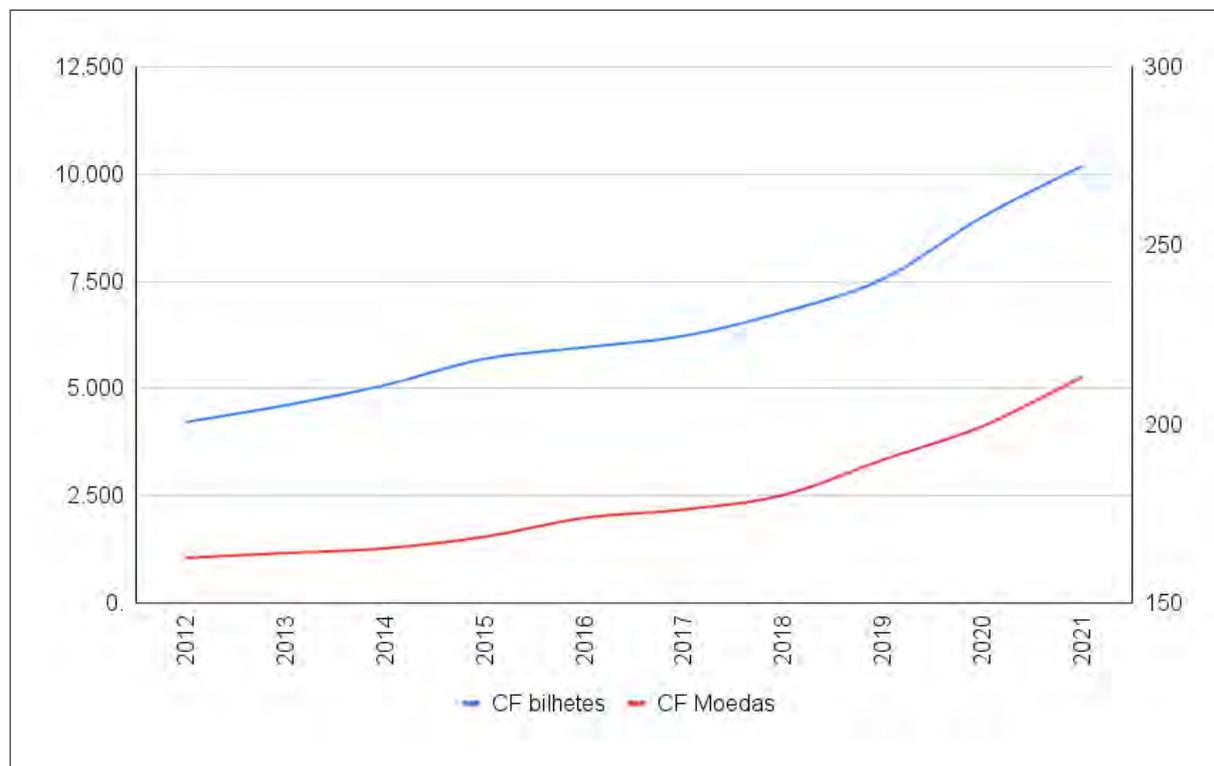
Os **levantamentos** durante o período em análise situam-se em 23.400,6 bilhões de FCFA, em comparação com 20.600,3 bilhões de FCFA em 2020, ou seja, um aumento em valor de 13,6%. Os **levantamentos** mais importantes foram registrados na Côte d'Ivoire (32,7%), no Senegal (17,8%) e no Burkina (16,1%). No que diz respeito aos **levantamentos de moedas nos balcões**, o seu valor aumentou 35,0%, ao registar 11,7 mil milhões de FCFA em 2020 (217,8 milhões de unidades) para 15,8 bilhões de FCFA em 2021 (276,6 milhões de unidades).

Os depósitos de notas nos balcões do Banco Central fixou-se em 22.223,3 bilhões de francos CFA em 2021 contra 19.145,0 bilhões de FCFA em 2020, ou seja, um aumento em valor de 16,0%. As entradas mais importantes em valor foram observadas na Côte d'Ivoire (31,2%), no Burkina (17,5%) e no Senegal (15,8%). As entradas nos balcões de moedas atingiram 1,9 mil milhões de francos CFA em 2021 contra 2,2 mil milhões de francos CFA em 2020, ou seja, uma baixa em valor de 13,6%.

4.1.2 - COMPOSIÇÃO DA CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA

Em finais de Dezembro de 2021, a circulação fiduciária estabeleceu-se em 10.406,7 bilhões de FCFA contra 9.215,7 bilhões de FCFA no ano precedente, ou seja, uma subida de 1.191,0 bilhões de FCFA. As notas de elevado valor facial representaram 91,6% do valor das notas em circulação, contra 90,7% em 2020, as partes relativas (em valor) das notas e moedas em circulação fiduciária mantiveram-se praticamente estáveis em 98,0% e 2,0%, respectivamente.

Gráfico 14: EVOLUÇÃO DA CIRCULAÇÃO FIDUCIÁRIA DE 2012 A 2021
(MIL MILHÕES DE FCFA)



Fonte: BCEAO

4.2 - SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DA UEMOA

Durante o ano de 2021, o funcionamento dos sistemas de pagamento da UEMOA foi marcado por uma evolução contrastada dos principais indicadores de actividade.

INDICADORES DE ACTIVIDADES	
STAL-UEMOA	SICA-UEMOA
145 participantes (2021)	145 participantes (2021)
146 participantes (2020)	146 participantes (2020)
145 participantes do Sistema de Transferência Automatizada e Liquidação na UEMOA (STAR-UEMOA) no final de Dezembro de 2021 contra 146 no ano anterior.	146 participantes no Sistema Interbancário de Compensação Automatizado da UEMOA (SICA-UEMOA) no final de Dezembro de 2021 contra 146 em 2020.
Números de operações: 1,5 milhão	Números de operações: 25,5 milhões
Valor das operações:	Valor das operações: 64,057 trilhões de FCFA
677 trilhões de FCFA Comércio inter-países:	Números de operações por instrumento de pagamento (em milhões):
- Números de operações : 440.953	- Cheque : 8
- Valor das transações :	- Transferência : 17
65,460 trilhões de FCFA	- Letra de câmbio : 0,15
	- Nota Promissória : 0,002
	- Débitos : 0,15
	Valor das operações por instrumento de pagamento (em mil milhões de FCFA):
	- Cheque : 47.246
	- Transferência : 10.324
	- Letra de câmbio : 3.395
	- Livrança : 110
	- Levantamentos : 1,8
	Trocas inter-países:
	- Números operações : 0,3 milhão
	- Valor das operações : 1,2 mil milhão

4.2.1 - SISTEMAS DE PAGAMENTO REGIONAIS

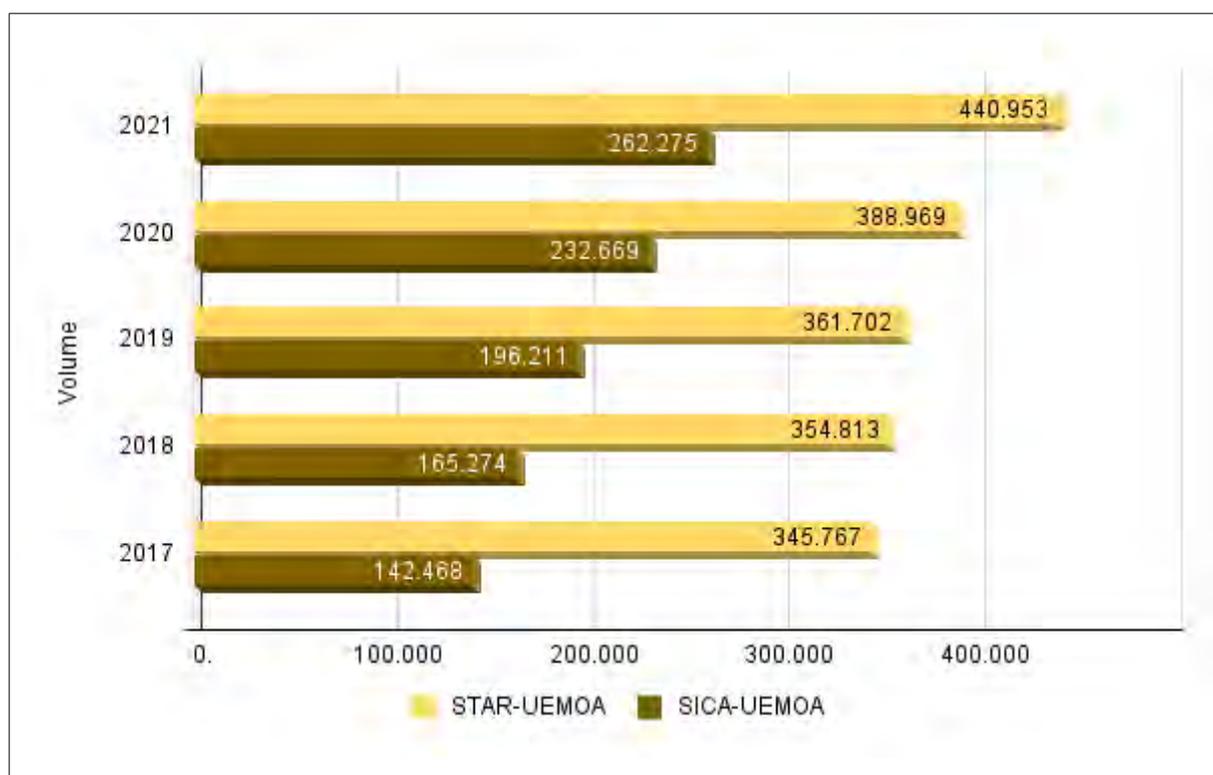
O Sistema de Transferência Automatizado e Liquidação na UEMOA (STAR-UEMOA) está no centro da infraestrutura sub-regional de pagamento da UEMOA. Durante o ano de 2021 é utilizado pelo Tesouro Público de todos os países da União (com exceção da Guiné-Bissau), BCEAO e 137 instituições de crédito. Além disso, as infraestruturas de mercados financeiros de importância sistémica da UEMOA (SICA-UEMOA, GIM-UEMOA, DC/BR, SAGETIL-UMOA)

participam no STAR-UEMOA com vista à Liquidação de suas operações. O valor das operações liquidadas no STAR-UEMOA passou de 656 trilhões de FCFA em 2020 para 677 trilhões de FCFA em 2021, ou seja, um aumento de 3,3% em relação ao ano anterior.

Os Tesouros Públicos de todos os países da União (com exceção do Togo), o BCEAO, 137 instituições de crédito, bem como os serviços financeiros dos Correios do Benin, Senegal e Togo, participam no Sistema Interbancário de Compensação Automatizada na UEMOA (SICA-UEMOA). Durante o período em análise, o volume das trocas estabeleceu-se em 25,5 milhões de operações, num montante total de 64,057 trilhões de FCFA, com um aumento de 34,2% em volume e de 19% em valor. O volume e o valor das operações trocadas em 2020 foram de 19 milhões e 53,813 trilhões de FCFA, respectivamente.

O comércio inter-países dentro da UEMOA foi de 65,460 trilhões de FCFA contra 52,450 trilhões de FCFA em 2020, resultando em 9,7% do valor total das operações processadas no STAR-UEMOA. Em relação ao ano anterior, observou-se um aumento de 24,8% do valor das operações inter-países, em comparação com a queda de 5,1% no período 2019-2020. Este aumento em 2021 deveu-se, nomeadamente, a uma recuperação da actividade económica sub-regional na sequência da diminuição da propagação da Covid-19 no primeiro semestre de 2021. Em contraste, ao nível do SICA-UEMOA, esta tendência é descendente, com uma taxa de volume de transações inter-países de 1,1% em 2021, em comparação com 1,2% em 2020.

Gráfico 15: EVOLUÇÃO EM VOLUME DE TROCAS INTER-PAÍSES DE 2017 A 2021



Fonte: BCEAO

Gráfico 16: EVOLUÇÃO EM VALOR DE TROCAS INTER-PAÍSES DE 2017 A 2021



Fonte: BCEAO

A título da repartição dos instrumentos de pagamento executados no sistema de telecompensação, a parte relativa ao volume das transferências elevou-se para 66,0%, um aumento de 8,5% em relação ao ano anterior. A utilização dos cheques foi de 31,7% do volume total das operações, ou seja, uma queda de 8,5% em relação a 2020.

Em valor, as transações via cheques representam 73,8% das das operações em 2021, um recuo de 1,9% em relação ao ano anterior.

Durante o ano de 2021, a preferência dos usuários pela transferência em detrimento do cheque foi mais uma vez consolidada, confirmando o declínio no uso do cheque observado desde 2017.

Os levantamentos diretos aumentaram, em parte, em relação ao volume de pagamentos, de 0,3% em 2020 para 0,6% em 2021. Em termos de valor, eles foram de 2,7% contra 2,3% no ano anterior. A taxa de progressão anual da utilização de levantamentos é de 140,3% em volume e 41,4% em valor e revela o interesse crescente dos agentes económicos, nomeadamente os Tesouros Públicos Nacionais para este instrumento, no âmbito da cobrança das receitas fiscais.

Em conformidade com a sua estratégia de «*dotar a UEMOA de sistemas de pagamento seguros, eficientes e acessíveis com base em critérios transparentes, bem como de colocar à disposição dos agentes económicos meios de pagamento modernos e de baixos custos*», o BCEAO levou a cabo, em 2021, ações destinadas a reforçar a segurança, modernização e impacto inclusivo dos sistemas, dos meios e dos serviços de pagamento da UEMOA.

Segurança e modernização dos sistemas e serviços de pagamento

Prosseguiram as ações de sensibilização para o cumprimento dos requisitos e regras mínimas

de segurança aplicáveis às plataformas de conexão dos participantes a sistemas de pagamento. Foram marcadas por:

- **entrada em vigor da Instrução nº001-03-2021, de 12 de Março de 2021, do Governador do BCEAO, que fixa as novas modalidades de supervisão das Infraestruturas dos Mercados Financeiros, dos meios e dos serviços de pagamento nos Estados-membros da União Monetária Oeste Africana (UMOA);**
- **autoavaliação da conformidade dos sistemas de pagamentos geridos pelo BCEAO com os Princípios para as Infraestruturas do Mercado Financeiro (PIMF). Envolveu o Sistema de Liquidação-Entrega de Títulos Públicos (SAGETIL-UMOA), Sistema Interbancário de Compensação Automatizado na UEMOA (SICA-UEMOA) e Sistema Regional de Liquidação Bruta em Tempo Real das Transferências de Importância Sistémica (STAR-UEMOA). Este exercício demonstrou que os sistemas de pagamentos geridos pelo BCEAO cumprem globalmente os princípios de eficiência e segurança dos PIMF;**
- **assinatura de um Memorando de Entendimento entre o BCEAO e o Conselho Regional de Poupança Pública e dos Mercados Financeiros (CREPMF), com vista a trocar informações no âmbito da fiscalização do sistema de liquidação do Depositário Central/Banco de Liquidação (DC/BL).**

A título da modernização da infraestrutura de pagamento, convém sublinhar os trabalhos que conduziram à entrada em vigor da norma aplicável ao *Quick Response* (QR) Código para os pagamentos interoperáveis nos Estados-membros da UEMOA. A entrada em vigor desta nova norma deverá contribuir para o desenvolvimento dos pagamentos eletrónicos sem contacto, independentemente de estarem ou não associados a uma conta bancária.

Foram igualmente realizados trabalhos de observação, sob a égide do Comité Fintech do Banco Central, sobre a emissão de Moedas Digitais de Banco Central (MDBC). Neste contexto, o BCEAO procedeu a uma revisão de experiências, análise dos desafios ligados à emissão de MDBC no contexto sub-regional e proposta de estudos de oportunidade, com o objetivo de proceder a trabalhos de experimentação no período 2022-2023.

4.2.2 - CONTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS E SERVIÇOS DE PAGAMENTO PARA MAIOR INCLUSÃO FINANCEIRA

A título da contribuição dos sistemas de pagamento para a consolidação da inclusão financeira das populações da União, o BCEAO prosseguiu as ações realizadas durante o ano de 2020 com vista a aumentar a autonomia operacional dos Tesouros Nacionais no processamento de suas operações de pagamento. Por outro lado, trabalhou para o acesso indireto dos Sistemas Financeiros Descentralizados ao Sistema de Pagamento Regional da UEMOA e para a melhoria da participação das Sociedades de Gestão e Intermediação no mercado primário dos títulos emitidos por concurso através da liquidação de suas propostas no STAR-UEMOA.

4.2.2.1- Conexão dos Tesouros Públicos Nacionais (TPN) aos sistemas de pagamento da UEMOA

Em 2021, o número de Tesouros Públicos conectados à Tele-compensação e Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real manteve-se em sete (7), o seu nível de 2020, para uma taxa de conexão aos sistemas de pagamento de 87,5%.

Estão em curso trabalhos com vista à ligação dos TPN da Guiné-Bissau e Togo, respectivamente ao STAR-UEMOA e SICA-UEMOA.

No âmbito do acompanhamento dos TPN na execução de planos de ação destinados a reforçar a automatização dos seus circuitos de pagamento e sua autonomia operacional, o BCEAO realizou ações no sentido do desenvolvimento de uma solução técnica que deve permitir aos TPN disporem de uma visão global de todos os seus ativos nos livros do Banco Central e processar as suas instruções de pagamento com total autonomia.

4.2.2.2 - Promoção do acesso dos Sistemas Financeiros Descentralizados aos sistemas de Pagamento regionais da UEMOA

No âmbito do Projeto de Apoio à Promoção do Acesso dos SFD ao Sistema de Pagamento Regional da UEMOA, o BCEAO prestou apoio técnico aos SFD para a respectiva conexão ao Sistema de Pagamento Regional através de bancos parceiros.

Os trabalhos realizados permitiram a entrada em produção no SICA-UEMOA, através de bancos parceiros, de cinco (5) SFD durante o ano de 2021, após a passagem em Novembro de 2020 do primeiro SFD no SICA-UEMOA.

Assim, no final de Dezembro de 2021, seis (6) SFD foram conectados ao SICA-UEMOA via bancos parceiros.

Em 2022, dois (2) SFD elegíveis para acesso indireto ao sistema de pagamento regional da UEMOA, ponderam finalizar os seus processos de conexão.

4.2.2.3 - Acesso das Sociedades de Gestão e Intermediação (SGI) ao STAR-UEMOA

Proseguiu o acompanhamento dos SGI para a sua participação no dispositivo que permite a liquidação das suas operações no mercado dos títulos públicos emitidos por concurso, a partir das contas dos seus bancos parceiros. O número de novas SGI conectadas ao dispositivo durante o ano de 2021 elevou-se a seis (6), fixando o número total de SGI configuradas no final de Dezembro de 2021 para doze (12).

4.3 - RESERVAS CAMBIAIS

Os ativos de reserva oficiais do Banco Central situam-se em 14,040 trilhões de FCFA (21,4 mil milhões de euros) no final de Dezembro de 2021, contra 11,731 trilhões de FCFA (17,9 mil milhões de euros) do ano anterior, ou seja, um aumento de 2,309 trilhões de FCFA (3,5 mil milhões de euros, +20%) ao longo do período.

Em aplicação da reforma monetária decidida pelos chefes de Estado da UEMOA, a Conta de operações aberta nos livros do Tesouro francês foi encerrada em Abril de 2021. A este respeito, os recursos aí detidos foram transferidos para outras contas do Banco Central.

Neste contexto, o BCEAO prosseguiu a política de investimento dos seus ativos em divisas, no estrito cumprimento dos princípios e práticas geralmente aceites para a gestão das reservas cambiais oficiais, em especial as Diretivas do FMI sobre a matéria. A este respeito, os ativos de reserva foram objeto de investimento em ativos monetários e obrigacionistas, tendo em conta os seus critérios de liquidez e segurança.

Caixa 2: REPATRIAÇÃO DAS RECEITAS DE EXPORTAÇÃO

As exportações de mercadorias para fora UEMOA estimaram-se em 15,002 trilhões de FCFA para o ano 2021, uma subida de 1,787 trilhões (+14%) em comparação com o mesmo período do ano anterior. Os repatriamentos de divisas referentes às vendas externas de mercadorias registaram igualmente um aumento, ao passar de 8,542 trilhões em 2020 para 10,366 trilhões em 2021 (+1,824 trilhões ou +21%). Em relação às receitas de exportação, a taxa de repatriamento foi de 69% no ano de 2021, em comparação com 65% no ano anterior.

A melhoria significativa da taxa de repatriamento resulta dos progressos registados pelos operadores económicos, bem como pelos intermediários autorizados em matéria de conformidade com os requisitos regulamentares. Com efeito, a taxa de cobrança das receitas de exportação pelas empresas da União nas contas bancárias locais, foi de 80% em 2021 contra 75% no ano anterior.

Quanto à taxa de transferência para o Banco Central dos recursos recebidos pelos bancos da União, foi de 87% em 2021 contra 86% no mesmo período do ano anterior. Assim, a obrigação regulamentar dos bancos em repatriar pelo menos 80% das receitas cobradas foi cumprida em média, em todos os países da União.

O montante das receitas de exportação que não foram objeto de transferência para o Banco Central, foi de 1,636 trilhões (11% das exportações) contra 2,030 trilhões registadas no ano anterior (15% das vendas externas). O incumprimento no repatriamento imputável aos operadores económicos ascendeu a 1,617 trilhões (2,005 trilhões em 2020) e a dívida das instituições de crédito a 19 mil milhões (25 mil milhões em 2020).

No total, o ano de 2021, caracteriza-se pela manutenção de bons indicadores de repatriamento, em consequência do aumento das receitas dos operadores económicos, combinada com a melhoria da conformidade do setor bancário com a exigência de transferência para o BCEAO de pelo menos 80% das receitas cobradas.

V - ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

5.1 - ACTIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	60
5.1.1 - Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UMOA	60
5.1.2 - Conselho de Ministros da União	65
5.1.3 - Comité de Política Monetária do BCEAO	67
5.1.4 - Conselho de Administração do BCEAO	73
5.1.5 - Comité de Auditoria do BCEAO	74
5.2 - ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO	76
5.2.1 - Governação e estrutura operacional do BCEAO	76
5.2.2 - Gestão dos recursos humanos	79
5.2.2.1 - Pessoal	79
5.2.2.2 - Formação, Pesquisa e parcerias	80
5.2.3 - Património imobiliário	86
5.2.4 - Sistemas de informação	86
5.2.5 - Dispositivo de gestão dos riscos e actividades de controlo	87
5.2.6 - Dispositivo de supervisão de gestão	90
5.2.7 - Sistema de Gestão da Qualidade do BCEAO	92
5.2.8 - Sistema de informação contabilístico	92

5.1 - ACTIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Durante o exercício de 2021, os Órgãos da União realizaram as sessões em conformidade com as disposições do Tratado da União Monetária Oeste Africana de 20 de Janeiro de 2007 e dos Estatutos do Banco Central dos Estados da África Ocidental.

5.1.1 - CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UMOA

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União realizou, em 25 de Março de 2021, por videoconferência, uma sessão ordinária sob a Presidência de Sua Excelência o Senhor Alassane OUATTARA, Presidente da República da Côte d'Ivoire, o seu Presidente estatutário.

Durante a sessão, analisando a situação política e social no seio da União, a Conferência saudou a serenidade que prevaleceu na sequência das últimas eleições presidenciais realizadas nos Estados-membros. Felicitou os atores políticos destes países e todas as partes implicadas pelas suas contribuições para a concretização da cultura democrática na União.

A Conferência dirigiu as suas vivas felicitações aos Presidentes Roch Marc Christian KABORE e Alassane OUATTARA pela sua reeleição e ao Senhor Mohamed BAZOUM pela sua eleição para a Presidência da República do Níger.

Analisando a evolução da situação sanitária na União, desde a realização da sua sessão extraordinária de 27 de Abril de 2020, a Conferência registrou as evoluções positivas observadas no combate a propagação da pandemia do coronavírus. A Conferência congratulou-se com os esforços envidados pelos Estados, bem como pelos Órgãos e Instituições comunitárias, para conseguir estes resultados.

Após ter analisado o relatório das ações implementadas para apoiar a actividade económica no contexto desta pandemia, bem como as previstas para 2021, a Conferência manifestou total satisfação relativamente às iniciativas levadas a cabo pelas instituições comunitárias para aliviar as populações vulneráveis e apoiar a economia, em especial as pequenas e médias empresas e exortou-as a prosseguir nesta via.

A Conferência registrou com satisfação o relatório da Comissão da UEMOA sobre a situação da Covid-19 na União e adotou as principais recomendações relativas à facilitação da circulação transfronteiriça de pessoas e bens.

A este respeito, fixou em cinco (5) dias, a contar da data de recolha da amostra, o prazo de validade dos testes de despistagem à entrada e partida dos aeroportos dos Estados-membros.

A Conferência decidiu o reconhecimento mútuo dos resultados dos testes Covid-19 realizados pelas estruturas nacionais habilitadas. A partir de Maio de 2021, o custo do teste da Covid-19 para os passageiros que utilizam o transporte aéreo foi fixado em vinte e cinco mil (25.000) FCFA.

A Conferência encorajou a reabertura progressiva das fronteiras terrestres no respeito das exigências sanitárias impostas. Em tempo oportuno, o custo do teste da Covid-19 será fixado em cinco mil (5.000) FCFA para os viajantes que utilizam as vias terrestres.

Exortou todos os Estados-membros a tomarem as medidas adequadas para a implementação de estratégias nacionais de vacinação das populações-alvo contra a doença de coronavírus.

A título de apoio ao investimento privado, os chefes de Estado e de Governo incentivaram os Estados-membros a simplificar os procedimentos de acesso aos fundos de apoio à Covid-19 e estimular o investimento nas empresas através da criação de incentivos.

Os chefes de Estado e de Governo felicitaram o Banco Central pelas medidas implementadas no âmbito do combate a pandemia, nomeadamente o aumento sensível da liquidez e a redução das taxas de juro para assegurar a manutenção do financiamento adequado das economias pelos bancos, bem como o lançamento dos «Títulos Covid-19» para permitir aos Estados angariar fundos importantes a custos moderados no mercado financeiro regional. Encorajaram-no a prosseguir estas ações a fim de contribuir para uma rápida recuperação da actividade económica.

Os Chefes de Estado e de Governo felicitaram as instituições comunitárias pela implementação efetiva dos mecanismos de financiamento dos Estados-membros, assim como pelo apoio ao setor privado e SFD.

Congratularam-se particularmente com a decisão do BCEAO de autorizar aos bancos e instituições de microfinanças a concederem aos seus clientes afetados pela pandemia que solicitaram alargamento dos prazos de vencimento dos empréstimos, por um período de três meses renováveis uma vez, sem juros, nem taxas, nem penalidade por atraso. Congratularam-se igualmente com as medidas implementadas para reduzir os custos de utilização dos meios de pagamento digitais, a fim de promover ainda mais a sua utilização e contribuir assim, para limitar as deslocações e contactos físicos das populações durante a pandemia.

A Conferência reiterou o seu apoio pela iniciativa da União Africana relativa à dívida dos países africanos.

Agradeceu a todos os parceiros, em particular à União Africana, Banco Africano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e G20 pelas iniciativas realizadas e convidou-os a apoiar ainda mais o continente africano no seu combate à pandemia.

Ao abordar a situação na sub-região, a Conferência condenou com veemência os ataques terroristas perpetrados no Burkina Faso, Mali e Níger. Manifestou a sua solidariedade e sua compaixão para com as populações desses países irmãos. Reafirmou a sua firme determinação em contrariar a progressão do terrorismo e em fazer face à insegurança crescente na União.

No âmbito do financiamento do combate a insegurança do G5 Sahel, a Conferência congratulou-se com a contribuição dos países-membros, nomeadamente a do Burkina, Mali, Níger e Senegal no montante de 1 mil milhão de FCFA cada um e da Côte d'Ivoire no montante de 2 mil milhões de FCFA. Por outro lado, a Conferência decidiu conceder um financiamento excecional de 2 mil milhões de FCFA para apoiar esta iniciativa. Este apoio vem complementar os 100 milhões de dólares americanos desembolsados pelos três países membros da linha da frente do G5 Sahel.

A título do reforço do processo de integração, a Conferência apreciou os esforços da Comissão no impulso e acompanhamento das reformas comunitárias.

Registrou com satisfação os progressos registados na implementação dos trabalhos conduzidos pelos Comitês de Alto Nível relativos à energia, paz e segurança, segurança alimentar e financiamento das economias.

No que se refere ao trabalho relativo à segurança alimentar e nutricional, a Conferência registrou o estado de execução satisfatório das iniciativas e medidas em curso para reforçar a resiliência das populações face aos défices cereais e impacto das mudanças climáticas.

A título do financiamento da economia, a Conferência congratulou-se com as ações do Banco Central que permitiram a redução do custo do crédito na União, reforço da governação das instituições financeiras e melhoria dos mecanismos de financiamento.

Também, a Conferência registrou com satisfação os financiamentos do BOAD que permitiram dar um apoio considerável aos Estados e pequenas e médias empresas da União.

No que respeita à vigilância multilateral, a Conferência registrou que a pandemia de coronavírus afetou profundamente as economias dos Estados-membros. Assim, em 2020, a situação macroeconómica da União registrou uma degradação sensível, com uma taxa de crescimento média de 0,9%, ou seja, uma redução de quase seis pontos percentuais em relação à previsão inicial de 6,6%.

Neste contexto, depois de ter recordado a suspensão temporária do Pacto de Convergência, Crescimento e Solidariedade da UEMOA, a Conferência exortou os Estados a tomarem todas as medidas necessárias para reduzir o impacto da pandemia nas populações e apoiar a economia durante e após a crise.

No que diz respeito à revisão anual das reformas, políticas, programas e projetos comunitários, os Chefes de Estado e de Governo congratularam-se com a melhoria da taxa global de implementação das reformas, que passou de 74% em 2019 para 76% em 2020. Exortam a Comissão e os Estados-membros a prosseguirem este exercício.

Os Chefes de Estado e de Governo saudaram a criação pelo BCEAO do quadro metodológico de identificação dos Estabelecimentos Bancários de Importância Sistémica (EBIS) e a realização de testes de resistência do sistema bancário aos choques ligados à Covid-19. Exortam-no a prosseguir os seus esforços para a consolidação da estabilidade financeira na União.

A Conferência tomou conhecimento das diligências efetuadas pelo Banco Central com vista ao reforço da operacionalização do dispositivo de apoio ao financiamento das PME/PMI e diversificação dos produtos de financiamento das economias. Convida as partes implicadas a uma forte participação, a fim de permitir uma rápida realização dos objetivos visados.

A Conferência registrou com satisfação os progressos realizados pelo BCEAO no desenvolvimento e promoção da inclusão financeira na União, através da interoperabilidade dos Serviços Financeiros Digitais, implementação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira, promoção e enquadramento das FinTech.

Os Chefes de Estado e de Governo apreciaram as ações conduzidas pelo Banco Central para o reforço da segurança das plataformas de conexão dos participantes aos sistemas de pagamentos da União, bem como para a divulgação dos textos regulamentares no âmbito da execução das reformas contabilísticas e prudenciais junto das instituições de crédito.

A Conferência congratulou-se com as medidas levadas a cabo pelo BCEAO para reforçar as actividades dos Balcões de Informação sobre o Crédito (BIC). Exortou-a a prosseguir os seus esforços no sentido de melhorar a extensão da informação sobre o crédito na União.

A Conferência registrou com satisfação a contribuição do BOAD para o apoio às ações de desenvolvimento dos Estados-membros, no âmbito da execução dos seus projetos e programas de investimento, que se traduziu concretamente na disponibilização de financiamentos consequentes.

Os Chefes de Estado e do Governo congratularam-se com os esforços desenvolvidos pelo BOAD para mobilizar recursos dos mecanismos financeiros da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em benefício de projetos ambientais na União. Incentivaram-no a prosseguir e intensificar as suas ações neste domínio, a fim de contribuir para o reforço da resiliência das economias às mudanças climáticas e melhorar as condições de vida das populações vulneráveis.

A Conferência felicitou o BOAD pela aprovação do seu novo Plano Estratégico 2021-2025 «Plano DJOLIBA», que permitirá aumentar o impacto dos seus investimentos em termos de resultados de desenvolvimento através da criação de emprego, construção de infraestruturas de transporte para facilitar a deslocação de pessoas e bens, facilitação do acesso aos alimentos através da produção agrícola e aumento das capacidades de produção da energia.

Os Chefes de Estado e de Governo exortaram os órgãos e instituições comunitários a prosseguirem as suas ações de promoção das Parcerias Público-Privadas (PPP), com vista a uma boa execução dos projetos estruturantes, nomeadamente os de envergadura regional.

A Conferência congratulou-se com os progressos registados no plano regulamentar com a adoção de Instruções específicas para melhorar o quadro de emissão dos títulos públicos e a instauração de finanças sustentáveis, em vista de aproximar o mercado financeiro das normas internacionais, sobretudo num contexto marcado por um desenvolvimento rápido das novas tecnologias. A Conferência registrou com satisfação as medidas de reforço do quadro prudencial e supervisão dos intervenientes no mercado financeiro regional, que visam a proteção dos aforradores e resiliência do sistema financeiro.

A Conferência saudou a assinatura de convenções de financiamento, assistência técnica e parceria entre o Conselho Regional e os parceiros técnicos e financeiros, como o *Financial Sector Deepening África* (FSD África) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para a execução dos trabalhos de reforma iniciados, nomeadamente os projetos de modernização dos textos básicos do mercado, a melhoria da governação do mercado e reforço dos dispositivos prudenciais e proteção dos poupadores no mercado financeiro regional, bem como os mecanismos de supervisão dos participantes no mercado.

No que diz respeito ao processo de mudança da denominação do Conselho Regional da Poupança Pública e Mercados Financeiros na Autoridade dos Mercados Financeiros, a Conferência convidou os Estados a acelerar o processo de ratificação do Tratado da UMOA.

No que diz respeito ao processo de criação da moeda única da CEDEAO, a Conferência congratulou-se com os progressos registados e reafirmou a determinação dos Estados-membros da UEMOA em prosseguirem o seu compromisso neste projeto.

A Conferência expressou os seus sinceros agradecimentos a Sua Excelência, Alassane OUATTARA, Presidente em exercício da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UEMOA, pela sua liderança e seu empenho na adesão dos países da UEMOA ao processo de criação da moeda única da CEDEAO.

No âmbito da governação dos órgãos e instituições da União, a Conferência tomou nota da expiração do mandato do Presidente do BOAD. A Conferência congratulou-se com o excelente trabalho realizado por Christian ADOVELANDE, Presidente cessante do BOAD, bem como com a dinâmica que imprimiu ao processo de financiamento do desenvolvimento na UEMOA.

Os Chefes de Estado e de Governo dirigiram as suas vivas felicitações e os seus votos de pleno êxito ao Senhor Tiémoko Meyliet KONE, Governador da BCEAO, pela sua recondução à Presidência do Banco Central, bem como ao Senhor Serge EKUE, pela sua nomeação para a Presidência do BOAD.

A Conferência decidiu criar um posto de segundo Vice-Presidente no BOAD.

A Conferência tomou nota do fim do mandato do Presidente do Conselho Regional da Poupança Pública e dos Mercados Financeiros e felicitou Mamadou NDIAYE, Presidente cessante do CREPMF, pelos resultados notáveis obtidos através da contribuição do Mercado Financeiro Regional para o financiamento das economias.

A Conferência tomou nota da expiração dos mandatos do Presidente e membros da Comissão a partir de 8 de Maio de 2021.

A Conferência felicitou Abdallah BOUREIMA, Presidente cessante da Comissão, pela dinâmica que imprimiu ao processo de integração da União e pelos resultados obtidos pela Comissão, sob a sua condução, durante os últimos quatro anos.

Por último, a Conferência quis saudar o trabalho notável realizado pelo conjunto dos Comissários cessantes no âmbito do seu mandato.

A Conferência decidiu confiar a Presidência da Comissão da UEMOA ao candidato proposto pela República do Senegal.

A nomeação dos membros da Comissão, sob proposta dos Chefes de Estado e de Governo, terá lugar, o mais tardar, em 1 de Maio de 2021.

A Conferência adotou um Aditamento relativo à reforma do quadro institucional de renovação dos dirigentes das instituições da União.

A Conferência expressou a sua satisfação ao Presidente da Comissão da UEMOA, ao Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental, ao Presidente do Conselho Regional da Economia Pública e dos Mercados Financeiros, bem como ao pessoal de todos os órgãos e instituições da UEMOA, pelos resultados obtidos na execução dos programas e projetos comunitários.

A Conferência dirigiu as suas vivas felicitações ao Presidente Issoufou MAHAMADOU, pela sua liderança na condução dos trabalhos a ele confiados a nível regional e continental e pelo seu empenho no enraizamento da democracia no Níger.

No que se refere à Presidência em exercício da União, a Conferência elegeu por unanimidade, Sua Excelência o Senhor Roch Marc Christian KABORE, Presidente do Burkina Faso como novo Presidente em exercício da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UEMOA.

A Conferência prestou uma vibrante homenagem a Sua Excelência o Senhor Alassane OUATTARA pela sua liderança e seu compromisso na consolidação do processo de integração sub-regional.

Os Chefes de Estado e de Governo do Benin, Burkina, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo apresentaram as suas condolências a Sua Excelência Presidente da República da Côte d'Ivoire e ao povo da Côte d'Ivoire na sequência da morte do Primeiro-Ministro Hamed BAKAYOKO. Associaram-se à homenagem prestada pelo povo ivoiriense ao ilustre falecido. Os Chefes de Estado e de Governo do Benin, do Burkina, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo endereçaram os seus sinceros agradecimentos a Sua Excelência Presidente da República da Côte d'Ivoire por todas as disposições tomadas para assegurar o êxito da Conferência.

5.1.2 - CONSELHO DE MINISTROS DA UNIÃO

Durante o exercício do ano 2021, a composição do Conselho de Ministros da União registrou as seguintes mudanças:

Em relação à República do Benin, Hamet AGUEMON, Ministro, Conselheiro para os Investimentos do Presidente da República, foi nomeado membro do Conselho, a partir de 4 de Junho de 2021, em substituição do Sr. Abdoulaye BIO TCHANE.

Em relação à República do Mali, Lamine Seydou TRAORE, Ministro das Minas, da Energia e da Água, foi nomeado membro do Conselho, a partir de 16 de Agosto de 2021, em substituição de Harouna NIANG.

Em relação à República do Níger, Senhores Ahmat JIDOUD e Rabiou ABDOU, respectivamente Ministro das Finanças e Ministro do Planeamento, foram nomeados membros do Conselho, a contar de 7 de Abril de 2021 e 20 de Abril de 2021, em substituição do Sr. Mamadou DIOP e da Senhora Aïchatou BOULAMA KANE.

Durante o ano de 2021, o Conselho de Ministros realizou quatro (4) sessões ordinárias. Em 22 de Março, 28 de Junho, 23 de Setembro e 17 de Dezembro de 2021, por videoconferência, a partir das instalações das Agências Principais e da Sede do BCEAO, sob a presidência de Sani YAYA, Ministro da Economia e Finanças da República Togolesa, seu Presidente estatutário.

O Conselho de Ministros teve igualmente, nas mesmas salas, por videoconferência, três Sessões Extraordinárias respectivamente em 15 de Março, 29 de Abril e 20 de Agosto de 2021.

Na sua sessão ordinária de 22 de Março de 2021, o Conselho de Ministros, analisando a situação económica e as perspectivas da UEMOA, observou o início de uma consolidação da recuperação da actividade económica no quarto trimestre de 2020, sob o efeito da recuperação da procura doméstica. A taxa de crescimento da União situou-se em 1,3% após 0,6% um trimestre anterior. Para todo o ano de 2020, a taxa de crescimento da UEMOA estimou-se em 0,9%.

O Conselho observou que a inflação na União abrandou ligeiramente, atingindo 2,7% no quarto trimestre de 2020, em comparação anual, após 2,9% no trimestre anterior. Esta desaceleração dos preços no consumidor deve-se ao abrandamento dos preços dos produtos alimentares, relacionado com a melhoria da oferta de cereais. Para todo o ano de 2020, a taxa de inflação estimou-se em 2,1% após -0,7% em 2019.

Os Ministros notaram que a execução dos orçamentos nacionais durante o ano de 2020 trouxe a marca das repercussões da pandemia da Covid-19. Com efeito, os Governos adotaram medidas vigorosas para conter a propagação do vírus, apoiar as populações vulneráveis, estabilizar a actividade económica e preservar o tecido produtivo. Neste contexto, o défice orçamental, incluindo as dotações para autorizações, deteriorou-se, situando-se em 5,7% do PIB em 2020, ao passo que os esforços empreendidos anteriormente pelos Estados conseguiram reduzi-lo para 2,4% em 2019.

Os apoios dos parceiros técnicos e financeiros no contexto da Covid-19, bem como as mobilizações realizadas pelos Estados-membros no mercado financeiro regional e nos mercados internacionais, permitiram cobrir este défice orçamental.

No que se refere ao comércio externo, o défice da balança corrente agravou-se no contexto da crise sanitária, com a queda dos fluxos turísticos e diminuição das exportações da zona. Estabeleceu-se em 5,6% do PIB em 2020 contra 4,9% em 2019.

Graças às medidas implementadas pelo Banco Central, o setor financeiro continuou a assegurar um financiamento adequado das actividades económicas. As reservas cambiais da União mantêm-se a um nível adequado, assegurando uma cobertura de 5,9 meses de importação de bens e serviços no final de Dezembro de 2020.

A fim de favorecer um regresso rápido à trajetória de bom crescimento registada nos últimos anos que precederam a crise sanitária, os Estados comprometeram-se, não só a aumentar as suas capacidades para controlar a pandemia, mas também a conduzir eficazmente planos de recuperação económica.

Os Ministros renovaram o mandato de Akuété SANTOS, na qualidade de membro do Colégio de Resolução, por um período de três (3) anos que deve terminar em 31 de Março de 2024, em conformidade com o disposto nos artigos 5º e 8º do Anexo da Convenção que rege a Comissão Bancária da UMOA.

Os Ministros aprovaram as contas do BCEAO relativas ao exercício de 2020 e procederam à afetação dos resultados.

Além disso, o Conselho de Ministros aprovou as conclusões da reunião do Comité Técnico BCEAO/Banco Mundial, realizada em 16 de Fevereiro de 2021, sobre o projeto de apoio orçamental regional proposto pelo Banco Mundial para benefício dos Estados-membros da UEMOA, no âmbito da execução da estratégia regional de inclusão financeira na UEMOA.

Na sua sessão extraordinária de 29 de Abril de 2021, o Conselho, em aplicação das orientações da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Económica e Monetária Oeste Africana, procedeu à nomeação dos responsáveis ao Conselho Regional da Poupança Pública e Mercados Financeiros (CREPMF) e ao Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

A este respeito, Badanam PATOKI foi nomeado para a Presidência do CREPMF por um mandato de três (3) anos, a partir de 1º de Maio de 2021 e Mamadou DIOP foi nomeado Vice-Governador do BCEAO por um mandato de cinco (5) anos, a partir de 1º de Maio de 2021.

Além disso, o Conselho de Ministros procedeu à alteração das disposições pertinentes dos Estatutos do BOAD com vista à nomeação de um segundo Vice-Presidente.

As sessões ordinárias de 28 de Junho e 23 de Setembro de 2021 foram consagradas à análise dos pontos inscritos pela Comissão da União Económica e Monetária Oeste Africana e pelo Conselho Regional da Poupança Pública e Mercados Financeiros.

Na sua sessão ordinária de 17 de Dezembro de 2021, analisando a evolução recente das economias da União, os Ministros congratularam-se com a consolidação da recuperação da actividade económica no terceiro trimestre de 2021. Com efeito, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real subiu para 6,7%, em termos homólogos, após 7,7% no trimestre anterior, e uma realização de 1,4% no ano precedente. Esta boa evolução foi apoiada por uma consolidação progressiva da procura doméstica.

Igualmente, à semelhança das outras regiões do mundo, os ministros registaram uma aceleração dos preços na zona. A taxa de inflação fixou-se em 3,8% no terceiro trimestre de 2021 após 3,3% registada no trimestre anterior. Este aumento dos preços deve-se essencialmente ao encarecimento dos produtos alimentares, devido à diminuição da produção cerealífera em certos países, às dificuldades de abastecimento induzidas pelas crises sanitárias e de segurança noutros países, bem como ao aumento da inflação importada. Conforme as previsões, aumento inflacionista deve terminar nos próximos meses. Prevê-se que a inflação diminua abaixo dos 3,0% no decurso do ano 2022, em resultado da atenuação gradual das pressões sobre os preços dos produtos importados.

O Conselho de Ministros também destacou o aumento do défice público global, incluindo donativos, que atingiu 4.492,8 bilhões no final de Setembro de 2021, em comparação com 4.388,4 bilhões no ano anterior. Esta situação reflecte a aceleração dos investimentos públicos no âmbito dos planos de recuperação implementados pelos Estados-membros.

O Conselho notou que as perspectivas de crescimento económico da União permanecem favoráveis. O crescimento deve ser de 6,4% em 2022, após 6,1% em 2021. Este desempenho resulta da manutenção da implementação dos planos de recuperação dos Estados-membros, bem como do regresso à normalidade da actividade nos subsectores dos transportes, turismo e lazer, graças à atenuação da crise sanitária devida à Covid-19.

Além disso, o Conselho de Ministros aprovou a renovação do mandato do representante do Benin, Yaovi Clément AZIAGNIKOUDA, no Comité de Política Monetária do BCEAO, por um segundo mandato de cinco (5) anos, a partir de 1 de Janeiro de 2022.

Por último, o Conselho emitiu um parecer favorável sobre as propostas apresentadas pelo BCEAO com vista ao reforço da eficácia do dispositivo de apoio ao financiamento das PME/PMI da UEMOA lançado em 2018. A este respeito, as diferentes partes implicadas no Dispositivo foram encorajadas a empenharem-se mais visando a sua plena operacionalização.

5.1.3 - COMITÉ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BCEAO

Durante o exercício de 2021, a composição do Comité de Política Monetária do BCEAO sofreu a seguinte alteração:

Em relação ao BCEAO, Mamadou DIOP, Vice-Governador do BCEAO, foi nomeado membro do Comité, a partir de 29 de Abril de 2021, em substituição de Abdoulaye DIOP.

Durante o exercício de 2021, o Comité de Política Monetária do BCEAO realizou quatro (04) reuniões ordinárias por videoconferência, sob a presidência de Tiémoko Meyliet KONE,

Governador do Banco Central, seu Presidente estatutário, respectivamente em 3 de Março, 9 de Junho, 8 de Setembro e 8 de Dezembro de 2021, a partir das instalações das Agências Principais e da Sede do BCEAO. Durante estas sessões, o Comité passou em revista as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional durante o período recente, bem como os factores de risco susceptíveis de afectar as perspectivas a médio prazo de inflação e crescimento económico na União.

Na sua sessão de 3 de Março de 2021, o Comité observou, relativamente a conjuntura internacional, o surgimento de novas variantes do coronavírus, com efeitos contagiantes mais importantes. Esta situação exigiu a adopção de medidas adicionais para conter a nova onda da pandemia, que ameaça a esperada recuperação económica após a descoberta de vacinas contra a Covid-19. No entanto, o início das campanhas de vacinação a partir de Dezembro de 2020 em vários países avançados e emergentes, bem como a prossecução das políticas orçamental e monetária de apoio, limitaram a degradação da actividade e deixaram antever as perspectivas de uma normalização rápida. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, a economia global, apesar de fortes incertezas, espera-se uma taxa de crescimento de 5,5% em 2021, após uma contracção de 3,5% em 2020.

Nos mercados internacionais de matérias-primas, os preços dos produtos energéticos e de outros produtos de base recuperaram pelo segundo trimestre consecutivo, após dois trimestres sucessivos de queda. De acordo com dados do Banco Mundial, os preços da energia aumentaram 8,4% no quarto trimestre de 2020, após o aumento de 33,9% observado no trimestre anterior. Quanto aos preços dos produtos de base não energéticos, mantiveram uma tendência ascendente, com um aumento de 9,5% no quarto trimestre de 2020, como no trimestre anterior. Em particular, os preços das matérias-primas agrícolas exportadas pelos países da União registaram uma aceleração do ritmo do seu crescimento, com um crescimento de 10,5% no quarto trimestre de 2020, após 6,0% no trimestre anterior.

Analisando a conjuntura interna, o Comité observou que a recuperação da actividade económica na UEMOA acelerou no quarto trimestre de 2020, com um aumento de 1,3% do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior, após 0,6% no trimestre precedente. Esta recuperação reflecte a aceleração do ritmo de crescimento do valor acrescentado em todos os sectores de actividade, na sequência da recuperação gradual da procura doméstica. Para todo o ano de 2020, as últimas estimativas situam a taxa de crescimento económico da União em 0,9%, contra 5,7% em 2019. Os países da União esperam uma recuperação em 2021, com uma taxa de crescimento prevista de 5,8%, em resultado da manutenção das medidas de estímulo orçamental e de apoio monetário.

A execução orçamental nos Estados-membros da União durante o ano de 2020 revelou um agravamento do défice em relação ao ano anterior. Este aumento dos défices orçamentais deve-se aos efeitos negativos da pandemia da Covid-19 nas receitas e despesas autorizadas no âmbito dos planos de resposta e recuperação implementados pelos Estados. Assim, o défice orçamental, base de engagements incluindo donativos, em relação ao PIB, mais do que duplicou, passando de 2,4% em 2019 para 5,7% em 2020.

No mercado monetário, as condições financeiras mantiveram-se favoráveis em relação à orientação acomodante da política monetária do Banco Central. Assim, o custo médio dos recursos ofertados pelo Banco Central no balcão de uma semana permaneceu estável em 2,00%, como no terceiro trimestre de 2020, contra 3,38% do ano anterior. No segmento de uma semana do mercado interbancário, a taxa de juros média ponderada estabeleceu-se em 2,62%

contra 2,73% no trimestre anterior, enquanto a do ano anterior fixou-se em 4,36%. No mercado dos títulos públicos, as condições de financiamento dos Estados-membros continuaram a melhorar. A taxa de juro média ponderada das obrigações do Tesouro subiu para 3,28% em 2020 contra 5,36% do ano precedente.

Em termos monetários, a massa monetária acelerou no último trimestre de 2020, com um crescimento anual de 16,4% no final de Dezembro de 2020 contra 15,5% no final de Setembro. Esta consolidação foi marcada pelo aumento dos créditos bancários aos Estados e setor privado, bem como pelo reforço dos ativos estrangeiros líquidos. As reservas cambiais da União consolidaram-se, assegurando a cobertura de 5,9 meses de importações de bens e serviços no final de Janeiro de 2021 contra 5,6 meses no final de Dezembro de 2020 e 5,2 meses no final de Setembro de 2020.

O Comité de Política Monetária observou uma ligeira desaceleração dos preços no consumidor no quarto trimestre de 2020, com uma taxa de inflação de 2,7% contra 2,9% no trimestre anterior. A diminuição do ritmo de progressão dos preços deve-se essencialmente à melhoria da oferta de cereais, de produtos hortícolas, de tubérculos e de plátanos. A taxa de inflação subjacente aumentou para 1,8%, após um aumento de 1,6% no trimestre anterior. Para todo o ano de 2020, a taxa de inflação foi de 2,1% após -0,7% em 2019. No horizonte de oito trimestres, ou seja, no final de Dezembro de 2022, as previsões estabelecem a taxa de inflação em 1,8%, ainda dentro da faixa (entre 1,0% e 3,0%) definida para a política monetária na União.

Com base nestas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalteradas a taxa de juro mínima de submissão aos concursos de injeção de liquidez em 2,00% e a taxa de juro do balcão de empréstimo marginal em 4,00%, níveis em vigor desde 24 de Junho de 2020. O coeficiente de reservas mínimas aplicável aos bancos da União permanece inalterado em 3,0%.

Na sua sessão de 9 de Junho de 2021, o Comité notou a título da conjuntura internacional, uma retoma da actividade económica no primeiro trimestre de 2021, após a crise mundial em 2020 causada pela pandemia da Covid-19. Os progressos registados nas campanhas de vacinação e a continuação da aplicação de medidas de apoio orçamental e monetário reforçaram a confiança dos mercados e melhoraram as perspectivas económicas. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, em 2021 a economia mundial experimentou uma recuperação forte, com uma taxa de crescimento esperada de 6,0% após uma contracção de 3,5% em 2020.

Nos mercados internacionais, os preços das matérias-primas continuaram globalmente a sua tendência ascendente pelo terceiro trimestre consecutivo, sob o efeito da retoma da procura à escala mundial e da persistência de certas restrições que pesam sobre a oferta. De acordo com dados do Banco Mundial, os preços dos produtos energéticos registaram um aumento de 35,3% no primeiro trimestre de 2021, após um aumento de 8,4% observado no trimestre anterior. Paralelamente, os preços dos produtos de base não energéticos consolidaram-se com o aumento de 27,8%, após um aumento de 11,8%. Neste contexto, o índice de preços das matérias-primas não energéticas exportadas pelos países da UEMOA aumentou 5,1% no primeiro trimestre de 2021, após um aumento de 2,7% no trimestre anterior. Por seu lado, o índice dos preços dos principais produtos alimentares importados pelos países da UEMOA registrou um crescimento de 19,4% durante o primeiro trimestre de 2021 após um aumento de 11,2% no trimestre anterior.

Analisando a conjuntura interna, o Comité observou a consolidação da recuperação da actividade económica na UEMOA no primeiro trimestre de 2021, com uma taxa de crescimento

real do PIB de 3,2%, em ritmo anual após 1,8% no trimestre anterior. Esta evolução foi impulsionada por todos os sectores de actividade, na sequência da recuperação da procura doméstica. Em perspetiva, a taxa de crescimento da União é esperada em 5,6% em 2021, após 1,5% em 2020. A consolidação da recuperação da actividade económica na União seria apoiada por uma boa execução dos planos de recuperação, pela manutenção das medidas de apoio orçamental e monetário, bem como por uma melhoria da situação de segurança.

A execução das operações financeiras dos Estados-membros da UEMOA, durante os primeiros três meses de 2021, saldou-se, em relação ao mesmo período do ano anterior, por uma redução do défice orçamental global, base engajamentos incluindo donativos, fixando-se em 2,9% do PIB contra 4,5% no ano anterior. Esta evolução resulta do aumento das receitas e doações mais importante que o das despesas públicas.

No mercado monetário, as condições financeiras mantiveram-se favoráveis em relação à orientação acomodante da política monetária do Banco Central. As taxas médias ponderadas dos concursos nos compartimentos de uma semana e um mês nos balcões do Banco Central permaneceram em 2,00% contra os respetivos níveis de 2,90% e 3,55% relativamente ao mesmo período do ano precedente. A taxa de juros média ponderada para as maturidades de uma semana do mercado interbancário caiu para 2,53% contra 2,62% no trimestre anterior. Em linha com esta evolução, a taxa média do crédito bancário caiu 16 pontos base em comparação com o quarto trimestre de 2020, situando-se em 6,42% no primeiro trimestre de 2021. No mercado dos títulos públicos, as condições de financiamento dos Estados-membros mantiveram-se favoráveis ao longo do período. A taxa de juro média ponderada das obrigações do Tesouro subiu para 3,6% contra 4,5% do ano anterior.

A nível monetário, a massa monetária registrou uma aceleração no primeiro trimestre de 2021, com um crescimento, em ritmo anual, de 21,5% contra 16,5% no trimestre anterior. Este aumento foi impulsionado pelas subidas combinadas dos créditos domésticos e ativos estrangeiros líquidos. Em particular, os créditos à economia aumentaram 6,5% ao longo de um ano. As reservas cambiais da União consolidaram-se em relação ao trimestre anterior, representando uma taxa de cobertura da emissão monetária de 84,0% no final de Março de 2021. Asseguram 6,7 meses de importação de bens e serviços contra 5,9 meses no trimestre anterior.

Apesar das pressões inflacionistas a nível mundial, o Comité de Política Monetária observou uma desaceleração dos preços no consumidor no primeiro trimestre de 2021, com uma taxa de inflação de 2,2% contra 2,7% no trimestre anterior. Esta baixa do ritmo de progressão dos preços a nível da sub-região deve-se essencialmente ao aumento em menor amplitude dos preços dos produtos alimentares, devido à melhoria da oferta de cereais, de legumes, bem como de tubérculos e de plátanos. No horizonte de 24 meses, ou seja, no final de Março de 2023, a taxa de inflação deverá situar-se em 1,9%, na faixa entre [1,0% - 3,0%] definida para a política monetária na UMOA.

Com base nestas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalteradas a taxa de juro mínima de concurso à injeção de liquidez em 2,00% e a taxa de juro do balcão de empréstimos marginal em 4,00%, níveis em vigor desde 24 de Junho de 2020. O coeficiente de reservas mínimas aplicável aos bancos da União permanece inalterado em 3,0%.

Na sua sessão ordinária de 8 de Setembro de 2021, o Comité observou, a título da conjuntura internacional, um forte aumento da actividade económica mundial no segundo trimestre de 2021,

sob o efeito da prossecução das medidas de apoio orçamental e monetário e da flexibilização progressiva das medidas de restrição da mobilidade, tendo em conta os progressos registados nas campanhas de vacinação. Este dinamismo reflecte igualmente efeitos de base favoráveis, na sequência da contracção significativa da actividade registada no mesmo período do ano anterior. De acordo com as publicações do FMI, em Julho de 2021, a economia mundial experimentará uma recuperação em 2021, com um crescimento de 6,0% após uma contracção de 3,2% em 2020.

Nos mercados internacionais, os preços das matérias-primas continuaram pelo quarto trimestre consecutivo a acelerar-se em resultado da retoma da procura à escala mundial, da melhoria das perspectivas económicas, bem como da persistência de condicionalismos que pesam sobre a oferta. De acordo com dados do Banco Mundial, os preços dos produtos energéticos experimentaram um aumento trimestral de 12,8% no segundo trimestre de 2021, após o forte aumento de 35,2% observado no trimestre anterior. Paralelamente, os preços dos produtos básicos não energéticos registaram uma progressão de 8,6% após um crescimento de 11,8% no trimestre anterior. Neste contexto, o índice de preços das matérias-primas não energéticas exportadas pelos países da UEMOA, aumentou em 2,7% no segundo trimestre de 2021, após um aumento de 5,1% no trimestre anterior. Por seu lado, o índice de preços dos principais produtos alimentares importados pelos países da UEMOA registou um crescimento de 4,2% no segundo trimestre de 2021, após um aumento de 6,9% no trimestre anterior.

Analisando a conjuntura interna, o Comité observou a consolidação da recuperação da actividade económica na UEMOA no primeiro trimestre de 2021, com uma taxa de crescimento real do PIB de 7,7%, no ritmo anual após 3,4% no trimestre anterior. Esta evolução foi impulsionada pela aceleração do valor acrescentado em todos os sectores de actividade. Este dinamismo renovado do crescimento da União deve-se igualmente ao dinamismo da procura doméstica.

Em perspetiva, o crescimento económico retomarà a sua tendência anterior ao choque sanitário, situando-se em 5,4% em 2021 e em 6,4% em 2022, a consolidação da recuperação da actividade económica na União na sequência da boa execução dos planos de recuperação e manutenção das medidas de apoio orçamental e monetário.

Durante os primeiros seis meses de 2021, a execução das operações financeiras dos Estados-membros da UEMOA saldou-se por uma atenuação do défice orçamental global, em referência ao mesmo período do ano anterior. O défice orçamental, base de autorizações, incluindo doações, situou-se em 4,6% do PIB contra 5,4% registado no ano anterior.

No mercado monetário, as condições financeiras mantiveram-se favoráveis, em consonância com a orientação acomodante da política monetária do Banco Central. A taxa de juros média ponderada com maturidade de uma semana do mercado interbancário caiu para 2,34% contra 2,53% no trimestre anterior. Da mesma forma, a taxa média de crédito bancário caiu 6 pontos base em relação ao primeiro trimestre de 2021, para 6,36% no segundo trimestre de 2021.

Por seu lado, a massa monetária aumentou em ritmo anual, em 19,5% no final de Junho de 2021. Esta evolução reflecte a consolidação das reservas cambiais da União e aumento dos créditos dos bancos ao setor privado e administrações públicas. Em especial, as reservas estrangeiras asseguram à União 6,2 meses de importações de bens e serviços até ao final de Junho de 2021.

O Comité de Política Monetária observou uma aceleração dos preços no consumidor no segundo trimestre de 2021 com uma taxa de inflação de 3,3% contra 2,2% no trimestre anterior. Este aumento do ritmo de crescimento dos preços deve-se principalmente ao aumento dos preços dos produtos alimentares, devido à diminuição da produção cerealífera em certos países e dificuldades de abastecimento dos mercados induzidas pelas crises sanitárias e de segurança em outros países. A taxa de inflação subjacente também subiu, situando-se em 2.7% após 1.9% no trimestre anterior. No entanto, no horizonte de 24 meses, a taxa de inflação situar-se-ia em 2,2%, ou seja, na zona de convergência de [1,0% - 3,0%] definida para a política monetária na UMOA, tendo em conta os resultados favoráveis esperados da campanha agrícola 2021/2022. Esta situação deverá conduzir a uma descida dos preços dos produtos alimentares locais.

Com base nestas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalteradas a taxa de juro mínima de concurso à injeção de liquidez em 2,0% e a taxa de juro do balcão de empréstimos marginal em 4,0%, níveis em vigor desde 24 de Junho de 2020. O coeficiente de reservas mínimas aplicável aos bancos da União permanece inalterado em 3,0%.

Na sua sessão ordinária de 8 de Dezembro de 2021, o Comité observou, a título da conjuntura internacional, um crescimento contínuo da actividade económica mundial no terceiro trimestre de 2021, embora a um ritmo mais lento do que no trimestre anterior. A dinâmica desta recuperação permanece desigual à escala mundial, com bases mais sólidas nos países desenvolvidos do que nos países emergentes, nomeadamente devido às melhores taxas de vacinação e medidas orçamentais e monetárias mais expansivas. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, a economia global deverá recuperar em 2021 com um crescimento de 5,9% após uma contracção de 3,1% em 2020. No entanto, o surgimento de uma nova variante e a recente onda de contaminação pelo coronavírus, que começou na Europa em Outubro de 2021, podem levar novamente à instauração de medidas de restrição de viagens e afectar negativamente as perspectivas de recuperação global.

Nos mercados das matérias-primas, os preços dos produtos energéticos continuaram a consolidar-se, em resultado da recuperação da procura à escala mundial. Os índices de preços das matérias-primas não energéticas exportadas e dos produtos alimentares importados pelos países da UEMOA, também aumentaram no terceiro trimestre de 2021. Por seu lado, os preços dos produtos não energéticos registaram uma ligeira diminuição.

A inflação acelerou-se na maioria das regiões do mundo, devido, por um lado, ao dinamismo da procura mais forte do que o esperado, associado às medidas de apoio orçamental e monetário, e, por outro lado, à persistência das restrições à oferta de bens e serviços.

Analisando a conjuntura interna, o Comité observou a consolidação da recuperação da actividade económica no terceiro trimestre de 2021, com uma taxa de crescimento real do PIB de 6,7% em ritmo anual após 7,7% no trimestre anterior. Esta boa evolução foi apoiada por uma consolidação progressiva da procura doméstica bem como pelo aumento do valor acrescentado em todos os sectores de actividade.

A execução das operações financeiras dos Estados-membros da UEMOA, durante os primeiros nove meses de 2021, revela um aumento do défice global, com base em engajamentos, incluindo donativos de 4.492,8 bilhões no final de Setembro de 2021 para 4.388,4 bilhões do ano anterior, em consequência da aceleração dos investimentos públicos no âmbito dos planos de recuperação implementados pelos Estados-membros.

No mercado monetário, o abrandamento das taxas de juro prosseguiu-se durante o terceiro trimestre de 2021, em linha com a orientação acomodante da política monetária do Banco Central. A taxa de juro média ponderada no mercado interbancário para todas as maturidades, registrou uma ligeira descida, situando-se em 2,60% no terceiro trimestre de 2021 contra 2,61% no trimestre anterior e 3,01% no mesmo período do ano anterior. A taxa devedora média dos bancos, isenta de impostos e despesas, registrou igualmente uma baixa entre o segundo e terceiro trimestre de 2021 para estabelecer-se em 6,22% contra 6,36%.

Os créditos na economia aumentaram-se, com uma progressão em ritmo anual de 8,9% no final de Setembro de 2021. Os ativos estrangeiros líquidos igualmente reforçaram-se de 26,2% no terceiro trimestre do ano de 2021. A massa monetária aumentou em ritmo anual em 17,5% no final de Setembro de 2021. As reservas cambiais da União em finais de Setembro de 2021 correspondem à taxa de cobertura da emissão monetária de 81,7% e asseguram à União 6,1 meses de importações de bens e serviços.

O Comité de Política Monetária registrou um aumento da inflação de 3,8% no terceiro trimestre de 2021, face a 3,3% no trimestre anterior. Este aumento dos preços deve-se essencialmente ao aumento dos preços dos produtos alimentares, devido à diminuição da produção de cereais em certos países, dificuldades de aprovisionamento induzidas pelas crises sanitárias e de segurança em outros países, bem como pelo aumento da inflação importada. A taxa de inflação subjacente também subiu, situando-se em 3,0% após 2,7% no trimestre anterior.

Prevê-se que a inflação desça abaixo dos 3,0% durante o ano de 2022, graças à atenuação gradual das pressões sobre os preços dos produtos importados e a boa campanha agrícola esperada em 2021/2022.

Com base nestas análises, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalteradas a taxa de juro mínima de apresentação de concurso de injeção de liquidez em 2,00% e a taxa de juro do balcão de empréstimos marginal em 4,00%, níveis em vigor desde 24 de Junho de 2020. O coeficiente de reservas mínimas aplicável aos bancos da União permanece inalterado em 3,0% desde 16 de Março de 2017.

Para além destas sessões ordinárias, o Comité de Política Monetária teve uma reunião extraordinária em 18 de Agosto de 2021, por videoconferência, dedicada ao exame das modalidades operacionais de retração pelo BCEAO da alocação geral dos Direitos Especiais de Saque (SDR), aprovado pelo Conselho dos Governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2 de Agosto de 2021 aos Estados-membros da UEMOA. Deu um parecer favorável após ter analisado o impacto desta operação sobre a estabilidade monetária na União. O Comité congratulou-se igualmente com esta decisão do FMI, que deveria permitir aos Estados-membros da União dispor de recursos suplementares tendo em conta as despesas de luta contra a pandemia de coronavírus bem como de recuperação económica na União.

5.1.4 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

Em 2021, a composição do Conselho de Administração do BCEAO registrou as seguintes mudanças:

Para a República do Mali, Abdoulaye TRAORE, Secretário-Geral do Ministério da Economia e das Finanças, foi nomeado membro do Conselho, a partir de 4 de Outubro de 2021, em substituição de Soussourou DEMBELE.

Para a República do Níger, Mamane BOUKARI, Secretário-Geral Adjunto do Ministério das Finanças, é nomeado representante do Níger no Conselho de Administração do BCEAO, a partir de 24 de Agosto de 2021, em substituição do Senhor Maman Laouali ABDOU RAFA.

Em 2021, o Conselho realizou duas (02) sessões ordinárias, em 16 de Março e 15 de Dezembro, por videoconferência, a partir das instalações das Agências Principais e da Sede do BCEAO, sob a presidência de Tiémoko Meyliet KONE, Governador do Banco Central, seu Presidente estatutário.

Na sua sessão ordinária de 16 de Março de 2021, o Conselho analisou as demonstrações financeiras do BCEAO elaboradas em 31 de Dezembro de 2020, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e regras específicas do BCEAO. Tomou conhecimento dos relatórios do Comissário Controlador do Banco Central relativos ao exercício de 2020.

O Conselho foi informado das conclusões dos trabalhos do Comité de Auditoria do BCEAO, que se reuniu em 11 de Março de 2021, por videoconferência, a partir das instalações do Banco Central, nomeadamente para examinar as demonstrações financeiras e avaliar a qualidade do dispositivo de controlo interno.

No termo dos trabalhos, o Conselho de Administração aprovou as contas do BCEAO em 31 de Dezembro de 2020, certificadas sem reservas pelo Comissário Controlador. A esse respeito, felicitou o Banco Central pelos resultados obtidos e decidiu apresentar as demonstrações financeiras assim submetidas para aprovação do Conselho de Ministros da União.

Por último, os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento do relatório anual do Comité de Auditoria relativo ao exercício de 2020.

Na sua sessão ordinária de 15 de Dezembro de 2021, o Conselho analisou e aprovou o orçamento do Instituto Emissão Monetária para o exercício de 2022.

Por outro lado, o Conselho foi informado das conclusões dos trabalhos do Comité de Auditoria que se reuniu na sexta-feira, 10 de Dezembro de 2021.

5.1.5 - COMITÉ DE AUDITORIA DO BCEAO

O Comité de Auditoria do BCEAO realizou em 2021, três (03) reuniões ordinárias por videoconferência, a partir das instalações das Agências Principais e da Sede do BCEAO, em 11 de Março, 7 de Julho e 10 de Dezembro de 2021, sob a presidência de Ekpao ADJABO, o seu Presidente Estatutário. Para esse efeito, felicitou e incentivou o Banco Central pela adopção das técnicas de auditoria remota, que permitiu a realização de todas as missões de auditoria programadas, apesar das incertezas sobre a evolução da situação sanitária ligada à pandemia da Covid-19.

Na sua sessão de 11 de Março de 2021, após análise das demonstrações financeiras elaboradas pelos Serviços do Banco Central e dos relatórios de auditoria apresentados pelo Comissário Controlador, o Comité observou com satisfação, que apesar do contexto regional e mundial marcado pelos efeitos negativos da pandemia do Covid-19, a exploração do Banco Central gerou um resultado líquido excedentário de 69,238 mil milhões.

O Comité destacou a opinião positiva do Comissário Controlador sobre a regularidade e sinceridade das contas do exercício de 2020, a qualidade do dispositivo de controlo interno, bem como sobre o cumprimento das disposições de Contrato de Conta Corrente.

O Comité de Auditoria elogiou calorosamente o Governador e o pessoal do Banco Central pelos resultados obtidos e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das contas do ano encerrado em 31 de Dezembro de 2020, conforme submetido.

Por outro lado, o Comité de Auditoria tomou conhecimento do estado de execução do plano de ação resultante de sua autoavaliação realizada em 2019 e registrou a consideração diligente de suas recomendações.

Outro sim, tomou nota dos processos de informação, nomeadamente o relatório anual sobre as actividades de controlo do BCEAO, os resultados da avaliação do desempenho do Comissário Controlador e Auditores Nacionais no exercício de 2020, bem como o estado de aplicação das recomendações formuladas pelas missões de auditoria interna e externa.

Na sua sessão de 7 de Julho de 2021, o Comité registrou com satisfação a execução do programa das missões de auditoria interna em 30 de Junho de 2021. Tomou conhecimento dos dispositivos de controlo das operações criados pela Direção da Contabilidade e Controlo de Gestão, bem como pela Direção dos Sistemas e Meios de Pagamento para controlar os riscos a que as actividades destas estruturas estão expostas. O Comité felicitou o Banco Central pela pertinência dos dispositivos criados, que devem assegurar a qualidade da informação financeira produzida pelo BCEAO, bem como a fiabilidade dos sistemas de pagamento operados pelo Instituto Emissor.

Na sua sessão de 10 de Dezembro de 2021, o Comité registrou com satisfação a execução do programa das missões de auditoria interna do exercício de 2021. O Conselho adotou o seu relatório anual de actividades para o exercício de 2021 e o estado de execução do plano de ação resultante de sua auto-avaliação realizada em 2019. O relatório anual de actividades será submetido à aprovação do Conselho de Administração na sua sessão de Março de 2022.

O Comité de Auditoria aprovou o programa de missões de auditoria interna para o ano de 2022, que abrange as principais áreas de actividade do Banco e os riscos emergentes, incluindo os relacionados à cibersegurança.

Adotou igualmente o seu programa de trabalho para o ano de 2022, incluindo a revisão das demonstrações financeiras do BCEAO para o exercício de 2021 e a avaliação das prestações dos auditores externos no âmbito da auditoria externa das contas do exercício de 2021 e ao acompanhamento da execução do programa das missões de auditoria interna do ano de 2022. Por outro lado, este programa prevê, no âmbito do processo de melhoria contínua, uma auto-avaliação do Comité de Auditoria.

O Comité tomou nota do estado de aplicação das suas recomendações.

Tomou conhecimento da declaração de missão do Comissário Controlador relativa ao exercício de 2021 e registrou que a estratégia de auditoria e o programa de intervenções propostas para a auditoria estão em conformidade com as disposições contratuais. Além disso, congratulou-se com os meios utilizados pelo Comissário de Auditoria pela execução da sua missão.

Por outro lado, tomou nota dos dossiês apresentados para informação, nomeadamente a síntese dos resultados das missões de auditoria 2020-2021, o estado de execução, em 30 de Setembro de 2021, as recomendações das missões de auditoria interna e externa, bem como uma apresentação do dispositivo de cibersegurança do BCEAO.

O Comité de Auditoria emitiu um parecer favorável para o lançamento de uma consulta com vista ao recrutamento de um novo perito em Auditoria e Informação Financeira que deve assistir o Comité no cumprimento de sua missão.

Por último, o Comité felicitou os Serviços do Banco Central pela qualidade dos documentos produzidos, a clareza das apresentações e a performance realizada pela Auditoria Interna no desempenho das suas atribuições no exercício de 2021.

Após as sessões de 7 de Julho e 10 de Dezembro de 2021, o Comité de Auditoria reiterou as suas felicitações ao Banco Central pela adopção das técnicas de auditoria remota, que permitiu a realização das missões de auditoria programadas, apesar das incertezas sobre a evolução da situação sanitária relacionada com a pandemia da Covid-19.

5.2 - ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

5.2.1 - GOVERNAÇÃO E ESTRUTURA OPERACIONAL DO BCEAO

MEMBROS DO GOVERNO

GOVERNADOR	Sr. Tiémoko Meyliet KONE
VICE-GOVERNADOR	Sr. Norbert TOE
VICE-GOVERNADOR	Sr. Mamadou DIOP
Secretário-Geral	Sr. Abdoulaye SECK
Diretor de Gabinete	Sr. Siriki KONE
Conselheiro do Governador	Sr. Oumar Tatam LY
Conselheiro Especial do Governador	Sr. Ismaila DEM
Conselheiro do Governador	Sr. Antoine TRAORE
Conselheiro do Governador	Sr. Gbégnon Alain Michel KOMACLO
Conselheiro do Governador	Sr. Ahmadou Al Aminou LO
Conselheiro do Governador	Sr. Kossi TENOU

GABINETE DO GOVERNADOR

Conselheira do Governador:	Sr^a Danielle BENOIST
Administradora Delegada da Fundação BCEAO Abdoulaye FADIGA :	Sra. Sylviane MENSAH
Diretor do Gabinete do Governador:	Sr. Abdoulaye TRAORE

SECRETARIADO-GERAL

Conselheiro do Secretário-Geral, Administrador Delegado do Fundo de Estabilidade Financeira na UEMOA:	Sr. Armand BADIEL
---	--------------------------

CONTROLE GERAL

Auditor Geral	Sr. Gbégnon Alain Michel KOMACLO
Conselheiro do Auditor Geral	Sr. Coulibaly HORO

DIREÇÕES-GERAIS

Diretora-Geral das Actividades de notas	Sr^a Zenaida M. Lopes CASSAMA
Diretor-Geral da Economia e da Moeda	Sr. Bassambié Franck BATIONO
Diretor-Geral das Operações e da Inclusão Financeira	Sr. Bwaki KWASSI
Diretor-Geral da Estabilidade Financeira e do Financiamento das Economias	Sr. Sourou Antonin DOSSOU
Diretora-Geral da Organização e dos Sistemas de Informação	Sr^a Aminata FALL NIANG
Diretor-Geral da Administração e dos Recursos Humanos	Sr. Alioune Blondin BEYE
Diretor do Centro Oeste Africano de Formação e Estudos Bancários	Sr. Ousmane SAMBA MAMADOU

CONSELHEIROS DE DIRETORES GERAIS

Conselheiro da Diretora-Geral das Actividades de notas	Sr. Siaka KEITA
Conselheiro do Diretor-Geral da Economia e da Moeda	Sr. Madani TOURE
Conselheiro do Diretor-Geral das Operações e Inclusão Financeira	Sr. Mahamane Alassane TOURE
Conselheiro do Diretor-Geral da Estabilidade Financeira e do Financiamento das Economias	Sr. Habib THIAM
Conselheiro do Diretora-Geral da Organização e dos Sistemas de Informação	Sr. Ekoué Djro GLOKPOR
Conselheiro do Diretor-Geral da Administração e dos Recursos Humanos	Sr. Fama Adama KEITA
Conselheiro do Diretor do Centro Oeste Africano de Formação e Estudos Bancários	Sr. Patrick KODJO

DIREÇÕES DOS SERVIÇOS CENTRAIS

Diretor dos Assuntos Jurídicos e Institucionais	Sr. Vincent SEDALO
Diretor da Documentação, Publicações e Arquivo	Sr. Kabola Aubin Seth ODAH
Diretor da Inspeção e das Auditorias	Sr. Mouhamed DIOP

Diretor da Supervisão e da Prevenção dos Riscos	Sr. Kora LILIOU
Diretor dos Estudos Fiduciários	Sr. Mohamed Almountaka ALFIDJA
Diretor das Operações de Caixa	Sr. Yamoussa Melargaba KONE
Diretor do Centro de Processamento Fiduciário	Sr. Salifou HAMANI
Diretor das Estatísticas	Sr. Mahaman Tahir HAMANI
Diretor da Conjuntura Económica e Análises Monetárias	Sr. Bléhoué Toussaint DAMOH
Diretor dos Estudos Económicos e da Integração Regional	Sr. Modobo KAMATE
Diretor das Operações de Mercado	Sr. Djibril DIAW
Diretora dos Sistemas e Meios de Pagamento	Sr^a Akuwa DOGBE AZOMA
Diretora da Inclusão Financeira	Sr^a Gisèle Catherine KENY NDOYE
Diretor das Actividades Bancárias e dos Financiamentos	Sr. Charlie Jerry DINGUI
Diretora da Estabilidade Financeira	Sr^a Yaye Aminata SECK MBOW
Diretor da Contabilidade e da Supervisão de Gestão	Sr. Ekoué Djro GLOKPOR
Diretor dos Sistemas de Informação	Sr. Tiéguélé Abdoul F. COULIBALY
Diretor do Orçamento e dos Aprovisionamentos	Sr. Jean-François JOSSOU
Diretor da Gestão Administrativa e Social do Pessoal	Sr. Ezzo-Houna BALE
Diretor da Gestão das Carreiras e Competências	Sr. Theya Jean-Blaise KOUAME
Diretor do Património e da Segurança	Sr. Ali SEINI OUMAR
Diretor dos Ensinos e de Programas de Formação	Sr. Toukou Fernand ABOUTOU
Diretora da Investigação e das Parcerias	Sr^a Ndèye Amy NGOM SECK
Diretora dos Assuntos Administrativos e da Comunicação	-

DIREÇÕES NACIONAIS

Diretor Nacional para o Benin	Sr. Emmanuel Júnior ASSILAMEHOO
Diretor Nacional para o Burkina Faso	Sr. Charles Luanga KI-ZERBO
Diretor Nacional para a Côte d'Ivoire	Sr. Chalouho COULIBALY
Diretora Nacional para a Guiné-Bissau	Sr^a Helena Maria José NOSOLINI EMBALO
Diretor Nacional para o Mali	Sr. Konzo TRAORE
Diretor Nacional para o Níger	Sr. Maman Laouane KARIM
Diretor Nacional para o Senegal	Sr. Ahmadou Al Aminou LO
Diretor Nacional para o Togo	Sr. Kossi TENOU

SECRETARIADO-GERAL DA COMISSÃO BANCAIRE DA UMOA (CBUMOA)

Secretário-Geral	Sr. Antoine TRAORE
Secretário Geral Adjunto	Sr. Adjoumani KOUAKOU
Diretor da Resolução de Crises e Assuntos Jurídicos	Sr. Thierry TOFFA
Diretor-Geral dos Estudos e das Relações Internacionais	Sr. Babacar FALL
Diretor da Supervisão Permanente	Sr. Josaphate ZOLA
Diretor da Supervisão no Local das Instituições de Crédito e Instituições de Moeda Eletrónica	Sr. Malick DIARRA
Diretor do Controle no Local de Sistemas Financeiros Descentralizados	Sr. Kalidou Assane THIAM
Diretor dos Meios Gerais	Sr. Moussa DIARRA

5.2.2 - GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

5.2.2.1 - Pessoal

Em finais de Dezembro de 2021, o efetivo global do pessoal do Banco Central, no seu conjunto, era de 3.443 agentes, contra 3.517 agentes em 31 de Dezembro de 2020.

Este pessoal é constituído por 3.379 agentes em actividade a nível dos agências do BCEAO e por 64 agentes em posição de deslocamento ou disponibilidade.

O número total de efetivos é repartido do seguinte modo:

- Alta Gestão e Diretores: **93 agentes**, ou seja **2,75%**;
- Efetivos de quadros: **1.141 agentes**, ou seja **33,77%**;
- pessoal administrativo e técnico: **2.145 agentes**, ou seja **63,48%**.

A proporção de pessoal feminino no pessoal em actividade estabeleceu-se em **39,86%**, ou seja, **1.347** agentes, enquanto o pessoal masculino representou **60,14%**, ou seja, **2.032** agentes.

A repartição por agências do pessoal em actividade por agências apresenta-se como se segue:

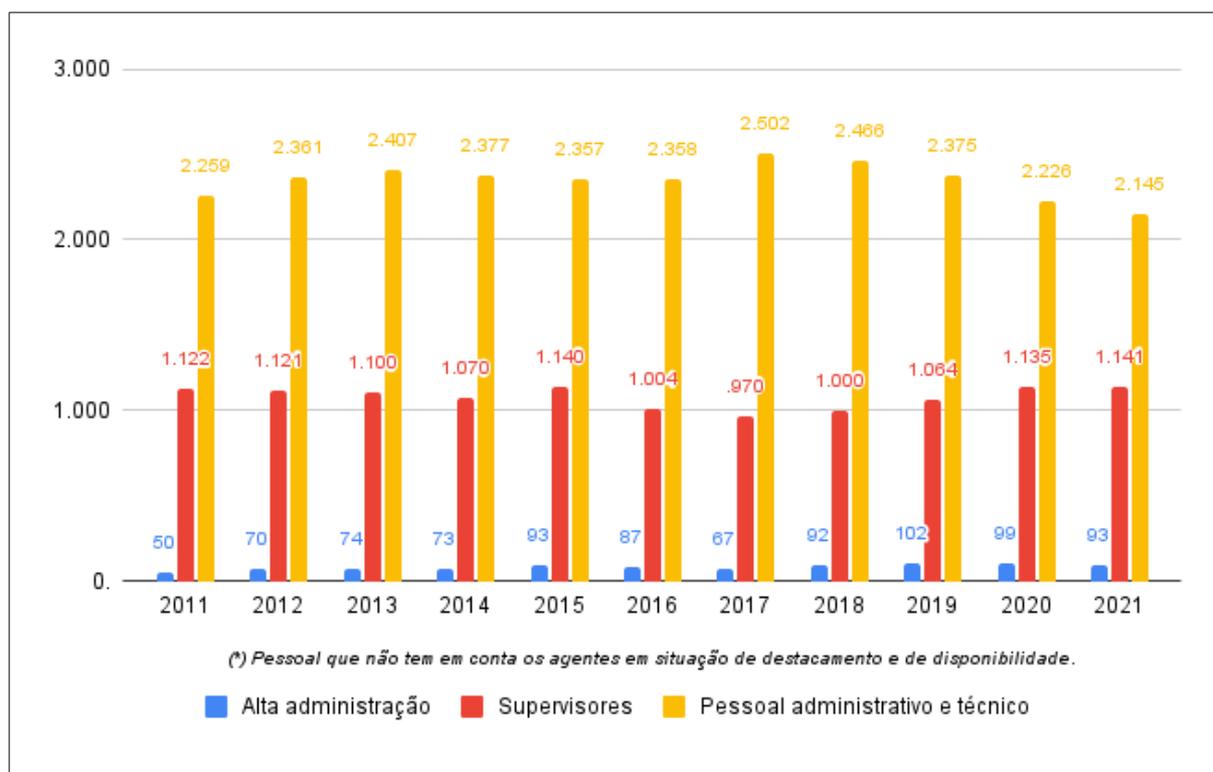
Sede: **762 agentes**, ou seja **22,55%**;

Direções Nacionais (8 Agências Principais e 15 Agências Auxiliares): **2.476 agentes**, ou seja **73,28%**;

Secretariado-Geral da Comissão Bancária da UMOA: **137 agentes**, ou seja **4,05%**;

Representação do Banco Central junto das Instituições Europeias de Cooperação: **4 agentes**, ou seja **0,12%**.

Gráfico 17: EVOLUÇÃO DO EFETIVO DO BCEAO



Fonte: BCEAO.

5.2.2.2 - Formação, Pesquisa e parcerias

5.2.2.2.1 - Formação e Reforço das capacidades

Durante o ano de 2021, o COFEB implementou o seu programa de formação, em conformidade com as orientações resultantes da reforma iniciada no último trimestre de 2019. O Centro de Formação continuou a prestar apoio aos Estados-membros da UEMOA, através da organização de cursos com diploma em benefício dos quadros das administrações económicas e financeiras.

Além disso, o COFEB prosseguiu a reciclagem e a formação do pessoal do Banco Central. A estas ações acrescem as formações associadas ao desenvolvimento pessoal e ao acompanhamento dos atores do sistema bancário e financeiro da UEMOA.

As formações e cursos foram organizados essencialmente em modo digital. Esta opção inscreve-se numa dinâmica de modernização progressiva da logística e do dispositivo de formação do COFEB ou seja no quadro da digitalização acelerada. As disposições implementadas levaram em conta ainda as medidas de distanciamento implementadas no âmbito da luta contra a pandemia da Covid-19. De acordo com as actividades, as ações de formação conduzidas pelo Centro apresentam-se como se segue:

- ➔ 108 AGENTES ULTIMAMENTE RECRUTADOS BENEFICIARAM DUMA FORMAÇÃO DE INTEGRAÇÃO
- ➔ 2.445 AGENTES PARTICIPARAM NAS FORMAÇÕES DEDICADAS AO PESSOAL DO BCEAO
- ➔ 553 AGENTES BENEFICIARAM DAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA

- **Reciclagem e Formação do Pessoal do BCEAO**

Para o ano de 2021, as actividades de formação do pessoal consistiram na organização pelo COFEB, de seminários previstos no plano anual de formação bem como na inscrição dos agentes nas formações organizadas por parceiros ou estruturas externas. Estas formações registaram a participação de um total de dois mil quatrocentos e quarenta e cinco (2.445) agentes do BCEAO. Incidiram sobre temáticas diversas relativamente nomeadamente às competências transversais e nos domínios de especialização associados com a actividade bancária.

De 6 a 30 de Abril de 2021, foi organizada uma formação de integração dos agentes recém-recrutados por videoconferência em benefício de cento e oito (108) agentes recrutados no Banco durante o período de Junho de 2018 a Março de 2021. Esta sessão visou facilitar a integração dos beneficiários no Instituto de Emissão, como forma de proporcionar melhor conhecimento do ambiente do Banco Central, a sua organização e o seu funcionamento. Tinha igualmente por objetivo conduzi-los a familiarizar-se com a cultura de empresa, valores, hábitos e cultura, regras sociais, assim como o código de ética e deontologia.

O COFEB prosseguiu igualmente a aplicação do programa de formação em língua inglesa, nos termos da 4ª edição, iniciada no mês de Setembro de 2020, a favor de quinhentos e cinquenta e três (553) participantes. Os agentes interessados foram orientados para classes de aprendizagem de acordo com o seu nível básico. As actividades da edição 2020-2021 terminaram no final do mês de Junho de 2021 por meio de uma avaliação final aplicada aos formandos.

- **Curso com diploma**

Durante o ano de 2021, o COFEB assumiu a direção das 42ª e 43ª promoções do ciclo de graduação, respectivamente para os anos académicos de 2019/2020 e 2020/2021. Os vinte e oito (28) estudantes da 42ª promoção, provenientes de sete (7) Estados-membros da UEMOA, do Banco Central da República da Guiné (BCRG) e do Banco da República do Burundi (BRB) concluíram com sucesso a formação e obtiveram o Mestrado 2 em Finanças e Gestão Bancária.

No que diz respeito à 43ª promoção, integrada por 12 estudantes oriundos dos países da UEMOA, terminaram a fase teórica da formação em Setembro de 2021 e iniciaram o seu estágio prático.

Os estudantes da 44ª promoção iniciaram o curso a partir do 1º de Dezembro de 2021. Esta promoção é composta por vinte e três (23) laureados, incluindo vinte e dois (22) cidadãos da União e um (1) do Banco Central da República da Guiné (BCRG).

- **Programa de formação dos gerentes**

O programa de acompanhamento dos dirigentes e altos executivos de bancos, concebidos conjuntamente pelo COFEB e HEC Paris, é um dos principais instrumentos de formação dos Managers.

Tem como principal objetivo proporcionar aos participantes uma revisão das competências profissionais e comportamentais, com vista a implementação de estratégias inovadoras, proativas e ágeis num contexto económico em rápida mudança. Neste contexto, o COFEB

organizou, em 25 de Maio de 2021, um seminário internacional de alto nível sobre o tema «Desafios da estratégia digital para os bancos africanos».

Sob a presidência do Governador do BCEAO, este seminário registrou a participação efetiva de mais de seiscentos e cinquenta (650) pessoas, entre as quais agentes do BCEAO, dos Bancos Centrais parceiros, das Associações Profissionais dos Bancos e Instituições Financeiras (APBIF) da União, de instituições financeiras regionais e instituições de crédito.

Na implementação do seu programa do ano de 2021 baseou-se em dois (2) percursos de certificação, em benefício dos dirigentes e quadros superiores do sistema bancário, a saber, o Certificado Executivo de Gestão da Transformação Digital Bancária (CEMTDB) e o Certificado Executivo de Gestão Estratégica Bancária (CEMSTRAT).

No total, oitenta (80) dirigentes e altos executivos dos bancos da UMOA e outros países de língua francesa da África participaram nestes dois (2) encontros.

Para a formação dos gestores no seio do Banco Central, foi organizado de 23 de Março a 21 de Abril de 2021, em parceria com a HEC Montréal, um webinar sobre o tema «*Manager em situação de teletrabalho*». Este seminário em linha, teve como destinatário todo o pessoal executivo do BCEAO, tendo acolhido ainda duzentos e nove (209) responsáveis do Banco. Visou dotar os participantes de competências de gestão remota necessárias para o exercício de responsabilidades nas suas estruturas. Além disso, uma formação sobre “*as técnicas de apresentação e de intervenção em público*” foi organizada em proveito dos Diretores dos Serviços Centrais.

Caixa 3: EDIÇÃO 2021 DO CURSO DO CEMSTRAT

O Curso do Certificado Executivo de Gestão Estratégica Bancária (CEMSTRAT) é direcionado para os bancos e instituições financeiras da UEMOA, em parceria com a HEC Paris.

A primeira edição foi lançada em 25 de Maio de 2021, simultaneamente com o Curso do Certificado de Gestão Executiva da Transformação Digital (CEMTDB), durante um webinar internacional presidido pelo Governador do BCEAO.

O objetivo principal do curso CEMSTRAT é transmitir aos dirigentes bancários os princípios e ferramentas de gestão estratégica, a fim de lhes permitir tornar-se gestores eficientes ao serviço de suas respectivas instituições. O curso é composto por cinco (5) módulos. Os primeiros três (3) decorreram de forma virtual e os dois últimos em presencial, em Dacar. A cerimónia de encerramento, seguida da entrega dos certificados, decorreu em 11 de Novembro de 2021, na presença do Governador do BCEAO.

O curso foi animado por uma equipa de nove (09) Professores de HEC Paris, dirigida pelo Sr. Patrick PROVENZANO. Este curso acolheu quarenta e seis (46) dirigentes e altos responsáveis dos bancos e instituições financeiras de oito países da União, da Guiné e Comores.

- **Programa de acompanhamento dos bancos no âmbito da gestão da crise da Covid-19**

O programa de acompanhamento dos intervenientes do sistema bancário na implementação das grandes reformas, no domínio do banco e finança é conduzido com base na coletânea das necessidades de formação expressas. Neste contexto, foram organizadas formações de curta duração (seminários) destinadas a reforçar as competências técnicas e profissionais dos agentes do sector bancário, das instituições de microcrédito e instituições emissoras de moeda eletrónica. O desafio foi de fornecer uma oferta de formação de alto nível, em parceria com instituições de renome.

Durante o ano de 2021, foram organizadas vinte e três (23) sessões de formação a favor de mil quatrocentos e trinta e oito (1.438) quadros de instituições de crédito, instituições de microfinanças e instituições emissoras de moeda eletrónica. Abrangeram temas tão variados quanto relevantes, nomeadamente auditoria e controlo interno, governação e conformidade, leasing e factoring, cibersegurança, transformação digital e FinTech, contabilização de operações de moeda eletrónica, IFRS, Basileia II - III, etc.

Caixa 4: FORMAÇÃO DOS AGENTES DO CRRAE-UMOA EM FINANÇA DE MERCADO

O COFEB organizou de Outubro a Dezembro de 2021, uma formação em Finança de mercado aos agentes da Caixa de Reforma por Repartição com Poupança da União Monetária Ocidental Africana (CRRAE-UMOA). O público alvo da formação foi composto por responsáveis das Finanças e Contabilidade e da Caixa.

A formação teve como objetivo rever as competências essenciais necessárias em finanças de mercado, visando contribuir para o fortalecimento das capacidades dos participantes em matéria de gestão de ativos e política de investimento. Foi conjuntamente animada por uma equipe pedagógica multidisciplinar composta por agentes da Direção de Operações de Mercado do BCEAO, de especialistas da Agência UMOA-Títulos e ainda especialistas em finanças de mercado. As sessões foram uma oportunidade para partilhar experiências enriquecedoras e trocar ideias relevantes sobre os diferentes temas das finanças de mercado.

No fim da formação, as duas (2) partes acordaram em prosseguir a colaboração iniciada, alargando-a para outros domínios, consolidando simultaneamente o acompanhamento da CRRAE-UMOA em matéria de finanças de mercado.

A fim de alargar suas actividades de formação e sensibilização, o COFEB associou-se à AFREXIMBANK e FCI para organizar um seminário continental sobre o tema «*Factoring e financiamento de dívidas em África*», de 13 a 15 de Julho de 2021, para bancos centrais, instituições de crédito e instituições de microfinanças. Estas sessões ocorreram no quadro da divulgação de instrumentos alternativos de financiamento e ações que visam a apropriação das leis sobre o factoring e que foram adotadas nas diferentes jurisdições do continente africano. No total, participaram mais de 800 (800) pessoas da África, Europa, América e Ásia.

O COFEB, em parceria com a Agência de Transferência de Tecnologia Financeira (ATTF) do Luxemburgo, organizou em 2021 a quarta edição do Curso de Certificação de Formação e Coaching no âmbito da transposição de Basileia II e Basileia III para a UEMOA. O objetivo visado por este curso é de facilitar a apropriação da reforma prudencial pelos sujeitos passivos e

respetiva transposição nos ordenamentos internos. Cerca de quarenta quadros de instituições de crédito participaram e obtiveram os respectivos certificados.

De 27 a 29 de Outubro de 2021, o COFEB e a Direção de Assuntos Jurídicos e Institucionais do BCEAO, organizaram um seminário regional de divulgação dos textos de base da UMOA e do BCEAO a favor dos magistrados em serviço nas jurisdições civis, e dos formadores dos Centros de Formação Judiciária dos Estados-membros da UEMOA. O seminário visou facilitar a apropriação, por parte dos magistrados e de seus formadores, do quadro institucional da União Monetária Oeste Africana (UMOA) e do Banco Central, bem como do direito monetário, bancário e financeiro. No total, trinta e um (31) magistrados provenientes dos Estados-membros da União participaram nesta sessão.

- **Outras actividades de formação**

O COFEB organizou quatro (4) conferências- atualidades durante o ano de 2021, com o objetivo de sensibilizar o público sobre temas relacionados com a atualidade económica, monetária e financeira, designadamente:

- *“Euro-Bonds africanos em período de Covid-19: efeitos de anúncio e liquidez mundial”* (16 de Abril de 2021);
- *“Transformação digital e inclusão financeira: oportunidades e desafios para o setor bancário em África”* (8 de Julho de 2021);
- *“Interações económicas e métodos da física”* (27 de Agosto de 2021);
- *“Sustentabilidade da dívida pública e recuperação das economias da UEMOA num contexto de crise”* (30 de Setembro de 2021).

Estas conferências, conduzidas por pessoas externas e Diretores Gerais do BCEAO, foram realizadas integralmente on-line. O número dos seus participantes é estimado em 1.449 pessoas.

5.2.2.2.2 - Pesquisa e parcerias

Ao longo de 2021, as actividades de pesquisa centraram-se no desenvolvimento de vários estudos científicos e na concepção de instrumentos de apoio para a decisão. A este título, foram produzidos quatro (4) Documentos de Estudo e de Pesquisa sobre os seguintes temas:

- *Liquidez bancária e financiamento da economia na UEMOA;*
- *Análise dos factores explicativos do esforço fiscal e do potencial fiscal nos países da UEMOA;*
- *Interconexões e vulnerabilidades no sistema bancário da UMOA: Os principais ensinamentos de um modelo de rede alargada;*
- *Sustentabilidade da dívida pública dos Estados da UEMOA: a atual norma comunitária é relevante?*

Além disso, três (3) notas temáticas foram realizadas para extrair lições e recomendações de políticas económicas sobre temas de interesse para o Banco Central e os Estados-membros. Incidiram sobre:

- *A política monetária com taxa de juro mínima próxima de zero;*

- *Método de determinação da sobrecarga de fundos próprios aplicável às instituições bancárias de importância sistémica regional na UMOA;*
- *Análise de ciclo financeiro (de crédito) na UEMOA.*

Por outro lado, no âmbito da difusão e disseminação dos conhecimentos para um público mais vasto, em especial sobre os temas de atualidade ou emergentes, o COFEB editou um artigo intitulado “*O cripto moedas: quais desafios para os bancos centrais*”.

No âmbito da cooperação, foi dada prioridade em 2021, ao desenvolvimento de novas parcerias. Assim, as principais ações realizadas resultaram na assinatura de um protocolo de acordo de cooperação em 18 de Outubro de 2021, entre o BCEAO, a Universidade de Prince Ton (EUA) e a Escola Africana de Economia (Benin). Este acordo prevê intercâmbio de técnicas e experiências nos domínios de investigação económica, monetária e financeira, a execução de programas de formação, realização de projetos de investigação e de publicações conjuntas e organização de eventos científicos conjuntos. As ações do COFEB traduziram-se igualmente na cooperação com a Harvard Kennedy School (HKS) dos Estados Unidos, através da participação do Management do Banco Central em seminários de alto nível organizados pela referida instituição, sob os temas « *Leadership decision making (Tomada de decisão de liderança): optimizing organizational performance* » (*maximizando o desempenho organizacional*) e “*Strategic gestão of regulatory and enforcement Agencies*” e « *Strategic management of regulatory and enforcement Agencies* » (Gestão estratégica das Agências reguladoras e de fiscalização).

Na mesma perspectiva, as discussões iniciadas com o Consórcio para a Pesquisa Económica em África (CREA) baseado no Quénia e a Escola Nacional Superior de Estatística e Economia Aplicada (ENSEA) de Abidjan, permitiram elaborar projetos de protocolo de acordo nos domínios da formação e reforço das capacidades sobre a regulamentação bancária da Basileia II e Basileia III. O mesmo aconteceu com a Associação Internacional de Investigadores Francófonos em Microfinanças (AICFM), no que diz respeito ao campo da inclusão financeira e microfinanças.

Além disso, o COFEB realizou várias actividades de desenvolvimento de capacidades de investigação ao longo do ano, incluindo dois (2) ateliês de modelização macroeconómica e de previsão, utilizando o software EVIEWS e STATA e dois (2) outros ateliês práticos sobre «*A previsão macroeconómica em período de crise*» e «*Econometric modelling and forecasting*». (Modelagem e previsão econométricas).

O dois primeiros ateliês organizados a favor dos agentes do Banco Central e do Secretariado-Geral da Comissão Bancária da União (SGCBU), foram animados pelos Professores Robert Freeman MCNOWN (Universidade Boulder- Colorado) e Christopher BAUM (Universidade de Boston), de 8 a 11 de Junho de 2021 e de 29 de Junho a 2 de Julho de 2021. Quanto ao segundo, foram realizados em colaboração com o Banco de França e o Centre for Central Banking Studies (CCBS) do Banco da Inglaterra. Decorreram de 28 a 30 de Setembro de 2021 e de 11 a 14 de Outubro de 2021, com a participação de vários bancos centrais parceiros, entre os quais o Bank Al-Maghrib, o Banco dos Estados da África Central (BEAC) e os Bancos Centrais da Nigéria, da Serra Leoa, do Congo e da República da Guiné.

O Centro lançou igualmente o programa de reforço de capacidades dos investigadores da União em metodologia da investigação, em resposta ao seguimento favorável do Governador a um pedido do Comité de Leitura do Prémio Abdoulaye FADIGA (PAF), no âmbito da política de promoção da investigação implementada pelo BCEAO. A este respeito, foram organizados ateliês com o objetivo de fornecer instrumentos relevantes para a redação de artigos científicos

de qualidade e permitir a sua publicação em revistas do Comité de Leitura. A vertente teórica, realizada de 22 a 23 de Abril e de 29 a 30 de Abril de 2021, foi animada pelos Professores Théophile AZOMAHOU do CREA, Patrick PLANE da FERDI e Abdoulaye SECK da Universidade Cheikh Anta DIOP. Quanto à fase prática, decorreu de 14 a 16 de Dezembro de 2021, sob a supervisão de um painel de animadores presidido pelo Professor Adama DIAW da Universidade Gaston Berger de São Luís, no Senegal. Foi constituído, além dos animadores da fase teórica, por Sanvi AVOUYI-DOVI, Conselheiro principal do Banco de França e dos Professores Jean-Paul POLLIN, membro do comité de leitura do Prix Abdoulaye FADIGA e Thierry MONTALIEU, membro da AICFM e Editor-chefe da revista « *Mondes en Développement* ».

No domínio das publicações, o COFEB procedeu à difusão no seu sítio Internet de dois números especiais da Revista Económica e Monetária (REM) do BCEAO sobre o tema “*As economias da UEMOA face à pandemia da Covid-19: políticas económicas e perspectivas*”.

Por outro lado, no âmbito da diversificação de suas publicações e divulgação dos resultados dos trabalhos de investigação realizados pelos seus investigadores, o COFEB criou uma nova série de documentos denominada «Os Resumos do COFEB». Ligeira e desprovida de fórmulas econométricas complexas, esta publicação visa transmitir as principais mensagens e ensinamentos dos resultados da investigação, numa linguagem acessível para um público alargado. O primeiro número desta série foi publicado no sítio do Centro em 25 de Novembro de 2021, após a divulgação do Documento de Estudo e Pesquisa de que é originário.

Na continuidade das ações de modernização de suas publicações, o COFEB empreendeu a elaboração de uma Carta anti-plágio com vista a enquadrar melhor o processo de publicação dos documentos elaborados sob a sua supervisão.

5.2.3 - PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

O Banco Central prosseguiu em 2021 o seu programa de consolidação e ampliação das infraestruturas da rede de Agências Auxiliares.

A este respeito, as obras de reabilitação e ampliação dos edifícios da Agência de Abengourou na Côte d'Ivoire tiveram início em Junho de 2021, enquanto as das Agências de Bobo-Dioulasso em Burkina Faso, Maradi e Zinder no Níger prosseguiram.

Para a extensão da rede de Agências Auxiliares, progrediram igualmente as obras de construção dos conjuntos imobiliários das Agências de Odienné na Côte d'Ivoire, de Kayes no Mali, de Tahoua no Níger e de Saint-Louis no Senegal. Por último, foi concluído o concurso para a seleção do grupo de prestadores que será responsável pela conceção e realização dos imóveis da nova Agência Auxiliar de Ouahigouya.

Além disso, o processo de seleção das empresas para a construção do edifício funcional do Secretariado-Geral da Comissão Bancária da UMOA em Abidjan, está em fase de conclusão.

5.2.4 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Em 2021, relativamente à governação e gestão do seu Sistema de Informação (SI), o BCEAO prosseguiu o seu desempenho na consolidação da maturidade dos processos críticos associados aos controlos operacionais, controle de riscos, obsolescência das infraestruturas de TI, disponibilidade e capacidade dos sistemas e cibersegurança.

No que diz respeito à segurança dos ativos de informação, o BCEAO definiu um quadro organizacional para o seu Centro Operacional de Supervisão e Cibersegurança (COSC), em ligação com as capacidades de recursos humanos e tecnológicos relativas à recolha, controlo e auditoria das ocorrências de segurança dos sistemas e redes informáticos.

Em relação à continuidade das actividades, o Banco experimentou com sucesso as soluções de virtualização de dados implantadas em 2020, para facilitar a passagem automática das aplicações informáticas entre os seus centros de dados de produção localizados em Dakar.

Como parte do reforço da segurança e resiliência a ciberataques, o Banco renovou a certificação do seu Sistema de Informação para o padrão PCI DSS de segurança da indústria de cartões de pagamento. Além disso, foram cumpridos os requisitos relativos ao reforço da segurança da plataforma de mensagens financeiras SWIFT.

No que diz respeito à carteira de aplicações, o Banco prossegue com os seus projetos iniciados em 2020, a fim de dar suporte às funcionalidades adicionais das profissões e problemáticas associadas à obsolescência dos sistemas. A este respeito, foi realizada uma nova versão da plataforma unificada de recolha de dados junto dos sujeitos passivos para apresentação de relatórios ao BCEAO, tendo em conta as insuficiências do dispositivo existente, nomeadamente a obsolescência das bases técnicas, baixa segurança da aplicação e ausência de um painel de monitorização para a exploração.

De igual modo, os centros de informação, como por exemplo, o Ficheiro de Acompanhamento das Instituições de Crédito (FISEC), o Formulário de Reporte Prudencial (FODEP), a Central de Incidentes de Pagamentos (CIP), a Central de Riscos Bancários (CRB), a Central de Balanços (CBILANS) e a balança de pagamentos em termos de liquidação (BPR), foram objeto de evoluções funcionais e atualização tecnológica.

Foi realizada ainda, a automatização do processo de recolha e tratamento dos dados dos emissores de moeda eletrónica (EME) e concluído o acompanhamento das Condições de Banco (COBANK).

Por último, convém sublinhar a transformação do dispositivo de gestão dos inquéritos de conjuntura (ACACIA), em associação com a utilização prevista de formulários eletrónicos em linha, através da Internet e centros de chamadas telefónicas criados nas Agências Principais.

5.2.5 - DISPOSITIVO DE GESTÃO DOS RISCOS E ACTIVIDADES DE CONTROLO

No âmbito do dispositivo de gestão dos riscos e actividades de controlo, o ano de 2021 foi marcado pela prossecução dos trabalhos de reforço da resiliência do Banco face a situações de crise, controlo dos riscos e consolidação do dispositivo de controlo interno.

Com efeito, o Banco manteve o seu alinhamento face ao dispositivo de gestão da continuidade de actividade com as normas internacionais. Os trabalhos realizados permitiram integrar a versão 2019 dos requisitos da norma ISO 22301 ao dispositivo existente e proceder à migração da documentação do Plano de Continuidade da Actividade (PCA) para uma plataforma desmaterializada.

A fim de garantir a integração das ameaças ligadas aos ciberataques no PCA, foram desenvolvidos e incorporados cenários relativos a ativos críticos nos testes do Plano de Continuidade Informática e Telecomunicações (PCIT). Estas ações realizadas com êxito,

permitiram testar a eficácia dos dispositivos de controlo dos riscos cibernéticos e a capacidade de resiliência do Banco. Do mesmo modo, a lista dos parceiros externos, em todos os Estados-membros da União, que podem dar apoio à resposta aos ciberataques, foi elaborada e posta à disposição das equipas. Por outro lado, os trabalhos de implementação de uma infraestrutura centralizada de gestão de chaves públicas (*PKI - "Public Key Infrastructure"*) e uma solução de gestão de identidade e acesso (*IAM - "Identity and Access Management"*), devem consolidar substancialmente os progressos registados em matéria de ciber-resiliência do BCEAO.

No que diz respeito ao controlo dos riscos, o Sistema Informatizado de Gestão dos Riscos (SIMARIS) foi criado para um melhor controlo do processo de identificação, avaliação, processamento e vigilância dos riscos operacionais pelas estruturas do Banco. Neste contexto, os universos harmonizados de riscos por processo e estrutura, bem como o reprocessamento dos dados recolhidos sobre os incidentes operacionais, foram objeto de carregamento nesta nova aplicação.

Ao nível da gestão dos riscos de segurança dos sistemas de informação, as ações incidiram principalmente na prossecução da sensibilização para a cibersegurança e na atualização trimestral da cartografia dos riscos ligados aos sistemas de informação do BCEAO. Além disso, a conformidade do ambiente bancário com os requisitos do Programa de Segurança do Cliente (*Customer Security Program - CSP*) da SWIFT e com o padrão de segurança de dados de portadores de cartões bancários (*Payment Card Industry Data Security Standard - PCI DSS*) foi mantida.

O domínio da segurança das pessoas e dos bens foi marcado pela finalização dos trabalhos relativos à execução do plano de ação resultante da auditoria do dispositivo de segurança do Banco. Estes trabalhos incidiram sobre as instalações e equipamentos de proteção dos locais, bem como na implementação de um sistema de gestão integrado para uma otimização dos recursos necessários à exploração dos dispositivos de segurança. Por outro lado, no âmbito da abordagem proativa de gestão dos riscos de segurança e proteção, o recurso aos instrumentos de acompanhamento dos níveis de alerta e dos riscos do país manteve-se efetivo.

No que diz respeito ao controlo das operações, foi organizada uma formação sobre as ferramentas e técnicas de controlo em benefício dos Controladores de Operações dos locais remotos em duas sessões, respectivamente, de 14 a 18 de Junho e de 21 a 25 de Junho de 2021, por videoconferência, a partir da sede da BCEAO em Dakar. As diferentes temáticas apresentadas, enriquecidas por exercícios e casos práticos, contribuíram para reforçar o capital de conhecimento e o nível de apropriação das técnicas de controlo dos participantes.

Além disso, o dispositivo de controlo interno foi reforçado com a entrada em produção da aplicação da Gestão Automatizada das Missões de Auditoria Interna (GAMA) que inclui uma vertente sobre o planeamento das missões de auditoria interna e outra sobre o acompanhamento da aplicação das recomendações dos corpos de controlo.

Para a auditoria interna, as actividades realizadas em 2021 incidiram na execução do programa anual de controlos e no reforço da eficácia da auditoria interna do Banco Central. Os controlos realizados visavam garantir o cumprimento das disposições legais, regulamentares e contratuais, a eficácia e a eficiência das operações, a salvaguarda do património do BCEAO, a fiabilidade das informações e a segurança e integridade dos sistemas de informação e de pagamento.

No total, a execução do programa anual 2021, traduziu-se na realização de sessenta e umas (61) missões de auditoria.

As missões efetuadas abrangeram treze (13) auditorias de estrutura, trinta e cinco (35) auditorias de actividades fiduciárias, uma (1) auditoria temática, quatro (4) auditorias dos sistemas de informação e oito (8) missões específicas.

As auditorias estruturais têm por objetivo avaliar a eficácia dos dispositivos de controlo interno criados para assegurar o controlo dos riscos inerentes às actividades das estruturas auditadas. A avaliação incidiu, nomeadamente, sobre os aspectos ligados à governação, em especial, a direcção das actividades, o controlo das operações e a gestão dos riscos.

As missões de auditoria das actividades fiduciárias e de destruição de notas, tiveram por objeto a avaliação da condução das actividades e condições de processamento das operações de caixa, a verificação fiduciária e a destruição de notas retiradas ou a retirar de circulação.

A auditoria temática incidiu sobre o Plano de Continuidade de Actividade (PCA). Num contexto marcado pela pandemia da Covid-19, a missão visou conferir às autoridades do Banco e a todas as partes implicadas uma garantia razoável da eficácia do PCA face aos objetivos de continuidade de actividades estabelecidas.

No que se refere aos sistemas de informação, foram realizadas duas (2) auditorias de conformidade para avaliar a segurança do sistema SWIFT do BCEAO, bem como o cumprimento dos requisitos da norma PCI-DSS relativa à segurança dos cartões bancários pelo prestador dos serviços. As outras duas (2) auditorias tiveram por objetos o Plano de Continuidade Informático e Telecomunicação (PCIT) bem como o dispositivo de tele-trabalho do Banco Central.

As auditorias específicas incidiram sobre a conformidade das transferências emitidas, uma (1) missão de inquérito, à auditoria de uma estrutura ligada ao BCEAO, uma missão de aconselhamento em benefício de um banco central parceiro, bem como sobre a verificação da aplicação das recomendações das missões de auditoria interna e externa em quatro (4) estruturas do BCEAO.

Tendo em conta o contexto marcado pelas limitações associadas à pandemia do Covid-19, o Banco Central privilegiou a execução das missões em modo virtual. No entanto, as missões de controlo das actividades fiduciárias e de destruição de notas, que exigem presença no local, foram realizadas no estrito respeito das medidas de distanciamento em vigor.

No âmbito do reforço das capacidades, os Auditores Internos participaram em formações organizadas em linha, nomeadamente sobre a auditoria das actividades de mercado, a deteção e a prevenção de fraudes, o domínio da governação do sistema de informação, bem como sobre a iniciação ao controlo dos riscos e controlo interno.

O acompanhamento dos trabalhos de auditoria externa abrangeu as fases final e intermediária, respectivamente, dos exercícios de 2020 e 2021 da auditoria das contas do BCEAO pelo Comissário Controlador e Auditores Nacionais. Assim, no que diz respeito à auditoria externa das contas do exercício de 2020 do BCEAO, verificou-se que as demonstrações financeiras são regulares e sinceras e revelam, em todos os aspetos materiais, uma imagem fiel da posição financeira do BCEAO, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2020.

5.2.6 - DISPOSITIVO DE CONTROLE DE GESTÃO

O Banco Central concluiu a implementação do seu Plano Estratégico 2019-2021, que inclui catorze (14) objetivos estratégicos, divididos em trinta e nove (39) objetivos operacionais e sessenta e sete (67) projetos.

No fim do ano de 2021, cinquenta e dois (52) projetos, ou seja 78%, foram concluídos ou apresentados um desenvolvimento normal. Estas realizações constituíram progressos notáveis nos domínios de atenção representados pelos eixos estratégicos.

Em relação à "Governança de Processos e Riscos", o Plano ajudou a fortalecer a vigia de segurança e a visibilidade do BCEAO. O quadro regulamentar que rege a segurança das pessoas e dos bens foi igualmente atualizado.

No que diz respeito ao eixo estratégico "Estabilidade monetária", a renovação do sistema de comunicação de informações das instituições sujeitas (automatização da recolha de informações) e a reformulação do dispositivo de elaboração da balança de pagamentos em termos de liquidação reforçaram a cobertura, disponibilidade e divulgação das informações económicas, financeiras e monetárias. Além disso, foi proposto um quadro estratégico de reforço das reservas cambiais, bem como um dispositivo operacional de gestão ativa do ouro.

No que respeita ao eixo "Estabilidade e inclusão financeiras, financiamento das economias", prosseguiu-se com a consolidação dos dispositivos de supervisão dos sistemas de pagamentos. A este respeito, a criação de um mecanismo de supervisão da segurança das plataformas de ligação dos participantes aos sistemas de pagamento geridos pelo BCEAO, e elaboração de mapas dos riscos inerentes aos serviços de pagamento garantidos pela moeda eletrónica, bem como dos riscos relacionados com a participação dos Tesouros Públicos Nacionais nos sistemas de pagamento, contribuíram para reforçar a resiliência do sistema bancário e financeiro da zona. No âmbito da resposta a este desafio estratégico, foram elaborados modelos de análise do risco sistémico, bem como um projeto de texto regulamentar sobre o financiamento participativo, destinado a enquadrar as empresas não regulamentadas.

Por último, ao nível do eixo "Eficiência dos recursos", foram elaborados os textos para tornar funcional o Centro de Tratamento Fiduciário (CTF) e otimizar o processo de tratamento dos símbolos monetários. Quanto ao projeto de redução do consumo de papel e outros consumíveis, foi generalizado em todas as estruturas do Banco. A implantação em 2020, das ferramentas de trabalho colaborativo no ambiente do Google Suite, por meio da implementação do teletrabalho no BCEAO, reforçou os benefícios do projeto.

Caixa 5: PLANO ESTRATÉGICO 2022-2024

O BCEAO elaborou em 2021 o seu Plano Estratégico 2022-2024. Neste contexto, o diagnóstico estratégico de todas as áreas de actividade do Banco resultou na identificação dos pontos fortes e fracos dos processos da Instituição, bem como das oportunidades e ameaças do ambiente externo. No termo do diagnóstico estratégico, realizado de forma participativa com o conjunto das estruturas do Banco, foram identificados dez (10) desafios estratégicos e repartidos em quatro (4) eixos estratégicos, como se segue:

Eixo 1 “*Governança dos processos e riscos*” com três (3) desafios:

- o reforço da resiliência do Banco face às ameaças emergentes;
- o reforço da notoriedade do BCEAO;
- a melhoria da fluidez das transações em numerário.

Eixo 2 “*Estabilidade monetária*” com três (3) desafios:

- o aprofundamento do conhecimento da dinâmica das economias da União;
- o reforço da estabilidade monetária;
- a melhoria da adequação das reservas cambiais.

Eixo 3 “*Estabilidade e inclusão financeiras, financiamento das economias*” com dois (2) desafios:

- a diversificação e acessibilidade dos serviços financeiros para um financiamento adequado das economias;
- a resiliência e solidez do sistema bancário e financeiro.

Eixo 4 “*Eficiência dos recursos*” com dois (2) desafios:

- o controlo dos encargos e redução da pressão ambiental;
- a adaptação às tecnologias inovadoras e evoluções das actividades.

A execução do Plano Estratégico será assegurada através de catorze (14) objetivos estratégicos, divididos em cinquenta e oito (58) objetivos operacionais e setenta e onze (71) projetos.

As ações estratégicas previstas devem permitir ao Banco Central adaptar-se à atual dinâmica de transformação digital dos pagamentos, em particular a emissão de Moeda Digital de Banco Central (MDBC), melhorar a qualidade da circulação fiduciária, reforçar a sua resiliência face às ameaças emergentes e conduzir políticas sólidas capazes de apoiar eficazmente as economias da UEMOA.

5.2.7 - SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DO BCEAO

Com o objetivo de assegurar uma dinâmica de melhoria do funcionamento e qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e parceiros, o BCEAO beneficia, desde Janeiro de 2020, da renovação da certificação à norma ISO 9001-2015 do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) para o ciclo trienal 2019-2021, na sequência de uma auditoria realizada pelo *Cabinet Bureau Veritas*. A manutenção do certificado, após a auditoria realizada em Fevereiro de 2022, confirma a conformidade do BCEAO com todos os requisitos da norma, bem como um funcionamento eficaz e eficiente dos seus processos.

No ano fiscal de 2021, a realização de auditorias internas de qualidade de determinados processos a nível das Direções de Serviços Centrais (DSC) e das Direções Nacionais contribuiu para a avaliação do desempenho do SGQ e o reforço da sua eficácia.

5.2.8 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICO

O sistema de informação contabilístico do Banco não sofreu alterações importantes durante o ano em análise. Os trabalhos de otimização do processamento automático de operações, iniciados através de vários projetos de TI, estão sendo implementados.

VI COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

6.1 – RELAÇÕES COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL	94
6.2 – COOPERAÇÃO MONETÁRIA NO SEIO DA CEDEAO	94

6.1 - RELAÇÕES COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Durante o ano 2021, quatro (4) Estados-membros da UEMOA, nomeadamente a Guiné-Bissau, Mali, Níger e Senegal, implementaram programas apoiados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). No âmbito do apoio do Fundo à prossecução dos esforços no combate ao Covid-19, a Guiné-Bissau beneficiou de uma ajuda de emergência ao abrigo da Facilidade de Crédito Rápido (FCR). O Mali prosseguiu, no início do ano, a execução do programa apoiado pela Facilidade Alargada de Crédito (FEC). No entanto, o programa foi suspenso devido ao contexto sociopolítico neste país. As autoridades nigerinas e o FMI concluíram, em Novembro de 2021, um acordo ao abrigo do FEC para o período 2021-2024. Foi aprovado para o Senegal um acordo de 18 meses ao abrigo da Facilidade de Crédito Confirmado (FCC) e do Mecanismo de Acordos de Confirmação. Além disso, foram concedidas reduções da dívida aos países da União, com exceção da Côte d'Ivoire e do Senegal, num montante de 57,67 milhões de Direitos de Especiais de Saque (SDR) (46,42 mil milhões de FCFA), a título do Fundo Fiduciário de Assistência e de Resposta às Catástrofes (FF-ARC).

As operações realizadas pelo Banco Central com o FMI, em nome dos Estados-membros da UEMOA, saldaram-se por entradas líquidas de recursos de 134,68 milhões de SDR (108,42 mil milhões de FCFA) contra 897,19 milhões de SDR (722,29 mil milhões de FCFA) do ano anterior. Os saques situaram-se em 223,08 milhões de SDR (179,59 mil milhões de FCFA) contra 1.036,01 milhões de SDR (834,05 mil milhões de FCFA) no ano anterior, ou seja, uma diminuição de 812,93 milhões de SDR, devido à suspensão gradual da ajuda de emergência fornecida pelo FMI como parte da resposta ao Covid-19. No que se respeita aos reembolsos, diminuíram 85,31 milhões de SDR, passando de 198,75 milhões de SDR (160 mil milhões de FCFA) para 113,44 milhões de SDR (91,32 mil milhões de FCFA).

A fim de apoiar os Estados-membros no financiamento das suas estratégias de luta contra a pandemia da Covid-19 e recuperação de suas economias, o FMI decidiu uma atribuição geral de SDR no montante de 456,0 mil milhões de SDR, ou seja, 650,0 mil milhões de dólares, valor 23 de Agosto de 2021. No âmbito desta dotação geral, os países-membros da UEMOA beneficiaram de um montante de 1.640,5 milhões de SDR, cujo contravalor em FCFA lhes foi retrocedido sob a forma de contribuições financeiras do BCEAO, num montante total de 1.302,6 bilhões de FCFA.

Os encargos suportados pelo BCEAO e Estados-membros em 2021, ascenderam a 14,46 milhões de SDR (11,64 mil milhões de FCFA) contra 12,41 milhões de SDR (10 mil milhões de FCFA) no ano anterior. Referem-se às comissões pagas pelo BCEAO e encargos de juros ao abrigo do Mecanismo Alargado de Crédito (MEDC), do Instrumento de Financiamento Rápido (IFR) e Acordo de Confirmação.

A título da remuneração das suas posições credoras em 2021, o montante disponibilizado pelo FMI aos Estados-membros da UEMOA diminuiu 3,13 milhões de SDR, resultando em 1,82 milhões de SDR (1,46 mil milhões de FCFA) contra 4,95 milhões de SDR (3,98 mil milhões de FCFA) no ano anterior.

6.2 - COOPERAÇÃO MONETÁRIA NO SEIO DA CEDEAO

No domínio da integração regional, a pandemia do Covid-19 abrandou a implementação do Programa da Moeda Única da CEDEAO em 2021. O efeito das medidas implementadas pelos Estados-membros da CEDEAO para combater esta pandemia e relançar as economias, traduziu-se numa degradação do estado de convergência macroeconómica da região a título dos anos

2020 e 2021. A este respeito, os Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO decidiram, nas 57^a e 58^a sessões ordinárias da sua Conferência, realizadas respectivamente em 7 de Setembro de 2020 e 23 de Janeiro de 2021, suspender o Pacto de Convergência entre os Estados-membros, para estes dois (2) anos, a fim de os isentar do cumprimento dos seus critérios. Recorde-se que os Chefes de Estado e de Governo decidiram igualmente, em Setembro de 2020, adiar o lançamento da moeda única (Eco) e recomendaram a elaboração de um novo roteiro para a criação da referida moeda e um novo Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica entre os Estados membros da CEDEAO.

Em conformidade com estas instruções, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO adotou, em 19 de Junho de 2021, um novo roteiro para o lançamento do Eco e um novo Pacto de Convergência. Neste novo Pacto, a fase de convergência das economias da África Ocidental abrangerá o período de 2022 a 2026, com início previsto para 1 de Janeiro de 2027. A Conferência também tomou nota do novo roteiro para o lançamento do Eco até 2027 e encarregou o Comité Ministerial de os trabalhos para resolver todas as questões pendentes, nomeadamente a definição do conceito de maioria dos Estados-membros exigida para a entrada da Comunidade na fase de estabilidade e as fontes adicionais de financiamento das diligências do roteiro para o lançamento do ECO que não dependem do orçamento das instituições regionais. Por conseguinte, a Conferência instruiu o Comité Ministerial a prosseguir as diligências para resolver as questões acima referidas.



BCEAO
BANCO CENTRAL DOS ESTADOS
DA AFRICA OCIDENTAL

Avenue Abdoulaye Fadiga
BP 3108 - Dakar - Sénégal
www.bceao.int